

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS VARGAS

**POR UMA DOUTRINA COLONIAL NACIONALISTA:
O “IMPÉRIO PORTUGUÊS EM HENRIQUE GALVÃO” (1927-1932)**

GOIÂNIA

2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	André Luiz dos Santos Vargas		
E-mail:	alsvargas@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla: CAPES	
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ:
Título:	Por uma doutrina colonial nacionalista: o "Império Português" em Henrique Galvão (1927-1932)		
Palavras-chave:	Henrique Galvão; colonialismo; Império Português; Ditadura Militar; Estado Novo		
Título em outra língua:	For a nationalist colonial doctrine: the "Portuguese Empire" in Henrique Galvão (1927-1932)		
Palavras-chave em outra língua:	Henrique Galvão; colonialism; Portuguese Empire; Military Dictatorship; Estado Novo		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	29/08/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História - UFG		
Orientador (a):	Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto		
E-mail:	joaoacpinto@yahoo.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS VARGAS

**POR UMA DOUTRINA COLONIAL NACIONALISTA:
O “IMPÉRIO PORTUGUÊS EM HENRIQUE GALVÃO” (1927-1932)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.

GOIÂNIA

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UGF**

V297p Vargas, André Luiz dos Santos.
Por uma doutrina colonial nacionalista: o “Império Português” em
Henrique Galvão (1927-1932) [manuscrito] / André Luiz dos Santos
Vargas. - 2013.
xv, 150 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de História, 2013.

Bibliografia.

1. Galvão, Henrique, - 1895-. 2. Portugal – História. 3. Brasil – História. 3. Brasil - História política. I. Título.

CDU: 94(469:81)

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS VARGAS

**POR UMA DOUTRINA COLONIAL NACIONALISTA:
O “IMPÉRIO PORTUGUÊS EM HENRIQUE GALVÃO” (1927-1932)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em 29 de Agosto de 2013 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto – UFG

Membro

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa – UFG

Membro

Prof. Dr. Antón Corbacho Quintela – UFG/Faculdade de Letras

Membro

Prof. Dr. David Maciel - UFG

Suplente

Aos soldadinhos que não voltaram do outro lado do mar; aos que tombaram na luta contra o fascismo e contra a dominação colonial; aos que, hoje vivos e na crise, desejam e lutam para que certas coisas jamais voltem a se repetir.

AGRADECIMENTOS

A realização deste cansativo trabalho não seria possível sem o apoio dos que cá citarei.

Agradeço ao professor orientador João Alberto da Costa Pinto, por ter-me dado a confiança e o estímulo para estudos sobre o fascismo e colonialismo em Portugal;

Aos professores Élio Serpa e Fábio Maza, pela fundamental recomendação à minha estadia em Portugal;

À equipa da Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo, que me concedeu a bolsa em Portugal por dois meses. Não fosse isso, o trabalho não se desenvolveria;

Ao professor Antón Corbacho;

Agradeço às minhas amigas e amigos que, diferentemente de mim, dispensaram um total optimismo na realização desta dissertação;

Às companheiras e companheiros do coletivo Tarifa Zero Goiânia, os quais deram-me apoio e força tanto nos momentos de luta, onde a história dos livros enfim começaram a fazer sentido, quanto nos momentos de trabalho académico. E também pela companhia que me fizeram com copos de cerveja, que clarearam melhor as ideias;

Às trabalhadoras e estudantes das escolas municipais Professor Percival Xavier Rebelo e Jesuína de Abreu;

Em Coimbra, à equipa do Grande Hostel Coimbra, malta mais fixe da cena coimbrã, que não negaram apoio em momento algum;

Da Universidade de Coimbra, aos investigadores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) e às equipas da Biblioteca Geral e bibliotecas dos departamentos de Antropologia e Economia;

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Biblioteca Municipal de Coimbra por toda atenção e apoio nos trabalhos de investigação;

À Tereza e D. Conceição pela hospitalidade e confiança;

Em Lisboa, aos que nos prestaram bons serviços na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

E, por último, os agradecimentos especiais ao amigo José Luciano que me acompanhou na expedição ultramarina de desbravamento de territórios em Portugal, Bélgica e Espanha onde, entre nativos e imigrantes, divertimo-nos porém também assustamo-nos perante a bizarrice de contradições de uma Europa entretanto tão decadente em sua crise económica;

À excepcional professora Heloísa Helena de Jesus Paulo – e sua Pukutinha, por suas contribuições imensas a esse trabalho, pelos ensinamentos, pelas conversas sempre enriquecedoras e pelas dicas de sobrevivência na aprazível Coimbra. Por nos ter aceitado, recebido e providenciado um confortável lar provisório. Também pelas roupas de cama, pelos lanchinhos nas tardes frias e pelas doses de jeropiga nas noites abaixo de 13°C;

À minha família – minha mãe Heloísa Helena, meu pai Roberto, minha irmã Renata e a Cheetara – que me acompanharam, apoiaram e deram-me todo o suporte necessário nos piores momentos enfrentados com esse trabalho. Com certeza, foram os que desde o início mais confiaram na realização desta dissertação;

E à minha pequena e muito amada companheirinha Carol Leopardo que, com muita paciência e com muito amor esteve comigo em todos os piores e melhores momentos, a consolar-me e fortalecer-me, assim como erguer-me naqueles momentos em que todo pós-graduando pensa em desistir (suicídio académico). Sem esse amor por ela concedido, escrever este trabalho seria terrível. A ela que, se calhar, irá comigo a Portugal na sequência desta investigação – para que não soframos de saudade, que nos deleitemos na terrinha que a inventou.

RESUMO

POR UMA DOCTRINA COLONIAL NACIONALISTA: O “IMPÉRIO PORTUGUÊS EM HENRIQUE GALVÃO” (1927-1932)

Henrique Galvão foi um célebre personagem da história colonial de Portugal durante o século XX. Com formação militar no Exército, esteve envolvido desde a sua juventude em movimentos políticos como o 28 de Maio e a institucionalização do Estado Novo. Desde 1927, Henrique Galvão envolve-se na questão colonial portuguesa, começando como governador de distrito em Angola e a partir daí escrevendo suas impressões e defendendo seu ponto de vista quanto à realidade colonial e o futuro do império. Crítico do momento vivido na política colonial portuguesa dos anos vinte, Galvão será um intelectual de atividade incansável na defesa de se elaborar uma doutrina colonial única, centralizadora e nacionalista. Nesse sentido, encontrará respaldo no início dos anos trinta em outros intelectuais e políticos que defendiam os mesmos valores, e que resultará na elaboração do Acto Colonial, documento oficial que esquematizaria juridicamente o estatuto colonial e seria uma das bases ideológicas do novo regime que se preparava, o Estado Novo – no qual Henrique Galvão integrará inicialmente como um dos homens de confiança. O objetivo principal dessa investigação é encontrar a coerência interna nas principais obras Galvão entre 1927 e 1932, verificando que a visão de mundo expressa pelo autor quanto ao império corresponde à visão de mundo do grupo de nacionalistas fundador do Estado Novo.

Palavras-chave: Henrique Galvão; colonialismo; Império Português; Ditadura Militar; Estado Novo.

ABSTRACT

FOR A NACIONALIST COLONIAL DOCTRINE: THE “PORTUGUESE EMPIRE” IN HENRIQUE GALVÃO (1927-1932)

Henrique Galvão was a famous character of the colonial history of Portugal during the twentieth century. With military training in the Army has been involved since his youth in political movements like the 28 de Maio and the institutionalization of the Estado Novo (New State). Since 1927 Henrique Galvão engages in the Portuguese colonial issue, starting as district governor in Angola and then writing his impressions and defending his point of view about the reality and future of the colonial empire. Being a critic of the Portuguese colonial political situation in the twenties, he would be one intellectual of relentless activity intending to elaborate a unique colonial doctrine, centralist and nationalist. In this way he will find support in the early thirties in other intellectuals and politicians who defended the same values and that will result in the formulation of the Acto Colonial (Colonial Act), official document that would legally diagrammatize the colonial status, one of the Estado Novo's ideological foundations - in which Henrique Galvão would initially integrate as one of the bondsmen. The main objective of this research is to find the internal coherence in Galvão's major works between 1927 and 1932 noting that the worldview expressed by the author regarding the empire corresponds to the worldview of the nationalist group that founded the Estado Novo.

Keywords: Henrique Galvão; colonialism; Portuguese Empire; Military Dictatorship; Estado Novo.

Sumário

I - Introdução	2
II - Capítulo 1: Aspectos biográficos e trajetória política de Henrique Galvão até 1932.....	8
Referencial metodológico	8
Henrique Carlos da Malta Galvão.....	13
III - Capítulo 2: Primeiro contato com África e início da carreira colonial – críticas à ordem vigente (1927-1929)	45
Cenário geral de Angola e das colônias até o degredo de Henrique Galvão	46
Henrique Galvão no degredo em Terra de Pretos (1927-28).....	55
De degradado a governador em Terra de Pretos: experiência administrativa e críticas à política colonial vigente documentadas no “Relatório de Huíla” (1929)	90
IV - Capítulo 3: Lugar ao sol na Ditadura e a construção ideológica do “Império Colonial Português” – defesa da nova ordem que surge (1930-1932).....	107
Nacionalizar as colônias (1930).....	107
Definição jurídico-institucional do Império e a constitucionalização da ideologia: o Acto Colonial (1930).....	113
Henrique Galvão como diretor das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932): o Império como objetivo e não como realidade	125
V - Considerações finais.....	136
Bibliografia.....	140

I - Introdução

Henrique Galvão foi um dos personagens mais controversos e polêmicos da história contemporânea em Portugal. Sua carreira política e intelectual foi marcada com o que, para muitos, era uma irreverência. Com certeza, com suas ironias e críticas ácidas, não foi um autor ou um homem de política comum. Tampouco sua trajetória política foi convencional: desde jovem fora um militar ligado a setores mais radicais da direita, tendo sido um dos “revolucionários” do 28 de Maio de 1926 que oficialmente pôs termo à república liberal em Portugal e iniciou o período da Ditadura Militar, regime autoritário e nacionalista. Dentro ainda da Ditadura por que lutara para implantar, Galvão estava mais à direita, mais radical, e foi um dos cabecilhas de um golpe que tentava imprimir estritamente os valores antiliberais, antiparlamentares, antidemocráticos, anticomunistas e nacionalistas defendidos no 28 de Maio.

Por ocasião desta tentativa de golpe dentro do próprio regime golpista, Henrique Galvão foi preso e enviado à África como um deportado político. Esse degredo tinha uma finalidade punitiva e, politicamente, isolava o jovem e rebelde oficial do Exército, mantendo-o longe de Lisboa, o centro político do império português. Já no vapor que o levava ao outro continente, derramava palavras de ressentimento em seu diário – e por muitos anos demonstraria ainda a amargura de ter sido extraditado por causa de uma luta de cunho nacionalista, sentindo-se injustiçado por esse período mesmo anos mais tarde quando teria lugar de destaque no governo. O que ele nem seus juízes imaginavam nem esperavam é que esse degredo ditaria toda a sua futura trajetória política, o que para alguns foi sua transformação em África.

Sua deportação não parece ter sido uma tentativa de ostracismo, mas uma punição de caráter educativo para opositores mais radicais. Tanto é que lhe foi cedido quase dois anos depois o cargo de governador do distrito de Huíla, em Angola. Exerceu este cargo com seriedade, conhecendo as realidades coloniais *in loco*: do seu exercício político e administrativo, e das atividades de passeio e caça, tirou conclusões das dificuldades encontradas e tomou conhecimento da natureza e do cotidiano das populações de comunidades nativas e de colonos. Pela realidade vivida, tornou-se um grande crítico não só dos burocratas de decisão de política colonial que viviam em gabinetes e não pisavam no chão

africano, mas da própria política colonial em si, procurando dar respostas coerentes para a superação do modelo em vigor, ligado ainda à república liberal derrotada.

Terminado seu curto mandato em Angola, Galvão retorna a Portugal e continua a exercer a escrita, atividade que desempenha desde a adolescência. Em pleno início dos anos trinta, Portugal enfrentava ainda a crise na economia colonial desde a década anterior, piorada pela crise econômica mundial em 1929. Nesse período, Henrique Galvão é próximo ainda a homens que fizeram o 28 de Maio, entre eles o professor de Finanças António de Oliveira Salazar. Com Salazar, Galvão pertencia a um grupo político de nacionalistas que permaneciam descontentes com os rumos da Ditadura Militar. Henrique Galvão, que se tornou praticamente um africanista depois da experiência em Angola, dedicava-se a assuntos de política colonial, da qual dizia ser necessária uma nova doutrina para salvar e preservar o império. Defendeu publicamente a nacionalização de Angola, na lógica das políticas financeiras de Salazar, e também o Acto Colonial, diploma que deveria entrar em vigor para se organizar juridicamente o estatuto das colônias, do qual um dos ideólogos era o célebre Armindo Monteiro, amigo desde a Escola de Guerra na juventude militar. Com isso, Galvão pertencia ao grupo que preparava institucionalmente uma viragem política, que se confirmaria com o fim da Ditadura Militar e início do regime do Estado Novo, com Salazar à frente do governo. Nesse contexto, Henrique Galvão, que já desempenhava cargos de confiança, não era bem um crítico do momento, mas um apoiador e propagador.

Entrado em vigor oficialmente em 1933, o Estado Novo foi uma ditadura autoritária, corporativa, nacionalista, antiliberal e anticomunista, considerada um dos regimes fascistas europeus. O Acto Colonial era seu pilar ideológico de política colonial e Henrique Galvão, nesse início de regime, apoiava e era esperançoso que os entraves da república liberal e da Ditadura Nacional fossem suprimidos. Foi um dos homens de confiança de Salazar e teve cargos de grande importância, como diretor da Emissora Nacional (órgão de imprensa de propaganda do regime) em 1935 e inspetor superior colonial em 1936, além de ter dirigido a colossal Exposição do Mundo Português em 1940, grande empreendimento de propaganda colonial do regime. Porém ia demonstrando em sua vasta produção literária um descontentamento com o próprio regime que apoiava, sobretudo na questão colonial e, entre propagandas oficiais de apoio, demonstrava pontos de discordância e críticas às políticas adotadas.

Em 1947, já como deputado por Angola, apresenta à Assembleia Nacional um relatório denunciando casos de corrupção, má administração e abusos na colônia. Foi um escândalo político, que isolou Henrique Galvão na política. Em pouco tempo, já estava pendente ao lado da oposição, apoiando em 1951 a candidatura de Quintão Meireles à Presidência da República. A partir disso, Galvão não estava mais isolado, mas considerado rompido com o regime. Como um dissidente e pela constante atividade oposicionista de ataques ao regime e à figura de Salazar, já em 1952 era considerado um inimigo e portanto foi preso pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política do Estado Novo, acusado de conspiração contra o Estado. Pela constante atividade política exercida mesmo de dentro da penitenciária, foi mantido preso e teve a condenação aumentada. Conheceu o oficial da Força Aérea Humberto Delgado, que lhe ofereceu defesa e o ajudou a ser transferido para o Hospital de Santa Maria, ainda em Lisboa, em 1958 às vésperas das eleições presidenciais nas quais o próprio Delgado era candidato de oposição.

Do Hospital de Santa Maria, mesmo vigiado por agentes da PIDE, Henrique Galvão conseguiu escapar, indo diretamente à embaixada da Argentina. De lá, ganharia asilo político em Buenos Aires, de onde partiria para Caracas, na Venezuela. Nesse país une-se a um grupo de exilados portugueses e espanhóis opositores das ditaduras de seus respectivos países: era o DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação). Com esse grupo, será um dos comandantes da Operação Dulcineia em 1961, a qual sequestrou o paquete português de luxo Santa Maria – primeiro sequestro de navio no mundo para fins políticos. Dizia ser do plano da operação desviar a embarcação para Angola de onde se organizaria uma revolta de colonos contra o regime, mas a principal função foi mesmo de ataque ao orgulho do regime de Salazar. Mobilizando a imprensa internacional e a Marinha de guerra dos Estados Unidos, o paquete enfim foi desviado e aportou em Recife, no Brasil. Daí Henrique Galvão recebeu asilo político, não ainda de Juscelino Kubitschek, mas de Jânio Quadros.

No mesmo ano de 1961, Henrique Galvão esteve envolvido na organização da Operação Vagô, o sequestro de um lotado de passageiros da TAP, em Casablanca (no Marrocos) que foi desviado e levado a Lisboa, onde sobrevoou a baixas altitudes jogando panfletos contra Salazar e o regime. Foi, 40 anos antes dos atentados ao World Trade Center e Pentágono, o primeiro sequestro de avião comercial registrado no mundo. A partir de então, morando em São Paulo e sendo colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*, Galvão continuará a escrever contra o regime de Salazar, mas entrando em controvérsia com a própria oposição de que fazia parte por manter-se firme na defesa dos valores do império, sendo

convictamente contra as independências dos países africanos em curso na década de 1960. Morreu em São Paulo em 1970.

Sobre Henrique Galvão, as maiores referências que encontramos é sobre suas atividades já na dita “Oposição Democrática”, principalmente sobre o assalto ao Santa Maria. Desta maneira, sua carreira acaba por se determinar por sua ação oposicionista, abrindo espaço para interpretações engessadas sobre sua trajetória política. Ele é visto, nesta perspectiva, como polêmico e ambíguo por ter sido um apoiador do regime que logo se torna um dissidente e opositor. Em Portugal mesmo não se conhece bem, fora do âmbito acadêmico ou literário, sua atuação nem antes nem durante o Estado Novo, sendo célebre mesmo a espetacular ação quixotesca do sequestro. Já na produção acadêmica, há trabalhos sobre sua literatura colonial, sobretudo os romances, e uma biografia política por Eugénio Montoito que traça sua trajetória do degredo em 1927 à oposição a Salazar. Como livros de pretensão de *best-seller*, destaco “*O Inimigo nº1 de Salazar*” (2010), do jornalista português Pedro Jorge Castro, que se limita à ação oposicionista e “*Henrique Galvão – Um Herói Português*” (2011), de Francisco da Mota Teixeira, uma biografia completa baseada em extensa documentação mas que não se embrenha em análises, limitando-se na narração de fatos sucessivos. Esses dois últimos, escritos em período de crise financeira na Zona Euro em que Portugal é um dos países mais afetados, trazem ainda a tônica de exaltação a um personagem histórico da política portuguesa – talvez mais uma celebração de seu comportamento opositor que de sua visão de mundo política.

Com esse trabalho, pretendo entrar mais em detalhes da trajetória de Galvão, evitando generalizações reiteradas e contextualizando-o melhor na conjuntura histórica e nos grupos políticos e intelectuais aos quais pertenceu. O projeto inicial era o de tentar abarcar toda trajetória de Henrique Galvão, mas como se trata de uma dissertação de mestrado e o tempo é curto, assim como grande parte de fontes essenciais tive acesso tardiamente, aos poucos o recorte temporal foi reduzido. Escolhi, portanto, o período que compreende o degredo e o início da carreira colonial de Galvão ainda na Ditadura Militar até sua atuação nos “preparativos” do Estado Novo, ou seja, de 1927 a 1932. Só nesse período, Henrique Galvão apresenta concordâncias e discordâncias com a conjuntura, portanto já nos impede de concluir uma rígida divisão “pré” e “pós” Estado Novo – assim como depois seria difícil estabelecer rigidamente o “pró” e “contra” Estado Novo.

No primeiro capítulo, *“Aspectos biográficos e trajetória política de Henrique Galvão até 1932”*, adianto o caminho metodológico de minha investigação e traço um panorama de sua biografia e trajetória política até as vésperas de institucionalização do Estado Novo, a fim de situar melhor, tanto eu que escrevo quanto quem por ventura for ler. Neste capítulo ficam as atividades políticas de Henrique Galvão, os grupos aos quais pertenceu, os órgãos para os quais escreveu etc. Fica também o seu comportamento político e os indícios de sua visão de mundo que, já adianto, permaneceram-se à direita nacionalista e autoritária – o que confronta com a opinião comum em Portugal de que Galvão sempre fora um “democrata”, o que para mim, mesmo considerando suas atividades anti-Salazar, não faz muito sentido. Mas isso é assunto para outro trabalho.

A partir daí, aprofundo-me no período de 1927 a 1932 na análise de documentos escritos pelo próprio Henrique Galvão – à exceção do “Acto Colonial” no terceiro capítulo. Ele, que foi personagem importante e de peso à época, com suas defesas e ataques, me coloca o seguinte problema: qual é o modelo colonial que defende? Qual o significado de “Império” em Henrique Galvão e como realizá-lo perante a crise ideológica e material que aponta no sistema colonial português? Enfim qual é a coerência presente do início ao fim desse período, expressa em sua produção intelectual por sua visão de mundo, e com qual grupo esta estrutura de pensamento estabelece homologia?

No segundo capítulo, *“Primeiro contato com África e início da carreira colonial – críticas à ordem vigente (1927-1929)”*, analiso fundamentalmente dois livros: “Em Terra de Pretos: crônicas d’Angola” e “Huíla – Relatório de Govêrno”. Neles, Henrique Galvão disferiu críticas à situação colonial por que Portugal vive e que deve muito ao modelo mantido pela república liberal e que tampouco foi substancialmente modificada pelo 28 de Maio. Perante todos os problemas apontados, Galvão clama por uma doutrina colonial superior e centralizadora, cuja falta lhe é responsável por toda a desorganização da questão colonial e que põe em risco a própria existência do império.

No terceiro capítulo, *“Lugar ao sol na Ditadura e a construção ideológica do “Império Colonial Português” – defesa da nova ordem que surge (1930-1932)”*, os documentos que analiso são: “Nacionalização de Angola”, um livro de 1930 que contém a transcrição de seu discurso de mesmo título e proferido no mesmo ano, defendendo a nacionalização centralizadora da colônia; “Acto Colonial”, de 1930, diploma oficial que não é de autoria de Henrique Galvão mas que marca uma nova política colonial, com a qual as

ideias de Galvão estão em concordância; e “As Feiras de Amostras Coloniais: 1932 – Relatório”, que é um relatório das Feiras de Amostras dirigidas pelo próprio Galvão. Aqui Henrique Galvão encontrará as respostas da falta de uma doutrina colonial, pois com o Acto Colonial, que ele próprio defendeu publicamente, um eixo ideológico e político será dado para a manutenção do império, fundamentado justamente no centralismo e no nacionalismo presente na visão de mundo de Galvão.

A coerência que se traça de 1927 a 1932 é a hipótese central deste trabalho: a visão de mundo do autor, pelo caminho que adoto da metodologia de Lucien Goldmann, é a visão de mundo do grupo de nacionalistas que estava a preparar o Estado Novo já saído da Ditadura Militar. O que Henrique Galvão procurava como doutrina colonial em seu início de carreira em Angola, e que vai propor em seu Relatório de Huíla, vai se desenvolver com sua defesa pela nacionalização da colônia, já inserido nos debates do Acto Colonial que engendraria um novo regime – nacionalista, autoritário, centralizador e assentado na doutrina colonial que faltava ao autor ainda em fins dos anos vinte.

II - Capítulo 1: Aspectos biográficos e trajetória política de Henrique Galvão até 1932

Referencial metodológico

Colocar em análise o pensamento de um personagem, como Henrique Galvão, requer do investigador métodos que tornem possíveis a compreensão e explicação do que se pretende com o objeto em estudo. Sem dúvida alguma, é necessário estabelecer as divisões cronológicas de acordo com os trâmites institucionais e atividades políticas do personagem e com o teor ideológico de produções intelectuais surgidas nesses processos. Presume-se, portanto, que o personagem está inserido em uma realidade social: pertence a algum grupo em determinado tempo e tem alguma função política ou institucional. O pensamento é parte do indivíduo, que também se integra em um todo maior, como seu grupo, sua classe, sua ambiência política. É difícil assim dizer qual o ponto de partida de análise, uma vez que os fragmentos ou as partes, como é o pensamento ou a visão de mundo, e o indivíduo, só são compreendidos quando inseridos em um conjunto maior e este, por sua vez, não tem como ser compreendido sem o conhecimento de suas partes e suas transformações¹.

Compreender o pensamento colonial de Henrique Galvão em determinada época só é possível inserindo-o em seu meio social, mas também não se pode isolá-lo no recorte, sendo imprescindível considerar a quais grupos e a quais interesses estava vinculado até então e assim ter noção de suas transformações. O objeto de estudo, assim, é o homem, sua consciência e seu comportamento, inserido em um meio e em uma época. A tendência à coerência é uma característica universal do comportamento humano e, perante os desafios colocados pela realidade exterior, procura agir no sentido de interferir nos acontecimentos²:

¹ “O pensamento dialético afirma (...) que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente.” In.: Goldmann, 1979, pp. 5-6.

² Frederico, 2005, p.429.

“Esse empenho para adaptar-se à realidade segundo as conveniências humanas faz com que os indivíduos tendam a fazer de seu comportamento uma ‘estrutura significativa e coerente’”³.

Henrique Galvão participou de diversas atividades políticas durante praticamente toda a sua vida, fazendo e desfazendo laços de apoio, integrando grupos e subgrupos dissidentes; operando institucionalmente no aparelho estatal durante o Estado Novo e até mesmo rompendo com o regime. Foi também um autor, um intelectual, produzindo artigos jornalísticos, discursos, livros de teatro, romances, poesia, administração colonial e propaganda, procurando dar respostas os problemas que se colocavam diante de si e do grupo, ou dos grupos os quais integrou. Procurava, por meio de sua obra intelectual interagir com o grupo social e responder às expectativas, sejam as presentes em um curto período de tempo, sejam as que diziam respeito ao Império, à Nação e ao seu futuro.

A ação da produção intelectual procura uma coerência, mesmo estendida essa tendência à obra toda do autor: tendo um contato mais geral com a trajetória e com as produções de Galvão percebi que “trocou de lado” por diversas vezes – e nessas atitudes pode haver algum motivo relevante à coerência – e com isso mantinha ou trocava inimigos e aliados. Mesmo assim, mantinha em sua obra um eixo ou uma coerência independentemente do que atacava ou pertencia institucionalmente. Sendo dissidente, desde o 28 de Maio ou mais expressivamente do Estado Novo, o autor em suas obras mantém também uma linha mais ou menos coerente de defesa ideológica. Entendo assim que talvez as expectativas a essas respostas nem sempre estão vinculadas somente aos grupos ou movimentos políticos específicos dos quais fez parte, mas a uma classe social, ou seja, um grupo com funções sociais de produção específicas no Portugal de então. Mesmo sendo questionamentos de caráter hipotético exige-se já assim uma pergunta: quem é o sujeito do comportamento expresso pelo pensamento em uma obra?

Como já dito, proponho-me a fazer o trabalho pelo movimento do olhar entre as partes e o todo, sendo esse todo uma parte de outra estrutura mais vasta também. A estrutura significativa, que é a tentativa de coerência ao se dar resposta às expectativas, presente na integralidade da obra do autor, inicia o processo de investigação. A história assim deve ser

³ Idem. E continua: “Tal estrutura não é um dado atemporal, como no estruturalismo formalista. Há um processo prévio de elaboração, de gestação, de gênese das *estruturas significativas*. Além disso, a ação do homem modificando cotidianamente a realidade resulta em um processo contínuo de desestruturação das antigas estruturas e criação de novas. Com isso, o caráter significativo do comportamento humano, sua tendência natural à coerência, não é uma adequação mecânica às estruturas fixas, como pretendem os estruturalistas não-genéticos.”, p. 429.

construída pela noção de *relação* entre as totalidades parciais, entre o autor e sua obra, mas considerando que o autor, o indivíduo, é um ser sociabilizado e seu produto intelectual é compreendido dentro de uma conjuntura. Podemos ver que pela relação e interação do autor com o grupo social no esforço de se responder aos problemas, na formação de estruturas significativas, o comportamento expresso pelo autor não é bem uma façanha totalmente individual, mas coletiva. É o esforço histórico de grupos sociais em um processo de relacionamento com o mundo para dar respostas aos seus anseios nos desafios da vida social, encontrando espaço de expressão na obra ou na produção intelectual de alguns indivíduos. O sujeito é, por isso, transindividual, não sendo a minha intenção a construção de uma biografia, nem do estudo da obra do autor fechada em si, mas de sua obra como porta de acesso a situações institucionais e sociais de um período pelo viés relacional:

“(...) não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmos se permanecermos no plano dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece freqüentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode ou não pertencer) e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social”⁴

Não se pode dizer que a consciência é apenas individual, imanente ao autor. Também não deve haver o equívoco de se creditar a consciência apenas ao grupo, como se o autor, indivíduo, fosse apenas um porta-voz ou um médium intelectual do coletivo: “A natureza do sujeito que conhece, que não é nem o indivíduo isolado nem o grupo somente, mas uma

⁴ Goldmann, op. cit., p.8.

estrutura extremamente variável na qual entram ao mesmo tempo o indivíduo e o grupo ou um certo número de grupos”⁵.

O autor interage com o grupo social a fim de responder suas expectativas, e a sua produção é a expressão das possibilidades do grupo, é a resposta significativa a qual:

“funda o autor enquanto mediação constitutiva através da qual a consciência possível de um grupo se encarna de maneira coerente na obra literária. Inversamente, essa mediação constitutiva é o meio pelo qual o sujeito individual, imediatamente criador, entra em acomodação, em equilíbrio e assimila, sempre em sentido piagetiano, as categorias mentais possíveis do grupo, sujeito transindividual. Não há, portanto, homologia entre a estrutura biográfica ou sociológica do autor e aquela do grupo, mas entre *as estruturas mentais categoriais da obra enquanto virtualidade daquelas do grupo*”⁶

O intelectual, que pensa sobre a sociedade, está inserido nela, não havendo oposição entre sujeito e objeto, portanto a reflexão se faz do interior da sociedade e não do exterior, em contraposição. O comportamento humano deve ser entendido como dotado de um “fragmento de sentido” que se esclarece quando é integrado no conjunto ao qual pertence: “O comportamento, quando conectado a uma estrutura englobante, revela-se significativo. Essa estrutura, por sua vez, não é invariável: ela formou-se geneticamente e está em permanente mudança”⁷.

A ferramenta metodológica aqui é baseada na de Lucien Goldmann, não como uma receita ou manual seguido à risca, mas como caminhos apontados por seus estudos que são úteis ao meu, não de maneira determinista, mas como apoio que me é coerente na investigação de uma trajetória política pela produção intelectual de um indivíduo. Prosseguindo assim, o sujeito em Goldmann, como já está dito, é transindividual e portanto há um caráter coletivo na criação literária – que no caso de Galvão, nem considero apenas seus romances ou teatro, mas também seus relatórios, discursos documentados, propaganda e outras obras de teor político. O pressuposto é que esse caráter coletivo da criação intelectual

⁵ Goldmann, 1973, p.100.

⁶ NAÏR, Sami apud FREDERICO, Celso, ibidem p. 430.

⁷ Frederico, op.cit., p.431.

provém do fato de que as *estruturas* do universo da obra são homólogas às *estruturas* mentais de certos grupos sociais:

“Os grupos estruturam na consciência de seus membros uma ‘resposta coerente’ para as questões colocadas pelo mundo circundante. Essa coerência (ou visão do mundo) é elaborada pelo grupo social e atinge o máximo de articulação através da atividade imaginativa do escritor. A obra, assim, permite ao grupo entender mais claramente suas próprias idéias, pensamentos, sentimentos. Esta é a função da arte: favorecer a ‘tomada de consciência’ do grupo social, explicitar num grau extremo a ‘estrutura significativa’ que o próprio grupo elaborou de forma rudimentar para orientar o seu comportamento e a sua consciência”⁸

A visão de mundo como instrumento conceitual de trabalho é indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. É uma realidade que não é puramente individual, considerando então que o sujeito da ação nunca é o indivíduo isolado, mas um grupo com interesses e aspirações em comum⁹. A visão de mundo – esse pensamento – é expressa, portanto, na criação cultural do intelectual que é movida a um máximo de coerência em busca de esclarecimento: um máximo de *consciência possível*, ou o máximo de adequação ao qual o grupo social poderia chegar, mas sem mudar sua natureza¹⁰.

Como investigador, tenho acesso à obra de um autor, a qual é expressão de uma visão de mundo, ou seja, de consciência coletiva que tenta alcançar o seu máximo de clareza conceitual na consciência do intelectual. Sirvo-me dessa visão de mundo como instrumento conceitual que aplicado ao texto deve me permitir identificar o que é essencial nos escritos estudados e qual é a significação que os elementos parciais têm no conjunto da obra¹¹. Na investigação deve-se não só apontar a visão de mundo, mas problematizá-la ao perguntar “quais são as razões sociais ou individuais que fazem com que essa visão de mundo (que é um esquema geral) tenha sido expressa nessa obra, nesse lugar e nessa época, precisamente desta ou daquela maneira”¹², considerando ainda que há ou pode haver algo na obra que se desvie da expressão de visão de mundo que normalmente corresponde ao todo da produção do autor:

⁸ Idem.

⁹ Goldmann, 1979, pp. 17-18.

¹⁰ Goldmann, 1973, p. 103.

¹¹ Goldmann, 1979, p. 22.

¹² Idem.

é o chamado *acidental*, que de forma alguma deve ser ignorado, mas antes, indagado e colocado em contraste com o que é *essencial* do objeto estudado¹³.

Pelo método de Lucien Goldmann em que me baseio:

O objetivo de uma sociologia da literatura é, portanto, a busca das homologias, o estudo das *estruturas significativas* presentes nos grupos sociais – o substrato social que confere unidade à obra literária. O projeto de Goldmann procura transpor para a literatura dois movimentos: o estudo da *compreensão*, isto é, da *estrutura significativa imanente* da obra e a *explicação*, a ‘inserção dessa estrutura, enquanto elemento constitutivo e funcional, numa estrutura imediatamente englobante [para] tornar inteligível a gênese da obra que se estuda’¹⁴

A proposta desse método me é interessante quando o questionamento inicial é sobre a finalidade de se estudar um aspecto da visão de mundo de um intelectual, que no caso é o pensamento colonial de Henrique Galvão. Onde esteve inserido, quais funções exerceu, o que representava suas produções e a importância que tiveram autor e obra no meio social, também em quais ações políticas esteve envolvido ou exerceu; se essa visão de mundo é realmente apenas sua ou se, como proposto, é uma visão de mundo coletiva que atinge clareza conceitual em sua obra; o que se mantém coerente em sua obra, o que sai dessa coerência e por quê; e quais peculiaridades no estilo do autor.

Para esse primeiro capítulo, e como há poucos trabalhos sobre a trajetória de Henrique Galvão, tomarei como base dois livros: “*Henrique Galvão – Um Herói Português*”, biografia escrita por Francisco Teixeira da Mota, e “*Henrique Galvão – Ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)*”, biografia política de Galvão desde o início de sua carreira colonial até o momento rompimento com o Estado Novo, escrito por Eugénio Montoito.

Henrique Carlos da Malta Galvão

Nascido em Barreiro a 4 de Fevereiro de 1895, filho de Celestino Alberto Salgueiro Galvão e Maria Victoria de Brito Malta Galvão, mas criado apenas pela mãe e pelo avô

¹³ Idem.

¹⁴ Frederico, op.cit., p.433.

paterno, devido ao desaparecimento do pai. Dizem ter sido Henrique Galvão um garoto rebelde, tendo já sido expulso de algumas escolas, mas completando devidamente os liceus com um curso complementar de Ciências na Escola Politécnica em Lisboa.

Com 19 anos de idade, às vésperas da I Guerra Mundial, assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria nº2, à época aquartelado em Lisboa. O alistamento foi antes uma medida para próprio sustento, pois passava por dificuldades financeiras, que por desejo pelo serviço militar. Suas predileções eram a literatura e as práticas desportivas. Em 1914 publica um livro de poemas intitulado *Fruta Verde*, dedicado aos seus pais. Em 1915 publicava pequenos artigos e notas no bissemanário *A Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, que já contou com colaboração de célebres nomes da literatura portuguesa como Sampaio Bruno, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro e Antero de Quental. No ano de 1916 começou a publicar por folhetim o seu primeiro romance, *Na Nossa Terra: o Minho*, tendo participado com ele em um concurso literário promovido pela revista *Correio Literário*. Não foi premiado e fez duras críticas ao evento, o que de certa forma marca sua personalidade quanto à vaidade e ao ressentimento – características que veremos bastante durante sua trajetória política.

Descontente com a política do regime republicano vigente, mas sem fazer apologias à causa monárquica, demonstrava desprezo pelos políticos e pela vida parlamentar a que considerava como uma “choldra”¹⁵, mas mesmo assim se envolvia nos assuntos com participação ativa. Em 1917 foi um dos cadetes da Escola de Guerra que ajudaram Sidónio Pais¹⁶ a tomar o poder, os assim chamados “Cadetes de Sidónio”: em plena I Guerra Mundial, grupos políticos e setores da população indignavam-se com a situação da participação de Portugal no conflito e com a situação de problemas sociais internos, como o aumento do preço médio do pão a 65% no período de 1916 a 1917 e com greves de operários industriais. Esses grupos faziam, portanto, oposição aos “democráticos” do Partido Republicano

¹⁵ Mota, Francisco Teixeira da, 2011, p.15.

¹⁶ Nascido em Caminha, no Minho, em 1872, em uma família com poucos recursos. Completou o liceu em Viana do Castelo e entrou para a Escola do Exército em Lisboa, cuja arma escolhida para o curso foi Artilharia, pela qual foi promovido oficial, chegando a ser major. Concluído o curso militar, matriculou-se e licenciou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra, também concluindo o doutoramento pela mesma instituição, na qual continuou como professor nomeado de Cálculo. Desde a vivência de estudante universitário, envolveu-se com a política, tendo sido um republicano convicto e maçom. Entrou para a dissidência mais à direita quando da cisão do Partido Republicano Português, o Partido Unionista, de Manuel Brito Camacho, outro republicano oficial de carreira no Exército. Foi Ministro do Fomento e das Finanças em 1911-1912 e também senador unionista. Em 1912 foi nomeado ministro português em Berlim – ou seja, Embaixador – até Março de 1916, em que Portugal e Alemanha estavam oficialmente declarados como beligerantes na I Guerra Mundial. Em 1917 liderou o grupo de golpistas que derrubou o governo, tornando-se presidente e governando de maneira ditatorial, por isso reconhecido também como Presidente-Rei. Em 1918 foi morto a tiros por um militante republicano de esquerda, José Júlio da Costa.

Português (PRP), que tinha Afonso Costa no Governo e Bernardino Machado na Presidência da República. Um dos principais grupos, que conduziu o maior e derradeiro ato de oposição, foi o Partido da União Republicana, os *unionistas*, tendo Sidónio Pais como o líder da revolta. Foi um homem com talento organizador nesse ato, de “conjura amálgama”¹⁷, reunindo em torno de si vários grupos sociais que conspiraram nesse golpe contra o governo democrático, de latifundiários do Alentejo a operários de origem anarco-sindicalista, tendo daí difundida sua fama de carismático em uma conjuntura de descrédito social ao sistema democrático-liberal na Primeira República.

A insurreição armada contou com civis e com os militares dos quais fez parte Henrique Galvão, ou seja, os cadetes e alferes do Exército fiéis a Sidónio e que criaram um interessante legado político que se desenvolveu melhor em 1926 e na ditadura seguinte, e que se assentou nos quadros do Estado Novo, quando esses homens já estavam mais velhos. A batalha entre golpistas e tropas fiéis ao governo durou cerca de três dias em Lisboa, tendo sido um dos mais violentos golpes jamais vistos em Portugal. Vitorioso esse golpe em Dezembro de 1917, Sidónio Pais torna-se o Presidente da República em um regime presidencialista autoritário, colocando o Parlamento subordinado ao Executivo, e para si centralizando poderes e a liderança, aclamado por adulações públicas como um herói nacional. Pelo exercício ditatorial do cargo e do personalismo do regime na própria figura do presidente, Sidónio também foi conhecido como “*Presidente-Rei*”. O período é conhecido pelos seus defensores como República Nova, marcado pelo autoritarismo e centralismo em seus dois anos de vigência (1917-1918), conseguindo inclusive apoio de católicos e monarquistas até então hostis aos republicanos.

Aqui fica um marco na república portuguesa quanto à construção das bases do populismo e do fascismo no país, pois foi nesse curto consulado de Sidónio Pais que se aumenta o descrédito pelo liberalismo e pela democracia representativa, rendendo críticas às ganâncias dessa “plutocracia” burguesa e estruturando discursos e práticas políticas de extremado nacionalismo e que mobilizavam massas a clamar por um líder para a salvação nacional. Também se mobilizavam como apoio importantes setores militares, sindicatos e Igreja. A base militar deste movimento eram os jovens oficiais do Exército, da Escola de Guerra, dos quais muitos integraram quadros administrativos durante o governo sidonista e posteriormente participaram ativamente no Movimento do 28 de Maio (de 1926) e se consolidaram como apoiadores ou gestores no Estado Novo. Um desses jovens a quem

¹⁷ Wheeler, Douglas. 1978, p. 153.

Sidónio confiou um cargo político foi o alferes Henrique Galvão, nomeado administrador interino do concelho de Montemor-o-Novo em 1918. Em 1917, ano do golpe sidonista, Galvão havia representado no Teatro da Trindade a revista *Coplas do Papagaio Real*, escrita em co-autoria com Jorge Grave e Flávio dos Santos.

Henrique Galvão exerceu o cargo – primeiro como administrador político em sua carreira – até Janeiro de 1919, dias depois do assassinato de Sidónio Pais em Dezembro do ano anterior, que pôs fim ao já desgastado governo imposto por golpe. Nesse ano em que deixou o cargo em Montemor-o-Novo, Galvão publicou em nova parceria com Flávio dos Santos a comédia *O Primeiro que Passa* e as coplas de revista *Lebre Corrida*. Casou-se neste ano com Maria de Lurdes Lucena Rosa em Junho, sob ameaça de uma gravidez inexistente – talvez por isso a relação com Maria de Lurdes Galvão não o agradava, preferindo ficar só... Ou na companhia de outras mulheres¹⁸.

Frequentou em 1923 a École Normale de Gymnastique de Joinville-le-Pont, em França, especializando-se em Educação Física. Tornou-se professor de ginástica durante três anos na Escola de Tiro de Infantaria e durante alguns meses em um ginásio particular. Realizou, com o capitão Frederico Ayala, conferências que foram reunidas no livro *Educação Física*, publicado em 1923, “no qual defendia a importância dessa disciplina como forma de regeneração de um povo, não só física mas também moral”¹⁹. Há aqui algo interessante a respeito de um aspecto de visão de mundo do intelectual: a ideia de Educação Física como forma de regeneração moral e física de todo um povo, de uma nação. Não posso afirmar que a Educação Física por si só tem um caráter político definido, mas que é usada de acordo com certos interesses ideológicos.

Pelas funções e onde as exerceu Henrique Galvão, bem como pela sua profissão (a mesma do co-autor do livro de conferências reunidas) e também pela época, presumo que a Educação Física referida seja aquela de tipo “tradicional”, ou seja, militarizada. A atividade física assim está inserida na perspectiva do *higienismo* e tem o objetivo de disciplinar corpos e coordenar os movimentos ao máximo de uniformidade, cultuando a força e a virilidade. No desporto e ginástica preza-se pela cooperação desde que estabelecidas as hierarquias e ordens. Há uma função para cada indivíduo, visto como uma engrenagem do coletivo, não havendo o sentido de uma solidariedade horizontal entre indivíduos considerados iguais mesmo que em funções e capacidades diferentes, mas o sentido de uma coordenação vertical em que todos se

¹⁸ Mota, Francisco Teixeira, 2011, p.17

¹⁹ Idem.

diferenciam hierarquicamente para se formar um só corpo, uniforme: a equipe. E por ela esforçam-se como uma entidade maior, supra; pela camisa, pela bandeira, pelo escudo.

Os valores desse tipo de Educação Física, militar, são os valores que foram mantidos pedagogicamente em praticamente todos os grupos e regimes autoritários, em especial os fascistas – tendo a militarização como um dos elementos diretrizes do fascismo enquanto fenômeno político e social. A uniformização pela estética e pela disciplina dos corpos, o respeito à hierarquia, a harmonia coletiva ou o abafamento de conflitos entre as diferentes funções hierárquicas em uma equipa, a força física e o papel do indivíduo, que aqui será uma peça de um corpo maior, são algumas das características básicas do fascismo. As agremiações de juventude e as escolas no fascismo, por exemplo, tinham a Educação Física regida por esses valores.

As crianças e jovens na Educação Física aprendiam nas escolas e universidades, duas das principais bases institucionais de educação em uma sociedade, o respeito à autoridade do líder que dá os comandos; o respeito à autoridade de alguns indivíduos indicados por alguma virtude para ser o elo entre o líder e o coletivo – como é a figura do “capitão” de time. Aprendem que cada um tem sua função em prol de um todo maior e que essa harmonia eleva o coletivo ao êxito, e que para alcançá-lo é preciso que os corpos estejam fortes e em sintonia mecânica, ou seja, disciplinados. Assim, como na equipe, as pessoas se educariam para a nação, e as funções de cada um nas atividades físicas seriam como as funções de cada um no âmbito produtivo da sociedade (as classes sociais). Respeitariam a hierarquia, de acordo com os comandos de algum líder ou representantes deste em graus diferentes, sem questionar a ordem ou as suas funções no interior da sociedade. No caso dos trabalhadores, aceitar suas funções no âmbito produtivo, sem entrar em conflito com seus dirigentes ou com outra classe, considerando que essa harmonia, alimentada pelo trabalho executado por corpos fortes e saudáveis, seria o fator de existência de uma nação à qual todos pertencem, sem distinções de classe que esmorecesse o fato de que todos fazem parte de uma só nação ou um só povo. O trabalhador com movimentos corporais disciplinados produziria mais e melhor pela nação.²⁰

²⁰ Para se fazer um paralelo, a fim de comparação, exemplifico com o que disse sobre a Educação Física Francisco Campos, um expoente brasileiro do pensamento autoritário e principal responsável pela Constituição de 1937 do Estado Novo no Brasil: “A Constituição [de 10 de Novembro de 1937] prescreve a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e de trabalhos manuais, e atribui ao Estado, como seu primeiro dever em matéria educativa, o ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, cabendo-lhes ainda promover a disciplina moral e adestramento da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação. (...) // O ensino é, assim um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gerações, pelo treinamento físico, para uma vida sã, e cuida ainda de dar-lhes as possibilidades de prover a essa vida com aptidões do trabalho, desenvolvidas pelo

Dessa maneira, disciplinar o corpo é construir valores sociais reiterando-se, no caso, uma visão de mundo autoritária e reproduzindo uma ideologia nacional. A Educação Física se diferencia de outras matérias tendo em vista que sua atuação pedagógica é direcionada aos movimentos corporais e ao condicionamento físico. Se, como indica-nos Francisco Teixeira da Mota (2011), era essa a concepção de Henrique Galvão sobre a Educação Física, vejo aí elementos fascizantes em sua visão de mundo: a ideia de “regeneração” de um povo, presumindo que a nação inteira passa por uma crise de valores na política e de moral, e que é preciso reerguer-se em orgulho, afinal não se pode regenerar algo que não foi partido – e no caso das concepções políticas dos grupos a que Galvão estava vinculado então (nacionalistas, centralistas e de cariz fascista), o que os preocupava era a suposta humilhação e desmoralização da pátria. Nesse sentido, o elemento mais típico é o do ressentimento nacional em que invoca a moralização na política contra os interesses particulares de certos grupos que supostamente agiram contra a nação, levando um povo abaixo, portanto explica-se o nacionalismo. Também a ideia de que a regeneração moral necessária se faz conjuntamente com a regeneração física, o que já foi tratado: ao que parece, para Henrique Galvão, a Educação Física seria fundamental como disciplinadora de corpos e inculcadora de valores (uma visão de mundo); um fator essencial de moralização e construção de um novo tempo a partir de novos homens, como uma nação reconstruída.

Professor de Educação Física, Galvão prossegue sua carreira em 1924 em Madeira e Açores. Já no início de 1925, o então tenente tornou-se professor na Escola de Tiro de Infantaria, em Mafra, instruindo sargentos. Aí nessa vila ocupava-se em caçadas na Tapada Nacional de Mafra e na Quinta da Cerca; ocupava-se também com visitas à Horta dos frades, com representações teatrais e passeios a cavalo. Entretanto não demonstrava muita devoção ao cotidiano militar, mas demonstrava uma personalidade forte na vaidade:

“A vida militar tinha pra Galvão muito pouco interesse, não gostava do ócio da caserna e considerava que o coronel José de Oliveira Gomes, comandante da Escola de Mafra, onde estava colocado, era, na prática, ‘um sargento com galões de coronel’, que preferia estar bem com os sargentos da escola, em vez de dar razão a Galvão nos conflitos que este tinha com os subordinados”²¹

ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia. // Por isso mesmo, a Constituição estende às indústrias e aos sindicatos econômicos o dever de criar, na esfera de sua especialidade, escolas técnicas” in.: CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940, pp. 65-66.

²¹Mota, Francisco Teixeira, op.cit., p.16.

Semanalmente contribuía para a revista *Sport Ilustrado*, às vezes com artigo polémicos sobre o meio *business* desportivo. Tinha contribuições também na *Revista Militar* e na *Portugal*, do Rio de Janeiro. Continuou suas conferências sobre Educação Física, cada vez mais célebres, contando com a presença de grandes nomes do meio político, como o ministro da Guerra, Hélder Ribeiro, e de suas críticas, por vezes ácidas, não poupava nem os presentes. Como um ex-cadete de Sidónio, estava agora envolvido no meio dos oficiais nacionalistas que se mobilizavam dentro e fora dos quartéis contra as práticas do Partido Democrático no governo da república.

Em Junho de 1925 um evento marcou o seu pensamento em termos de identificação de visão de mundo. Esteve presente e admirou bastante a conferência “*Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico*”, proferida por Carlos Selvagem²², seu amigo por décadas, companheiro em produção de obras e em algumas atividades políticas. O que atraiu Galvão e que para si foi bem construtivo em seu pensamento expresso na sua produção bibliográfica, foi a visão de mundo nacionalista de Selvagem, dando centralidade à questão imperial – a importância do Ultramar ao futuro de Portugal.

A conferência realizada no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, a convite de seu amigo António Sérgio, foi publicada no *Boletim Geral das Colónias* ano seguinte, permitindo-nos o acesso ao seu conteúdo que tanto agradou Henrique Galvão. Apesar do título, Carlos Selvagem afirma pretender tratar na verdade da “inexistência de uma literatura portuguesa de ambiente exótico como sintoma flagrante da nossa decadência de Nação colonizadora”²³, indicando que se trataria de debater sobre um estágio de crise da

²² “SANTOS, Carlos Tavares Afonso dos (1890-1973) – Nasceu em Lisboa. De par com sua carreira militar desenvolveu intensa actividade literária, especialmente no domínio do teatro, sob o pseudónimo de Carlos Selvagem. Grande parte daquela decorreu em terras africanas (e daí os seus livros *Tropa de África* e *África Portuguesa* e a peça *Telmo, o Aventureiro*), onde desempenhou importantes cargos que lhe valeram altas distinções; mas o seu envolvimento na tentativa de derrube de Salazar levou à sua prisão e reforma compulsiva em 1947. Um drama rural de intensa vibração anímica (*Entre Giestas*, 1917) marcou a sua auspiciosa estreia teatral, seguindo-se-lhe duas comédias dramáticas de acentuada coloração social (*Ninho de Águias*, 1920; *O Herdeiro*, 1923); nestas três peças, e na «farsa heróica» *Dulcineia ou a Última Aventura de D. Quixote* (1944), reside o melhor do seu teatro, que no conjunto se eleva muito acima da mediania característica da época em que foi levado à cena. Mas são de lembrar também, entre as suas últimas peças, *A Espada de Fogo* (1949) e *O Anjo Rebelde* (1962), pelo rigor da construção dramática e o nobre anseio de justiça que as fecunda; e, da sua restante obra literária, o romance *Ave do Paraíso* (1929) e os quatro volumes de *O Império Ultramarino Português* (1950-1953), em colaboração com Henrique Galvão”. REBELLO, Luís Francisco. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. *Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo*. v.II, pp. 879-880 Lisboa: Círculo de Leitores.

²³ SELVAGEM, Carlos. *Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico*. In.: *Boletim Geral das Colónias*, v.II-8, pp. 3-16. Portugal: Agência Geral das Colónias, 1926.

política colonial que então marcava a nacionalidade portuguesa em nível ideológico, o que se faria evidente, ou sintomático, pela afirmada inexistência de uma produção literária de cunho colonial. Basicamente, defende que se não se constata nem uma literatura colonial que gere o orgulho pela propaganda artística, algo estaria errado na condução político-ideológica das colônias.

Imputa para as colônias uma condição de essência da nacionalidade lusitana – e seu futuro – para além de uma função apenas material na exploração econômica de seus recursos para a metrópole. Uma condição moral ou de valores nacionais próprios que constituiria o todo do Império como um só Portugal. Para esse problema, Carlos Selvagem pretende chamar a atenção do que ele nomeia como “*élite pensante*”²⁴ de Portugal, no intuito de que reconheçam a inexistência de uma literatura colonial (do gênero “ambiente exótico”) que “pela imaginação e pelo sentimento, estimulasse e deslumbrasse as curiosidades e o espírito de aventura da massa gregária da nação, assim a interessando apaixonadamente nesse problema vital da nacionalidade”²⁵. Portanto, ele pretende acionar os intelectuais que seria o grupo social específico e certo para se produzir um tipo de literatura que despertasse no geral da população em unidade, a “massa gregária”, o sentimento comum de nacionalidade que reconheceria nas possessões ultramarinas seu fator de existência; os intelectuais, pela literatura de alcance popular, como ideólogos do Império.

Prossegue pessimista, afirmando que, salvos alguns poucos exemplares, não houve desde o século XIX uma boa literatura de ambiente exótico em Portugal, ao contrário de outras potências coloniais com autores como Rudyard Kipling, Pierre Loti, Claude Farrère e Rider Haggard, que serviam como um plano de propaganda colonial, alguns até subsidiados ou fomentados pelo Estado²⁶. Esse gênero literário, que costuma trazer em seus enredos narrativas de viagens, aventuras e incursões de exploradores europeus no interior desconhecido de terras exóticas, é a expressão da defesa da superioridade do homem europeu a outros povos, como os africanos, em uma época em que o racialismo – ou o “racismo científico”, a tentativa de se constituir uma teoria científica de hierarquia entre raças – tentava justificar ou legitimar as práticas exploratórias em outras terras. Cito o exemplo do próprio Rudyard Kipling, célebre por várias obras do gênero, principalmente o poema intitulado “*O Fardo do Homem Branco*”, que defende o dever histórico do branco em civilizar outras terras e povos, constituindo-se como um defensor da superioridade do império britânico, tentando

²⁴ Ibidem, p. 4.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

legitimar a dominação colonial²⁷. Não só isso, a esse gênero de literatura o conferencista atribui a responsabilidade de seu potencial em incitar, por meio da imaginação e do interesse, a emigração de pessoas das metrópoles para as colônias, a fim de fixação e trabalho. Quer dizer, para ele essa literatura produzida por ideólogos (os intelectuais, a “*élite pensante*”) estimularia a formação de contingentes de colonos e assim a efetivação do império português, no caso defendido, estaria seguramente em curso. Pretendia mostrar que a África não é somente para pretos²⁸.

Em geral, a opinião de Carlos Selvagem é a de que falta nos portugueses uma mentalidade colonial, basilar para a existência de Portugal segundo os fundamentos de seus mitos nacionais, a ideologia do Império. Há uma identificação de visão de mundo de Galvão com Selvagem. A consciência que atingiu uma clareza conceitual na fala de Selvagem em 1925 é similar à expressa na futura produção literária de Galvão. Se houve uma influência direta, digo que foi na forma de se agir na produção literária. Ao sintoma da falta de uma literatura de ambiente exótico, Galvão responderá escrevendo a partir dos anos trinta conhecidas obras de romance colonial, alguns de linguagem e temática de alcance ao público infantil, inclusive. Foi um escritor do cotidiano do homem branco em África, das aventuras, do exotismo e de outras estratégias retóricas que atrairiam a imaginação portuguesa às colônias, procurando encorajar os interesses para lá. A começar pelo seu relatório no seu primeiro cargo colonial²⁹, também foi um crítico do que acusava de falta de uma ideologia e

²⁷ As viagens exploratórias ou expedições científicas que serviram de inspiração aos enredos da literatura realmente tiveram uma função muito importante nas colonizações, por revelar zonas até então desconhecidas. A expedição do jornalista Henry Morton Stanley entre 1869 e 1871 para localizar e resgatar o Dr. David Livingstone, então desaparecido em uma viagem à procura da nascente do Rio Nilo, revelou dados sobre o interior africano que rendeu ao viajante o contrato de Leopoldo II da Bélgica para mais uma viagem de reconhecimento na década de 1870 e na posterior organização do Estado Livre do Congo. James Augustus Grant, John Hanning Speke e Richard Burton, com estudos de terreno, natureza, culturas e costumes locais de África, Oriente Médio e leste asiático, serviram muito bem aos serviços coloniais por meio da Royal Geographical Society do Reino Unido que já possuía desde o século XVIII uma associação responsável por incursões ao interior africano para fins colonizatórios. Outros países europeus e outros intelectuais tiveram o mesmo papel. Portugal também teve alguns, como é o caso de Alexandre de Serpa Pinto que revelou um interior africano que alimentou o interesse em se expandir as fronteiras de Angola e, mais ainda, alimentou o desejo português em se ligar essa colônia a Moçambique, pelo projeto do Mapa Cor-de-Rosa. Não por acaso todos esses serviços foram ideologicamente aproveitados, com o respaldo do racismo reproduzido por universidades e outras instituições científicas e religiosas, justificando a partilha do continente africano e todas as práticas e políticas coloniais dos séculos XIX e XX em África e Ásia. Apesar de, com muitas críticas, ainda defender o lado o colonialismo de Portugal, o autor René Pélissier (2004) apresenta uma interessante constatação ao afirmar que a língua portuguesa é mais sincera que a inglesa, pois essa diferencia *exploiter* (no sentido de expropriação, de tirar proveito e lucros de maneiras forçadas) de *explorer* (no sentido de se pesquisar, investigar, descobrir), enquanto na língua portuguesa uma palavra só, *explorador*, define os dois sentidos. Em estudos de colonialismo, *exploration* é passo fundamental para *exploitation*.

²⁸ Ibidem, p. 9.

²⁹ Relatório de Huíla de 1929, na ocasião em que foi governador desse distrito em Angola.

política colonial dirigida, apontando erros de gerações políticas anteriores assim como Selvagem o fez sobre o século XIX português:

“Galvão partilhava das preocupações políticas e literárias de Carlos Selvagem, e acreditava que a salvação de Portugal passava por uma revolução de mentalidades que teria de se fazer, a bem ou a mal. Naturalmente, em 28 de Maio de 1926, Galvão estava entre os militares que apoiaram o movimento de Gomes da Costa que pôs termo à Primeira República em nome da moralização da vida pública”³⁰

O movimento do 28 de Maio de 1926 foi um golpe de Estado que pôs termo à República parlamentar liberal, ou I República, e iniciou o período da Ditadura Militar em Portugal. Golpe militar liderado pelo general Gomes da Costa, que procurou apoio na componente republicana conservadora do almirante da Armada Mendes Cabeçadas, o movimento foi caracterizado pela heterogeneidade de ideias e anseios políticos, portanto por várias tentativas de golpes internos. O golpe quase não encontrou resistência e a mobilização civil popular foi praticamente inexistente. Já derrubada a República parlamentar e sem unidade, foi vez dos diversos golpes internos ao próprio golpe: Cabeçadas seria afastado por Gomes da Costa e esse, por sua vez, afastado da liderança da Ditadura por um bloco chefiado pelos generais Óscar Carmona, primeiro presidente da Ditadura Militar, e Sinel de Cordes³¹. O apoio de grupos conservadores, como o Centro Católico, e radicais, como a extrema-direita de integralistas e da Cruzada Nun’Álvares³², foi fundamental na configuração do golpe e da Ditadura, que teve o eixo nas Forças Armadas, instituição acionada no pós-Primeira Guerra como único fator de salvação e moralização nacional.

A Ditadura Militar mostrou-se instável pela variedade de correntes internas concorrentes, como a de republicanos querendo a restauração e reforma da República e

³⁰ Mota, Francisco Teixeira, 2011, p. 18.

³¹ PINTO, António Costa. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. *Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo*. v.II, pp. 1016-1018. Lisboa: Círculo de Leitores.

³² Cruzada Nacional Nun’Álvares Pereira: pequena liga nacionalista surgida ainda no período de governo de Sidónio Pais e que teve papel importante no golpe de 1926 e derrube da I República. Seu fundador, tenente João Afonso de Miranda, convidou para compor as fileiras da liga vários elementos ligados às tradições conservadoras, sejam republicanos, católicos ou monarquistas. Organização patriótica, nacionalista e conservadora, tinha discursos como a preservação da família portuguesa e reedificação da moralidade nacional. Contou com participação de nomes importantes, como António Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo. Mesmo não sendo o fator de surgimento do fascismo em Portugal, foi um importante referencial para práticas fascizantes, contando com grande apoio como em um comício na Sociedade de Geografia de Lisboa que reuniu milhares de pessoas, segundo a imprensa.

integralistas, católicos e monarquistas querendo subvertê-la. Vários golpes internos foram tentados, sendo os principais os já citados: Cabeçadas, ligado a uma tradição republicana liberal, afastado por Gomes da Costa, que não conseguia equilibrar muito bem os interesses dessa direita conservadora e militar e que portanto foi afastado pelo grupo de Óscar Carmona³³. Surge nesse grupo a figura de um doutor da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar, o “mago das finanças”. Salazar, desconfiado, já havia sido convidado por Cabeçadas e Gomes da Costa para compor a pasta das Finanças, a qual aceitou mas acabou por se demitir com o golpe de Costa contra Cabeçadas. Posteriormente aceita auxiliar Sinel de Cordes, novo ministro das Finanças em 1926, mas que por questões de divergências e desentendimentos também se retira, dedicando-se a escrever publicamente artigos criticando as políticas financeiras da Ditadura sob Cordes, principalmente quanto ao grande empréstimo que em 1928 deixou o país à beira da ruptura financeira³⁴. As atenções aí voltam-se a Salazar, que aceitará a pasta das Finanças e se tornará o mito do “milagre das Finanças”, agregando setores da direita conservadora e construindo seu prestígio político entre as classes dominantes em Portugal, sobretudo quando em 1930, sendo ministro das Finanças e ministro interino das Colónias, aprova o Acto Colonial. Estavam lançadas as bases corporativistas, autoritárias e centralizadoras, além da mística imperial e das finanças equilibradas, que farão de Salazar o chefe de Governo em 1932, último ano da Ditadura Militar que precedeu o Estado Novo.

Henrique Galvão, no golpe de 1926, compunha o grupo de militares vindos do apoio a Sidónio Pais em 1917. Participou no movimento de implantação da Ditadura como defensor da salvação nacional e moralização da política, alinhado à direita radical envolvida, antiliberal, autoritária e antidemocrática. Em Fevereiro de 1927, Galvão defendeu a Ditadura contra seu primeiro golpe que tentava restaurar os partidos da Primeira República, saindo inclusive ferido do combate – ele lutando na rua das Amoreiras, em Lisboa, bem perto do Rato onde lutavam Humberto Delgado e Óscar Ruas. Prestigiado no meio militar, foi convidado pelo então ministro do Interior, António da Costa Macedo, a dirigir o jornal *O Imparcial* em parceria com Carlos Selvagem. Publicado a partir de 25 de Abril de 1927, o periódico era financiado pelo poder público mas afirmava-se independente, compromissado em ser o guardião dos valores e do “espírito” do 28 de Maio, “promovendo os valores ultranacionalistas e denunciando as situações e actuações do poder político-militar que

³³ FARINHA, Luís. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). *Dicionário de História do Estado Novo*. v.I, pp. 273-274. Lisboa: Bertrand.

³⁴ Idem.

considerava estarem a atraí-los”³⁵. Os valores ideológicos aí defendidos são características das ideias fascistas, tanto que o historiador Luís Reis Torgal (2009) inclui *O Imparcial* no grupo de periódicos filofascistas nos anos vinte, de propaganda radicalmente nacionalista, antiliberal, antidemocrático e anticomunista³⁶.

Incluindo a moral na política, como já o fazia e como fazem tipicamente os que se alinham à direita radical, nacionalista e autoritária, e incluindo sua já defendida ideia de regeneração moral e física:

“Para Galvão, como escrevia em 30 de Abril n’*O Imparcial*, em Portugal talvez existisse ainda um resto de coragem física, que se manifestava, nomeadamente, no futebol ou nas touradas. Mas o que, decerto, não existia era coragem moral, desassombro e sentimento de responsabilidade. Galvão, porém, tinha ainda esperança de que surgisse a coragem necessária para restituir a Portugal ‘a altivez, a grandeza moral, a galhardia, que os seus pergaminhos impõem (...) A 19 de Maio, na Sala Algarve da Sociedade de Geografia, perante o presidente da República, Óscar Carmona, proferiu mais uma conferência sobre o ‘Problema da Educação Nacional’. Nessa conferência, Galvão, que *O Imparcial* descrevia como um ‘espírito culto, sacerdote devotado da raça’, que seguia ‘evangelizando, convertendo, propagando, abrasado na sua fê, sereno na sua expressão’, afirmava que ainda era possível, em Portugal, afastar os homens da decadência pela regeneração física. O problema português era um problema de educação física, moral e mental”³⁷

Henrique Galvão fazia críticas a todos os possíveis inimigos, de fora ou de dentro da situação. Pelo *Imparcial*, acusava de receber dinheiro do bolchevismo internacional a Liga de Defesa da República/Liga de Paris, organização de oposição à Ditadura organizada por exilados políticos pós-28 de Maio, de que faziam parte Afonso Costa, José Domingues dos Santos, António Sérgio, Jaime Cortesão e outros. Em 1927 escreveu um violento artigo apontando casos de corrupção no interior da situação político-militar vigente. Antes de tudo, era um moralista em assuntos políticos: “Para Galvão tudo o que se apresentava como contrariando os seus elevados ideais de justiça e os princípios do 28 de Maio era

³⁵ Mota, 2011, p. 19.

³⁶ “Os jornais *O Imparcial* (1922), *Portugal* (1923), *A Ditadura* (1923-1925) e *Ideia Nova* (1923) vão continuar o combate e afirmar assumidamente a existência de um «Partido Fascista Português»”. In. Torgal, 2009, p. 87.

³⁷ Idem.

absolutamente inaceitável”³⁸, além de ver um grande problema na diversidade interna do movimento:

“Para Henrique Galvão, o movimento militar, apesar de ser visto como uma ‘expressão revolucionária nítida, precisa e legítima’, tinha como fragilidade a sua improvisada e divergente ‘expressão política’, cabendo a responsabilidade a todos aqueles que, apesar de se terem *unido para destruir*, divergiam e anulavam os resultados desejados, pelo facto de não terem um critério comum quanto à construção do futuro político”³⁹

A situação política de Portugal era a de crises ministeriais e crise financeira na metrópole e nas colónias. Em reunião de militares no Sud-Atlantique Hotel, para se discutir inclusive o papel do Exército como fator de unidade e impeditivo a qualquer atitude de conflito, o então tenente Henrique Galvão esteve presente. Em Julho de 1927, com Carlos Selvagem, publicam uma edição d’*O Imparcial* sem passar pela censura, entretanto cientes de que o jornal poderia ser suspenso. Esta edição estava composta por uma só folha e continha uma verdadeira declaração de guerra com um artigo de Galvão e uma carta de Selvagem. O artigo de Galvão, intitulado “*O Cambão*” tinha como mensagem central:

“O Governo, impotente contra o cambão político-financeiro que domina a sociedade portuguesa, divorciou-se do espírito e do programa do 28 de Maio, traiu o Exército que nele confiou e está comprometendo o prestígio da Situação (...) Por que não sai o Governo?”⁴⁰

Depois dessa, agravada por alguns artigos anteriores e reuniões que mantinha com outros militares⁴¹, como a do Sud-Atlantique, Galvão foi detido por nove dias em São Julião da Barra. No inquérito denunciou o mal-estar entre membros do governo e sua pessoal descrença no empréstimo que estava sendo negociado no estrangeiro para equilibrar as finanças – o mesmo que fez ascender Salazar como o milagreiro nesse campo, ao adotar

³⁸ Ibidem, p. 20.

³⁹ Montoito, op. cit., p. 20.

⁴⁰ Galvão apud. Mota, 2011, p. 20.

⁴¹ Mota, op. cit., p. 21.

políticas financeiras que dispensassem esse empréstimo. Galvão, auto-afirmado como um oficial do 28 de Maio, seria em Agosto de 1927 um dos cabecilhas da tentativa de golpe liderado por Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo, conhecido como “Golpe dos Fifis”, “(...) agora numa posição político-ideológica que o aproxima de forma conluiosa dos nacionalistas e dos monárquicos integralistas”⁴². As ambiguidades e os novos rumos políticos demonstravam a procura por um novo chefe unificador, que na intenção dos golpistas ligados ao integralismo lusitano e à extrema-direita do 28 de Maio seria Filomeno da Câmara o novo ditador.

Henrique Galvão no Golpe dos Fifis estava de acordo com Morais Sarmiento⁴³ quanto à necessidade de uma sucessão ministerial:

“(...) recomposição ministerial que, na óptica de Morais Sarmiento, deveria contemplar, entre outras, figuras como Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Melo, Coronel João de Almeida, Dr. Oliveira Salazar, Dr. Fidelino Figueiredo e Coronel Vicente de Freitas, reconhecidamente apoiantes da ditadura e críticos do governo, que cooperassem na obra de dignificação do Exército, de ressurgimento e de transformação política com o fim de criar um Estado Novo, que pela sua acção impedisse o retorno ao passado recente e salvasse a Pátria”⁴⁴

A justificativa dos golpistas era a de salvar o que diziam ser o espírito do 28 de Maio, assegurando ainda o protagonismo militar na edificação de um “Estado Novo”, ou um regime que superasse o modelo liberal já derrotado. Morais Sarmiento é claro no princípio do protagonismo militar quando declara que a intenção era anunciar o golpe, demitir o governo e tomar os ministérios, correios e telégrafos pela ação de soldados, ficando os civis em casa, como forma de se dar solução à crise⁴⁵. Assim estariam contra o ministro da Guerra, Passos e Sousa, e dariam um golpe dentro do golpe, de iniciativa militar como uma “elite” política, ainda nos princípios da revolta sem romper com os quadros da ordem social.

⁴² Montoito, op. cit., p. 20.

⁴³ Diretor da Polícia de Informação do Porto e pertencente ao Ministério do Interior. 24.

⁴⁴ Montoito, op. cit. p. 30.

⁴⁵ Ibidem, p. 30.

Oliveira Salazar, ao se recusar o convite em 1927 para compor o governo na pasta das Finanças⁴⁶, fez abrir correntes de apoio ao golpe, sendo uma que desejava colocar Filomeno da Câmara na presidência do Ministério:

“A negativa de Salazar fará recuar a pressão do grupo dos seus apoiantes, começando a ter forma uma dupla corrente de apoio a Filomeno da Câmara, mas pretendendo vê-lo como vice-presidente ou ministro das Finanças sob a chefia de Passos e Sousa, outros, mais radicais, como presidente do ministério sem a presença do actual ministro da Guerra. No entanto, em ambas as soluções de formação de elenco governativo surgia o mesmo propósito de continuidade política, idêntica reclamação de medidas urgentes de saneamento financeiro, convergências na defesa de soluções internas sem recurso a empréstimos estrangeiros. Em ambos se preconizava uma nova doutrina, em ambos estava presente a sombra de Salazar”⁴⁷

Como manifesto golpista, datado de 9 de Agosto de 1927, Morais Sarmiento redigiu o panfleto “*Aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa*”, que dava as motivações para o golpe:

“o Governo recusava a remodelação do ministério que o Exército há muito vinha pedindo, por, segundo afirmara, não ser conveniente por estar a negociar um empréstimo internacional. No entanto, o empréstimo não se ia realizar, era uma ‘vigarice’, e o Governo, afinal, ia ser remodelado com a ascensão do tenente-coronel Passos e Sousa a vice-presidente do Ministério, não sendo respeitada a vontade do Exército”⁴⁸

Outras acusações de Sarmiento contra o governo eram baseadas no que lhe dissera Henrique Galvão quando do inquérito sobre a polémica d’*O Imparcial* e também no que lhe dissera o ministro do Comércio. As situações que considerava inaceitáveis e portanto

⁴⁶ Os motivos apresentados por Salazar: “(...) É preciso notar que a generalidade das pessoas que me querem no Ministério das Finanças me querem apenas como um técnico que conserta uma cadeira rota e não um político (...) E duvido mesmo se, entrando como técnico, eu poderia impor como condição qualquer coisa do muito que interessa em certos pontos morais à política e governo no País (...) Assim não. Jogo tudo por tudo e exijo as condições de máxima liberdade de acção, de escolha e de direcção” Salazar apud. Montoito, 2005, p. 37.

⁴⁷ Montoito, op. cit., p. 38.

⁴⁸ Mota, op. cit., p. 24.

justificativas para o golpe seriam: a afirmação do capitão Jorge Botelho Moniz de que ia gratuitamente à Conferência Económica de Genebra, recebendo seis libras de ouro por dia; a afirmação de que o ministro do Comércio nomeava engenheiros amigos pessoais para cargos nos Caminhos-de-Ferro; o fato de que o ministro da Marinha acobertava um cunhado acusado de irregularidades e roubo; e os recorrentes insultos e desordens entre os ministros do Conselho⁴⁹. A essa situação, os golpistas reforçavam o discurso de moralização da política e procuraram esclarecimentos. Na carta, Morais Sarmiento ainda conta, sobre as desavenças entre os ministros, que “O ministro do Comércio, referindo-se ao das Finanças, ‘esse filho da puta do ministro das Finanças’, etc.; este, por sua vez, referindo-se àquele seu colega, ‘o sacana do ministro do Comércio’”⁵⁰, e conclui chamando para o resgate do espírito do 28 de Maio. Passos e Sousa, defendendo o governo, soltava nota oficiosa dizendo que reinava no país o sossego absoluto.

Na madrugada do dia 12, antecedendo o golpe, um incidente se faz notável para o evento. No Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, onde era a residência de Óscar Carmona como chefe de Estado e de Governo, houve uma reunião que contou com a presença de Manuel Rodrigues, da pasta da Justiça, do general Sinel de Cordes, das Finanças, do comandante João Belo, das Colónias, Passos e Sousa, da Guerra e outros oficiais militares. Na narração dos fatos, Carmona insiste que não se tratava de um Conselho de Ministros, mas de uma reunião que visava conservar alguns membros do governo frente a boatos de uma subversão da ordem estabelecida pelo governo instituído. Compareceram ao QG homens à liderança do Golpe dos Fifis, sendo eles os capitães David Neto e Fernando Rodrigues e o tenente Morais Sarmiento, exigindo do ministro da Guerra satisfações sobre a composição de um novo ministério. Passos e Sousa então decide atender os militares revoltosos em uma sala ao lado àquela onde estavam Carmona e os ministros, na qual estava também Manuel Rodrigues a ler em voz alta o manifesto golpista “*Aos oficiais da Guarnição Militar de Lisboa*”. Na passagem em que se refere ao ministro das Finanças como “filho da puta”, Sinel de Cordes, o próprio, exige desagravo das injúrias de Morais Sarmiento. Este é segurado pelo braço por Carmona que interveio na situação, dando-lhe voz de prisão, porém Sarmiento se insubordina e saca a pistola disparando um tiro. Carmona e outros oficiais tentam agarrá-lo mas, oferecendo resistência, o golpista dispara mais tiros, atingindo na perna o tenente Josino da Costa, secretário de Cordes, e furando as calças do ministro da Justiça⁵¹. Na luta corporal

⁴⁹ Ibidem, p. 25.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem, p. 27.

que se seguiu, caíram no sofá Carmona, Sarmento e outros oficiais, em uma cena cuja narração os exime de qualquer elegância militar de gabinete.

Cessada a briga, Morais Sarmento garante que não dispararia mais tiros e, na companhia de David Neto e Fernando Rodrigues, pegam um táxi em direção ao Batalhão de Caçadores 5, em Campolide, Lisboa. Os Fifis, Fidelino e Filomeno, juntos a outros oficiais, prosseguem na tentativa de aliciamento de oficiais ao golpe nos quartéis de Lisboa, mas não têm sucesso, portanto também chamando um táxi em direção ao Caçadores 5. Lá tentariam ainda, em vão, cooptar apoio do comandante tenente-coronel Lobo da Costa, que já fora governador do distrito de Coimbra, mas essa recusa marcou a impossibilidade de êxito do golpe⁵². Novamente chamam um táxi.

Fidelino Figueiredo, então diretor da Biblioteca Nacional, Henrique Galvão, António Ferro e António da Silva Monteiro têm esperanças e enviam à Imprensa Nacional dois rascunhos de diplomas a decretar a demissão do governo e nomear o capitão-de-fragata Filomeno da Câmara como Presidente ditador e ministro de todas as pastas⁵³. A ser publicado no *Diário de Governo*, eles tentariam concretizar o golpe, mas o diretor da Imprensa Nacional, Luís Derouet, recusa-se a publicar o documento que só contava com as assinaturas dos capitães David Neto e Fernando Rodrigues. O golpe estava definitivamente falhado⁵⁴, dando para o governo da Ditadura a oportunidade de encerrar o Batalhão de Caçadores 5, suspender o periódico monárquico integralista *Ideia Nacional* e de prender os envolvidos no golpe, mesmo que tenha o próprio governo falhado também na hipótese de um governo liderado por Passos e Sousa e mesmo que as medidas de Sinel de Cordes nas Finanças estivessem sofrendo ataques públicos, acendendo ainda mais a necessidade de um saneamento financeiro com Salazar cotado.

Politicamente, o golpe falhado e seu desenrolar demonstra, sobretudo, o caráter “elitista” da Ditadura Militar. Melhor dizendo, a ausência de participação popular ou de seus representantes, ficando as disputas de poder e as mudanças políticas sempre dependentes de

⁵² “(...) A manhã de 12 de Agosto acorda com vozes dissonantes, ora que tudo estava calmo, ora que o governo apresentava a sua demissão e que Filomeno da Câmara se preparava para organizar um novo ministério. Do lado do Governo, Passos e Sousa ordena a concentração na Amadora de unidades fiéis e envia o Governador Militar de Lisboa, General Luís Domingues, percorrer os aquartelamentos de Campolide, do outro lado, Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo, acompanhados por Morais Sarmento, Henrique Galvão, Tenente António da Silva Monteiro e por outros indivíduos, dirigem-se a Caçadores 5 com a intenção de despoletar o movimento”. In.: Montoito, 2005, p. 41.

⁵³ Montoito, op. cit., p. 44.

⁵⁴ Na imprensa brasileira o ocorrido foi manchete de capa do Correio da Manhã, publicado no Rio de Janeiro a 14 de Agosto de 1927. Há disponibilidade de acesso pelo site da Biblioteca Nacional: http://memoria.bn.br/DocReader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=089842_03&pagfis=31260&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader.

altos oficiais das Forças Armadas. Sejam governista ou golpista, as situações são decididas em gabinetes militares. O 28 de Maio reuniu grupos diversos que concordavam em derrubar a república liberal, no entanto que divergiam entre si nos programas, todos de direita, mas alguns mais conservadores e outros radicais. Grupos golpistas de direita radical, como na intentona dos Fifis, foram derrotados. Talvez por razão da política de gabinete, esses grupos de características fascistas não mobilizaram massas nem contingentes militares, portanto sendo uma minoria burocrática. Ainda assim, assegurado um eixo da Ditadura com as tentativas de golpes internos fracassadas, os golpistas não sofreram graves punições. Foram presos e afastados, deportados, não estando alheios à política, mesmo isolados dos centros de decisão. Ainda que divergentes, esses homens ainda mantinham uma afinidade de programa, reforçado pelo companheirismo em armas, de superação de um modelo republicano liberal, burguês e parlamentar para um modelo nacionalista, centralizador e autoritário.

Os capitães Neto e Rodrigues foram presos no Forte de São Julião da Barra; Filomeno da Câmara foi preso na fragata *D. Fernando*; Fidelino Figueiredo foi demitido da direção da Biblioteca Nacional e foi recluso no Quartel do 1º Grupo de Esquadrilhas de Aviação na Amadora; Morais Sarmiento fugiu do país e não foi preso. Já o tenente Henrique Galvão ficou detido na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa. A bordo do vapor *Pedro Gomes*, Fidelino e Filomeno seguiram como exilados políticos a São Tomé e Príncipe. Na mesma situação de deportado político e a bordo do mesmo vapor, meses mais tarde seria a vez de Galvão ir a Angola.

Henrique Galvão chegou a Angola em fins de 1927 e ficou por seis meses até retornar à metrópole na sequência de uma anistia, um tempo suficiente para se ter impressões e conhecer algumas realidades coloniais em chão africano. Em Fevereiro de 1929, Henrique Galvão retorna a Angola para chefiar o gabinete de Filomeno da Câmara, então nomeado alto-comissário em substituição a Vicente Ferreira. Galvão até então mantinha boas relações com Filomeno, inclusive enviando por António Ferro um pedido de defesa do alto-comissário na metrópole.

Com 34 anos, Galvão foi nomeado governador do distrito de Huíla, ganhando confiança e admiração de Filomeno e de outros nomes influentes ligados à administração colonial. Aos poucos foi exercendo seu papel de político, com bastante carisma e aceitação, conhecendo melhor as realidades coloniais no que diz respeito à administração, finanças e nos hábitos locais, reforçando esses conhecimentos com seus passeios, suas caças e com a atividade de fotografia. Mesmo não sendo religioso, defendia a atividade missionária em

Angola como fator essencial de ocupação e civilização de terras remotas⁵⁵. Era um militar de importante peso político:

“Todavia, se havia uma intenção de enviar para o degredo um soldado revoltado, também houve o cuidado de que essa transferência, para *terra de pretos*, para uma *África infernal*, lá no Lubango, por onde Angola acaba, tivesse uma primeira forma de castigo suave, para, rapidamente, se transformar em comissão militar, através de nomeação como Governador Interino do Distrito de Huíla (Portaria 2 de Abril de 1929), Chefe do Gabinete do Alto Comissário e de Chefe da Repartição do Gabinete do Governo Geral”⁵⁶

Como se vê, ainda degredado, Galvão gozava de respeito e prestígio, de uma reconhecida importância política nos quadros institucionais da Ditadura Militar. Caso contrário, não disponibilizaria de cargos tão importantes como esses que adquiriu. Essa deportação serviu mais como um afastamento, e não como um abandono, para que talvez se mantivesse distante de atuações políticas como as de que havia participado. O detalhe é que África não o afastou, mas o aproximou dos assuntos polêmicos relacionados à política portuguesa, e foi eixo de sua trajetória política inclusive nos seus atos de oposição ao Estado Novo – seus punidores, nem ele mesmo, não teriam como prever tais consequências.

Henrique Galvão governou Huíla por pouco tempo, de 4 de Fevereiro a 26 de Junho de 1929, em um período que já rendeu notável obra política. É um admirador e pretende governar como governara João de Almeida: se o lema desse era “Pacificar-Organizar-Colonizar”, Galvão adotava “Ocupar-Organizar-Colonizar”, no que ele dizia como forma inteligente e patriótica de governança⁵⁷, contra a falta de orientação superior da política colonial e da vaidade de homens sobre os interesses nacionais. Galvão é exonerado depois das críticas a uma suposta inexistência de uma política colonial do governo de Lisboa, somadas a desentendimentos com o alto-comissário Filomeno da Câmara:

“O Alto Comissário é acusado de pessoalismo estéril sem futuro nem significado patriótico, demonstrativo de uma desorientação política no governo da colónia por

⁵⁵ Mota, op. cit, p. 32.

⁵⁶ Montoito, op. cit, p. 50.

⁵⁷ Ibidem, p. 55.

falta de conhecimento do meio e da realidade, conduzindo este comportamento fricções entre os intervenientes e, necessariamente, ao afastamento daquele que estava em situação de subalternidade”⁵⁸

Fica mais visível a visão de mundo nacionalista de Henrique Galvão, bem coerente com aquelas ideias de quando era um cadete de Sidónio ou de quando era apoiador do 28 de Maio – mesmo sendo apoiante dos Fifis: ataca os supostos interesses pessoais ou ligados a pequenos grupos em detrimento dos interesses coletivos da nacionalidade portuguesa. A ambição de poucos comprometeria a perpetuação da missão histórica de Portugal no ultramar. Já sua exoneração foi justificada por Filomeno porque supostamente teria beneficiado um amigo seu, Teodósio Cabral, em atividades de caça que seriam, nas situações exercidas, ilegais.

Sobre a obra política de Galvão, primeiramente marcou-se polêmico quanto ao questionário sobre trabalho indígena elaborado por delegados portugueses da Sociedade das Nações, recusando-se a responder por considerar que tais questionamentos visavam tão somente as condições de trabalhos indígenas, de caráter idealizado e que não presumia as especificidades da realidade local, não levando em consideração a visão técnica das condições econômicas que exigiam o trabalho indígena, que não seria para ele de forma alguma análoga à escravatura. Por essa mesma opinião, refuta as críticas elaboradas pelo sociólogo Edward Ross em 1925 sobre as condições de trabalho em Angola e Moçambique⁵⁹.

Como governador, realizou viagens, inaugurações, convocação de agricultores para fundação de um sindicato agrícola; estabeleceu relações amistosas com funcionários, mas tinha fama de ser implacável e intolerante a insubordinações⁶⁰. Esteve presente em cerimônia solene de transladação de corpos de soldados ingleses para a União Sul-Africana, mandou encerrar uma tipografia de onde saíam panfletos clandestinos contra a Ditadura Militar e teve encontros com membros da comunidade bôer que desejavam retornar a Angola alegando maus tratos na África do Sul. E nas suas visitas técnicas à estação de zootecnia dirigida por Abel Pratas, afirmava ter a impressão de ordem e prosperidade nessa instituição estatal.

Da sua primeira viagem, a do degredo, resultou o livro *“Em Terra de Pretos: Crônicas d’Angola”*, uma coleção de crônicas críticas sobre o cotidiano e a política nas colônias. Também publicou *“Terras do Feitiço”*, de ficção colonial de estilo bastante autorreferencial

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Mota, op. cit., p. 33.

⁶⁰ Idem.

sobre sua estadia em Angola. E em 1929 produz o “*Huíla: Relatório de Govêrno*”⁶¹ que, como o nome já diz, é um relatório de seu governo, contendo suas críticas às políticas coloniais vigentes e uma autopropaganda e autodefesa acerca de suas obras realizadas durante o curto governo no distrito. De volta à metrópole, em 1930, Galvão e sua esposa Maria de Lurdes adotam a garota Beatriz em Cascais, e no mesmo ano profere uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa intitulada “*Nacionalização de Angola*”, defendendo as medidas de Oliveira Salazar na pasta das Finanças (e que em oito dias seria ministro interino das Colónias) como solução para a crise em Angola. Nacionalizar, nesse sentido, seria tornar o império um “todo nacional”, centralizando-se os poderes na metrópole.

Nesse ano de 1930, Galvão apresentou o livro “*Em Terra de Pretos: Crônicas d’Angola*” no 4º Concurso de Literatura Colonial, evento promovido pela Agência Geral das Colónias como forma de propaganda das políticas coloniais portuguesas. Sobre o livro de Henrique Galvão, o agente geral das colónias, Armando Cortesão, pronuncia a crítica:

“Não encontrara na obra que os portugueses tinham feito nas colónias que ele visitou uma pessoa ou um feito que lhe merecessem admiração ou mesmo simpatia. Tudo lhe inspirava desdém, desprezo, crítica destrutiva e maldizente (...) só admirou um caçador de elefantes (...) e a ‘superioridade dos povos do Norte, sobretudo dos ingleses e alemães, como povos colonizadores’ (...) Quem lesse e acreditasse no que o Sr. Henrique Galvão escreve teria vergonha de ser português!”⁶²

De fato, Galvão faz inúmeras críticas neste livro, não a Portugal ou à nacionalidade portuguesa, mas ao modelo político colonial vigente. Como resposta à crítica de Cortesão, Galvão escreve uma carta no mesmo tom irônico com que escrevera as crônicas, criticando os burocratismos dos órgãos de política colonial, o Terreiro do Paço e a própria Agência Geral das Colónias.

Em finais de Dezembro de 1929 em seu regresso a Portugal apresentando-se em sua unidade e posteriormente ingressando-se na Companhia Nacional de Navegação. Por lá, no ano de 1930, Henrique Galvão conviveu com Armindo Monteiro⁶³, colega de Escola de

⁶¹ Também conhecido como “Relatório de Huíla”.

⁶² Mota, op. cit., p. 45.

⁶³ Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (1896-1955). Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1918, frequentando ao mesmo tempo a Escola de Guerra. Enquanto não integrava o corpo docente de sua faculdade, prestou serviço como oficial do Exército. Em 1921 conclui seu doutoramento, defendendo uma tese

Guerra, e com Francisco Vieira Machado, que trabalhava no Banco Nacional Ultramarino. Estes dois tentaram colocar Galvão no *Diário de Notícias*, todavia sem sucesso. No novo governo, de Domingos Oliveira, Armindo Monteiro foi subsecretário de Estado das Finanças, sendo convidado por Salazar, ministro das Finanças e ministro interino das Colónias, para ser governador-geral de Angola. Monteiro, porém, recusou a proposta, abrindo espaço para a nomeação de José de Sousa e Faro e com isso uma desaprovação de Galvão, que visivelmente preferia Armindo Monteiro no cargo⁶⁴.

Em Maio desse ano ocorria o III Congresso Colonial na Sociedade de Geografia de Lisboa, em que se discutiria o Acto Colonial, “que visava fixar, como matéria constitucional, as disposições legais mais relevantes respeitantes ao estatuto das colónias e à própria administração colonial”⁶⁵, de autoria de Oliveira Salazar, com colaboração significativa de Armindo Monteiro. No Congresso, um político moderado ligado à I República, Cunha Leal, pôs em causa a legitimidade do Acto Colonial, discordando também do termo “Império Colonial Português”, a que deveria ser substituído pelo tradicional “Províncias Ultramarinas”, e considerando o projeto como “ vaidade, poeira, ensaio para ver como será recebida uma Constituição decretada em Ditadura, pretexto para retumbantes exibições patrioteiras”⁶⁶. Já Henrique Galvão que, como demonstrou na defesa pela nacionalização de Angola, correspondia à visão de mundo desse grupo de nacionalistas que ergueriam o Estado Novo, discursa como apoiador do projeto:

que posteriormente seria o primeiro volume de sua obra *Orçamento Português*. Em 1923 integra o corpo docente da Faculdade de Direito de Lisboa, sendo o primeiro licenciado de Direito da UL a ingressar como professor da própria faculdade, sendo catedrático em Ciências Económicas desde 1925. Desenvolveu vários estudos sobre a situação financeira em Portugal, designado a compor a equipe de técnicos financeiros a liquidar a dívida com a Inglaterra (1926-27), tornando-se um colaborador próximo a Salazar na pasta das Finanças a partir de 1928. Em 1929 será subsecretário de Estado das Finanças, compondo o quadro de fundadores do novo regime que viria. Em 1930, foi co-autor e principal ideólogo do Acto Colonial e já em 1931 exercia o cargo de ministro das Colónias, um dos mais célebres e emblemáticos doutrinadores e ideólogos da ideia de “Império” do Estado Novo, promovendo a Exposição Colonial do Porto (1934) e a Conferência Económica do Império Colonial Português (1935). Foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1935 e 1936 e embaixador de Portugal em Londres de 1936 a 1943. Nesses cargos diplomáticos tornou-se polêmico, criticado por uns e elogiado por outros, sobretudo por discordâncias da política externa de Salazar no período da Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, foi defensor da neutralidade de Portugal desde que colaborante com os britânicos, acirrando as relações com Salazar, que o demitiu às vésperas de ser assinado um acordo sobre cedência de facilidades militares aos britânicos nos Açores, em 1943. Os britânicos respondem atribuindo-lhe a Ordem do Banho e oferecendo-lhe um banquete com a presença de Winston Churchill. No entanto, a pedido de Salazar, Monteiro afasta-se da vida política pública, tendo participações pontuais nas eleições presidenciais de 1949 e 1951 e sendo procurador da Câmara Corporativa e membro vitalício do Conselho de Estado. Fora de cargos importantes na política, regressa ao seu cargo de professor em Lisboa e preside vários conselhos de administração de grandes corporações privadas.

⁶⁴ Ibidem, p. 50.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ibidem, p. 51.

“Galvão, pelo seu lado, defendeu empenhadamente o projecto e o pensamento e a acção de Salazar, afirmando, a terminar, que ‘em oposição àqueles que julgam o termo (Império) inconveniente e pretensioso, eu direi que temos uma missão, uma finalidade mundial a alcançar na própria ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro de uma concepção imperial que não tem o significado e militarista que tantas vezes anda ligado às ideias de imperialismo, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral e económica entre o Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de Além-Mar”⁶⁷

Defende claramente a ideia de que o colonialismo português é único e diferente das práticas coloniais de outras potências europeias. Diz ser um imperialismo pacífico, de unidade entre os portugueses (muitas vezes referidos como “a nossa raça”) e os povos das colônias, na esteira dos direitos e funções históricas de Portugal com suas colônias, portanto é homólogo à “mística imperial” de Armindo Monteiro no Acto Colonial. Este diploma foi enfim promulgado em Julho de 1930, substituindo o título V da Constituição de 1911 e imprimindo uma fase “imperial” na opção colonial do Estado português: nacionalista e centralizador⁶⁸. O nome “Império Colonial Português” é atribuído ao “território ultramarino” (art. 3º) e é expressa a tradicional ideia de que a “Nação Portuguesa” tem “a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (art. 2º). Aos “indígenas das colônias” afirma-se um carácter protecionista, de características claramente racistas, e que dará papel especial às “missões católicas portuguesas do ultramar” consideradas como “instrumentos de civilização e influência nacional” (art. 24º)⁶⁹.

Desde a sua promulgação, o Acto Colonial, que foi um dos primeiros documentos fundamentais do Estado Novo, sofreu oito alterações. Em 1933 foi incorporado à nova Constituição, que colocava oficialmente em vigor o regime do Estado Novo com Salazar na presidência do Conselho. Sofreu duas revisões, uma em 1935 e uma em 1945, esta última como consequência da Segunda Guerra Mundial em que o termo “colonial” tornou-se inevitavelmente polémico. Nesse sentido, o Acto Colonial foi revogado em 1951 em uma revisão constitucionalista em pleno contexto mundial da “onda de descolonização”, na qual

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Rosas, 1996, p. 92.

⁶⁹ Torgal, op. cit., p. 183.

Portugal recusava-se a desfazer de seus domínios ultramarinos. Mesmo revogado o diploma, as alterações não mudaram substancialmente as intenções coloniais do país: em termos de nomenclatura, “colónias” deu lugar a “províncias ultramarinas”, e “Império Colonial Português” a “Ultramar Português”, mas nada que subvertesse sua autoproclamada “função histórica” de nação colonizadora. No geral, foi o triunfo do modelo integracionista, de “assimilação uniformizadora” ou “unitarismo assimilador”, em uma concepção de Estado pluricontinental (“do Minho ao Timor”) e de “unidade política indivisível, unitária e permanente”⁷⁰.

A promulgação do Acto Colonial foi um marco na política portuguesa por se incluir em uma situação de mudanças no regime da Ditadura Nacional, sendo um dos documentos fundadores ou constitucionais do próprio Estado Novo que sucederia como regime. Em 30 de Julho de 1930, o general Domingos Oliveira apresentou o manifesto que continha as bases orgânicas da União Nacional, organização cívica política surgida na da Ditadura Militar e que tomaria o caráter partidário durante o Estado Novo, sendo o partido único no regime, de apoio e dependência ao próprio governo, o qual lhe destinava recursos financeiros para o próprio exercício. Nessa cerimônia fundadora, o então ministro das Finanças, Salazar, proferiu o discurso posteriormente intitulado “Princípios fundamentais da Revolução Política”, que foi um manifesto de várias alíneas que tinha como procurava traçar as vias fundamentais de um “projeto político nacional” que ultrapassasse a lógica “demoliberal partidária”⁷¹.

O objetivo de Salazar com esse discurso, um dos fundadores da União Nacional, era o de agregar o máximo possível de grupos políticos em um plano de grande abrangência e ambiguidade⁷², desde que nacionalistas:

“«A União Nacional compõe-se de portugueses dispostos, pela compreensão dos seus maiores deveres cívicos, a trabalhar para a salvação e engrandecimento de Portugal» (1.º). Para tal, procurava-se, como ali se dizia, encontrar um «terreno comum»: «A União Nacional reconhece que, para se organizar eficazmente e desempenhar bem a sua missão, tem de escolher, como terreno comum dos seus membros, entregues dentro dela a uma colaboração patriótica, as doutrinas fundamentais de direito público e de nacionalismo que sejam ou possam e devam ser

⁷⁰ SILVA, António Duarte. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo. v.1, Lisboa: Bertrand, 1996, p. 22.

⁷¹ Torgal, op. cit., p. 174.

⁷² Idem.

geralmente seguidas, pelas exigências razoáveis das situações herdadas, ou da ideologia superior da época, ou das aspirações do povo português» (4.º)⁷³

Dentre os pontos dessa doutrina nacionalista defendida, estão as afirmações de que “Portugal é um Estado pacífico, civilizador e cooperante na ordem internacional” (alínea c)⁷⁴ e também princípios coloniais de tendência europeísta e caráter racista, bem de acordo com as perspectivas do Acto Colonial. Aqui se reafirma a função colonizadora e “civilizadora” da Nação portuguesa:

“«A Nação Portuguesa considera princípio de direito público, estabelecido pela História, pelos equilíbrios das raças e dos Estados, pelos fins da civilização e pela sua acção colonizadora, possuir fora do continente europeu o domínio ultramarino, territorial, político e espiritual que juridicamente lhe pertence ou venha a pertencer em complemento da sua posição geográfica» (alínea h)”⁷⁵

Já quanto à organização política a defesa é a de que o Estado deve ser forte, com poder centralizador das ações nacionais – “centro de propulsão, coordenação e fiscalização de todas as atividades nacionais”, como está na alínea k do manifesto de Salazar pela União Nacional. O Estado forte, para ele, deve ser organizado de maneira que o Executivo tenha papel fundamental, ou a “plenitude da força e da autoridade” (alínea v)⁷⁶, relegando ao Legislativo os papéis de legislar e fiscalizar. Nesse sentido, há influências das teses jurídicas de Alfredo Rocco, importante intelectual do fascismo italiano que reequacionava a tese clássica de divisão de poderes⁷⁷. Portanto, como papel econômico do Estado forte, estaria o dever de organização produtiva sob base corporativista, estabelecendo direitos à classe trabalhadora fora dos ditames do liberalismo e fora da esfera ideológica ou prática marxista, procurando uma harmonia por uma linha de conciliação que negasse o antagonismo de classes e reafirmasse a nação como uma totalidade comum a todos os cidadãos:

⁷³ Ibidem, pp. 174-175.

⁷⁴ Ibidem, p. 175.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Ibidem, p. 176.

⁷⁷ Idem.

“«A **União Nacional** consagra e perfilha assim um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo, que, teórica e praticamente, se desvia do socialismo e do liberalismo sistemáticos e concorrentes a posições exclusivistas, sem tornar impossíveis as adesões que daí mesmo deve trazer o espírito de civismo, de renascença ou de renovação» (6.º)”⁷⁸

Ao que se nota, o Estado Novo que se prepara ideologicamente e institucionalmente já em 1930, ampara-se e fundamenta-se em preceitos comuns aos regimes fascistas, mesmo que com suas peculiaridades, por exemplo, em comparação ao fascismo italiano. Em Portugal o sentido foi de se tentar unir setores da direita em torno do novo regime, assentados nos ideais do nacionalismo, do Estado forte e centralizado como provedor, organizador e conciliador de classes, tendo como base de organização econômica o corporativismo. Na questão colonial, o império seria visto como razão de ser da nacionalidade portuguesa, reiterando sempre a função histórica e a inferioridade de povos nativos perante a civilização europeia e cristã.

Nesse período, Henrique Galvão que defendera a nacionalização das colônias e os princípios do Acto Colonial, viu sua peça teatral *Revolução* ser encenada no Teatro Nacional D. Maria II. A obra defende os mesmos princípios até aqui citados, sendo uma produção sua de propaganda do novo regime por vir, da “renovação nacional” do Estado Novo. A fala de um dos principais personagens, Carlos, além de demonstrar um teor autorreferencial de Galvão, é também uma reiteração de visão de mundo do autor em outras obras, que corrobora com a ideia de império na visão de mundo do grupo de dirigentes que compunha os quadros institucionais do Estado Novo em sua preparação pelo Acto Colonial e fundação da União Nacional:

“A minha ideia é a velha ideia de Portugal que fui encontrar em África... Ainda somos uma grande nação, Madalena, um grande império corroído pelas nossas misérias morais, pelo nosso ceticismo e pelas nossas discórdias políticas – mas é um grande Império! Em parte alguma o senti tão bem como lá... Suponha que este grande povo espalhado por todo o Mundo, tão unido como hoje está disperso, renovado pelo Ideal do seu Império e ao serviço da Civilização Cristã! Não será este o sentido de patriotismo do nosso tempo, a salvação dum povo infeliz, que como os homens também tem expiado com dureza os seus êrros? Êste é que é o Ideal a opôr a êsses falsos deuses, os deuses sanguinários das revoluções: Governantes,

⁷⁸ Ibidem, p. 177.

preconceitos da Política, tudo isso que são apenas meios do govêrno e que nós tomamos pelos próprios fins de Portugal!”⁷⁹

Apesar de fazer uma defesa política de ideias bem aclamados por setores nacionalistas da época, a peça sofreu duras críticas artísticas, gerando frustração e irritação em Galvão que, ressentido, contra-atacou seus críticos fazendo elogios à própria obra e colocando-se no mesmo patamar das melhores peças portuguesas representadas àquela altura⁸⁰. O resultado de sua peça foi a sua inserção no meio artístico, mantendo relações de amizade com a equipe do Teatro D. Maria II, inclusive renegociando o contrato de concessão deste e dando aulas de ginástica para a atriz Amélia Rey Colaço, do elenco de *Revolução*⁸¹. Apesar do seu desânimo pelas críticas sofridas, Galvão ainda tentava “ocupar um lugar ao sol na Ditadura”, pelas palavras do biógrafo Francisco Teixeira da Mota (2011)⁸². Refere-se aqui ao processo judicial que enfrentava da sua demissão do governo de Huíla, apresentando ao Conselho Superior das Colónias recursos contra Filomeno da Câmara. Tais recursos foram negados, mas as acusações de Filomeno não poderiam ser provadas. Por provimentos em favor de Henrique Galvão concedidos pelo Conselho de Recursos, tentou-se negociar algum cargo de importância e chefia no Banco de Angola, entretanto sem sucesso⁸³.

Ainda em 1930, a 4 de Julho, o militar monárquico e integralista coronel João de Almeida, amigo de Galvão, foi preso por envolvimento em um movimento militar para afastar Salazar. O coronel, célebre por suas operações militares de “pacificação” em Angola (como a operação em Evale e em Cuamato em 1907), era inspiração para Henrique Galvão, que o admirava bastante. Mesmo sendo um aliado de Salazar nesse início de anos trinta de transição de regime, Galvão não seguiu críticas sobre a prisão em seu diário pessoal, também com conteúdo autorreferencial se tomarmos o seu degredo em 1927:

“Como eu compreendo toda a revolta, indignação, desgosto que o João de Almeida deve sentir. Triste época esta: para qualquer pedaço de asno ou qualquer malandro, ter o direito de julgar aqueles que ao País fizeram o dom de serviços raros – é preciso tão pouco! E, toda a gente afinal, os prefere aos outros (...) Que vontade que

⁷⁹ Galvão, 1933, p. 185.

⁸⁰ Mota, op. cit., p. 52.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ Ibidem, pp. 54-55.

dá de cuspir em cima de tudo isso... ou que desgosto de não se poder ser como eles”⁸⁴

A partir disso, Galvão dedicaria seus tempos livres para exercer atividades de escritor, iniciando um projeto de se compor a biografia de cunho nacionalista de João de Almeida, com quem se reunia com regularidade para conversas⁸⁵. Em 1931, Henrique Galvão retoma atividades públicas de importância, sendo uma delas acompanhar o já ministro das Colônias, Armindo Monteiro, na Exposição Colonial de Paris. Lá proferiu uma tese no Congresso de Imprensa Colonial apresentando-se como diretor da revista *Portugal Colonial*, fundada neste ano com o apoio da Companhia Nacional de Navegação⁸⁶. A tese era sobre os problemas do trabalho indígena nas colônias portuguesas, sobre os quais Galvão criticava ferrenhamente o que classificava como “extremismo humanitarista”, defendendo o trabalho indígena compulsório como forma de promoção e desenvolvimento econômico, opondo-se e rejeitando as posições da Sociedade das Nações⁸⁷. Na ocasião dessa exposição em Paris foi organizada por setores de extrema esquerda – em destaque o Partido Comunista Francês, a central sindical CGTU e intelectuais surrealistas – uma contra-exposição colonial intitulada *La Vérité sur les Colonies* (A Verdade sobre as Colônias), com duras críticas às políticas dos países colonialistas, como o trabalho forçado. Dessa contra-exposição saiu o manifesto anticolonialista *Ne visitez pas l'exposition coloniale* (Não visite a Exposição Colonial), assinado por célebres intelectuais e artistas dadaístas e surrealistas⁸⁸.

Em 29 de Abril de 1932, Henrique Galvão foi autorizado pelo ministro da Guerra António Lopes Mateus a viajar para as colônias portuguesas, possessões inglesas ao sul da África e também ao Congo Belga. Seria nomeado diretor das Feiras de Amostras Coloniais em Luanda e Lourenço Marques (respectivamente as capitais de Angola e Moçambique, as maiores colônias portuguesas):

“O objetivo fundamental das Feiras de Amostras, de cuja organização e direção fora incumbido Galvão, era esclarecer os mercados de Angola e Moçambique quanto às possibilidades oferecidas pela indústria portuguesa para satisfazer as suas

⁸⁴ Ibidem, p. 53.

⁸⁵ Ibidem, p. 55.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ André Breton, Paul Éluard, Benjamin Péret, Georges Sadoul, Louis Aragon, René Char, Yves Tanguy, Pierre Unik, André Thirion, René Crevel, Maxime Alexandre e Malkine George.

necessidades. Para tal, inscreveram-se na metrópole mais de duzentos expositores e foram expedidos para as colónias mais de 3500 mostruários dos mais diversos produtos”⁸⁹

Na ocasião de acontecimento das Feiras, o poeta Afonso Lopes Vieira envia uma carta a Galvão com um pedido de acompanha-lo como conferencista em África. Exigia, para isso, um subsídio diário assim como fora dado a outros acompanhantes, Agostinho Campos e sua mulher. Apresentou em Luanda uma primeira conferência, “*A Fé e o Império*”, considerada por Galvão como um fiasco⁹⁰. Na segunda conferência, “*Camões, o Poeta de Além-Mar*”, Galvão faz a mesma crítica e decide não levar o poeta a Lourenço Marques. Pelo pedido de Henrique Galvão como diretor das Feiras de Amostras Coloniais, Lopes Vieira regressa a Lisboa, onde editou um opúsculo intitulado “*Relatório de Contas da Minha Viagem a Angola*”, destinado a fazer críticas e ataques a Henrique Galvão, que responderá publicando “*O Poeta Lopes Vieira em África e o seu Relatório*”, contra-atacando⁹¹.

Além da Feira, em Luanda ocorreu uma conferência comercial que aprovou várias conclusões que visavam o desenvolvimento econômico de Angola. Nela, Galvão apresentou com António Brandão e Mello “*Uma breve nota sobre a criação de um organismo de crédito para o financiamento e indústria em Angola*”⁹². Desta forma, Henrique Galvão envolve-se como um intelectual na gestão econômica da colônia. Em relatório publicado sobre as Feiras, Galvão diz que só através de realizações econômicas que se poderia alcançar os objetivos de ordem moral e espiritual que permitiriam a construção do Império⁹³, quer dizer, para sobrevivência de Portugal como nação imperial, não seriam suficientes ideias ou palavras: era preciso uma base material para se dar sentido à mística imperial. Ainda que elogiando o Acto Colonial e seu significado para o futuro da nação portuguesa, que incluiria o nacionalismo e centralismo de decisões na metrópole, Galvão critica, como sempre o fez, o Terreiro do Paço. Não é contraditório se se pensar que não critica a instituição em si nem o centralismo a ela imputado pelo Acto Colonial, mas sim a letargia burocrática pela qual funciona. Talvez Henrique Galvão, não fugindo aos valores moralistas da “renovação” desse início de década, defendesse a reforma e o saneamento político do próprio Terreiro do Paço.

⁸⁹ Mota, op. cit., p. 57.

⁹⁰ Ibidem, p. 59.

⁹¹ Ibidem, p. 59-62.

⁹² Ibidem, p. 59.

⁹³ Idem.

No cenário político português em 1932, mudanças anunciavam a viragem para um novo regime. Em 27 de Maio, um dia antes da divulgação do projeto de uma nova Constituição que seria aprovada em Abril de 1933 e colocaria em vigor o Estado Novo como regime, aparecem na imprensa os Estatutos da União Nacional, publicados oficialmente em 20 de Agosto pelo Decreto nº 21.608:

“A UN não surgira como um partido de combate, como o Partido Nacional Fascista (PNF) da Itália, mas era uma organização delineada no seio da Ditadura que estabelecia afinal um «programa de Estado». A «natureza» da UN é então exposta com um sentido mais preciso do que aquele que encontramos no programa de 1930: «A União Nacional é uma associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar, na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou confissão religiosa, a religião e a defesa dos princípios consignados nesses estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes» (cap. I, art. 1.º)”⁹⁴

Em seus princípios, o Estatuto estava de acordo com o manifesto de 1930, mas com algumas ênfases para algumas leis que sairiam ou que afirmariam o sentido “nacional” do Estado e de seus funcionários, deixando em aberto às oportunidades para um processo repressivo. Afirmariam também o sentido assumidamente “apartidário” da UN, apontando para a extinção dos partidos em nome do todo nacional (dizia-se que os partidos dividem o povo português, enquanto a UN deveria unificar⁹⁵), e da mesma maneira presumindo repressão⁹⁶. Outros princípios indicavam o carácter autoritário de poder “absoluto” do Estado:

“«O poder do Estado na sociedade portuguesa apenas tem por limite a moral, a justiça e a lei, estando todas as pessoas e cousas sujeitas a ele ou aos seus fins, dentro dessa regra (...) O Estado é o centro de propulsão, coordenação e fiscalização de todas as atividades nacionais» (4.º)”

⁹⁴ Torgal, op. cit., pp. 177- 178.

⁹⁵ “«A União Nacional é incompatível com o espírito de partido e de facção política, julgando-o contrário ao princípio da unidade moral da Nação e à natureza, ordem e fins do Estado» (26.º)” In.: Torgal, 2009, p. 178.

⁹⁶ Idem.

A repressão e a censura, que seriam características fortes da ditadura do Estado Novo, estavam igualmente previstas. Estava admitido no artigo 5º que os “direitos e liberdades individuais dos cidadãos” poderiam ser “legalmente suspensos” se fosse exigida uma “salvação comum”, e pelo artigo 10º a “opinião pública” deveria “ser defendida de todos os factores e causas” que a desorientassem “com prejuízo da sociedade”⁹⁷. O papel autoritário do Estado é reafirmado quanto à relação entre capital e trabalho, pela qual se afirmarão os princípios de organização do corporativismo, modelo de exploração capitalista que será a base produtiva do Estado Novo, assim como era na Itália fascista. A clivagem antagônica, bem como a luta de classes, é negada sob uma perspectiva de visão de mundo em que todo o processo produtivo é feito pelo bem da nação, em que o povo se identifica pela nacionalidade e não pelo seu papel social no âmbito produtivo:

“A propósito dos «funcionários públicos», estipulava-se: «A disciplina dos funcionários, empregados e operários do Estado e dos corpos administrativos e dos que exercem serviços de interesse público, explorados por quaisquer empresas, é subordinada à obrigação absoluta de não atacarem de nenhum modo a autoridade do Estado e das autarquias locais e de não prejudicarem a vida social» (11.º). Por sua vez explicitava-se melhor a lógica do Estado corporativo («organicamente corporativo» – 3.º), afirmando-se: «As relações entre o capital e o trabalho devem ser reguladas pela acção do Estado e das corporações, estabelecendo-se para esse efeito júzdos de arbitragem, sendo proibida a cessação concertada da actividade por qualquer das partes empenhadas em defender interesses» (14.º). Apontava-se, deste modo, para o Estatuto do Trabalho Nacional, onde, mais explicitamente ainda, se defendia a harmonia social e se proibia terminantemente o *lock-out* e a greve”⁹⁸

Sobre a dita independência da UN em relação ao Estado, verifica-se a ausência dessa norma. Os Estatutos de 1932 previam que o Presidente do Conselho poderia destituir a Comissão Central da UN (art. 13º) – pela máxima de que era “o Governo à frente da UN e não a UN à frente do Governo”⁹⁹. Salazar, que se tornara Presidente do Ministério em 5 de Julho de 1932, porém, foi presidente da Comissão Central desde o início e já no I Congresso da UN em 1934, foi denominado “chefe”, dando uma caracterização mais personalista,

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Ibidem, pp. 178-179.

⁹⁹ Cruz, Manuel Braga da. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). *Dicionário de História do Estado Novo*. v.II, p. 989. Lisboa: Círculo de Leitores.

centralizada e hierarquizada para a associação¹⁰⁰. A União Nacional funcionava internamente por comissões (Central, Executiva, Administrativa, Propaganda, centro de estudos corporativos e organismos técnicos) e organizava-se pelo país também em comissões (Distritais, Concelhias e de Freguesia). Para ilustrar a relação da UN com o governo, temos o exemplo de funcionamento da Comissão de Propaganda: entre os seus membros deveria estar o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional e o diretor do jornal que for órgão de imprensa da própria UN¹⁰¹:

“A UN constituiu, pois, em elemento fundamental do regime em construção e, seja qual for a interpretação que lhe dê, o certo é que toda a vida política, ainda que em muitos casos como mera formalidade, passava necessariamente por ela. «Partido único» do Estado Novo, com tudo o que o conceito tem de contraditório, foi realizando periodicamente os seus congressos (...) passando por eles algumas das discussões sobre o sentido de um regime que apenas procurava encontrar dentro dele as soluções, sem jamais ser possível qualquer liberalização efectiva”¹⁰²

No regime que já se preparava e que entre 1930 e 1932 apresentaria suas diretrizes programáticas, organizativas e ideológicas, entrando em vigor institucionalmente em 1933 com a promulgação de uma Constituição e com Salazar na Presidência do Conselho de Ministros – ou seja, na chefia do governo¹⁰³, Henrique Galvão estaria incluído. Sua importância fora demonstrada pelos papéis que desempenhou como propagandista das políticas coloniais nacionalistas e com a direção das Feiras de Amostras Coloniais em 1932. No Estado Novo não deixou de exercer importantes cargos: em 1933 fora avisado que dirigiria a Exposição Colonial do Porto em 1934; em 1935 foi diretor da Emissora Nacional, importante veículo de propaganda do regime e posteriormente exerceu outros cargos relacionados ao colonialismo: Inspeção Colonial e deputado por Angola. Mesmo tendo sido homem de confiança de Salazar, Galvão demonstrava-se fiel aos princípios do Acto Colonial e não deixou de estabelecer críticas ao andamento da política colonial salazarista. Com tantas críticas, chegou ao rompimento com o regime, tornando-se publicamente em um dos maiores inimigos políticos de Salazar.

¹⁰⁰ Torgal, op. cit., p 179.

¹⁰¹ Ibidem, p. 180.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ O chefe de Estado, ou seja, o Presidente da República, era ainda de Oscar Carmona, como o estava sendo desde 1928 sucessivamente.

III - Capítulo 2: Primeiro contato com África e início da carreira colonial – críticas à ordem vigente (1927-1929)

O contato de Henrique Galvão com África se deu como consequência de sua participação no Golpe dos Fifis pois, fracassada a intentona, resultou em sua prisão na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa e então o seu degredo para Angola, a bordo do vapor Pedro Gomes, a 15 de Novembro de 1927, na condição de deportado político. A princípio o próprio Galvão registrou que África entrara como “uma intrusa ou como algo que sempre estivera fora dos seus projetos, das suas aspirações e das suas ânsias”¹⁰⁴. Bem provável e até evidente que não imaginasse naquela altura a importância do desterro, e de fato demonstrou por anos um ressentimento pela decisão imposta, mas foi essa “descoberta de África”¹⁰⁵ que permitiu que galgasse de “degradado a africanista na ideia do Terceiro Império”¹⁰⁶. Quero dizer: sua experiência em território africano exercendo cargos importantes fê-lo conhecer melhor a problemática da questão colonial, que era item de suprema importância na política europeia e de destaque em quadro mundial. Na política portuguesa, especificamente então, a questão colonial era praticamente uma questão central de importância.

Galvão tornou-se, pois, um especialista no assunto, conquistando confiança e altos cargos, sendo este, o âmbito colonial, o condutor de toda sua obra, digo de carreira e ação política e produção intelectual. Os assuntos concernentes às colônias, à política colonial portuguesa e ao Império eram a tônica de seu pensamento político, de suas defesas nacionalistas, tendo sido um reconhecido e respeitado ideólogo do colonialismo português, exercendo cargos políticos preferencialmente nessa área, devendo-se tudo a esse início: o desterro em Angola.

¹⁰⁴ Montoito, 2005, p. 49.

¹⁰⁵ Como denomina para esse período Francisco Teixeira da Mota: “A Descoberta de África”, 2011, p. 29.

¹⁰⁶ Como denomina para esse período Eugénio Montoito: “De Degradado a Africanista (na Ideia do Terceiro Império)”, 2005, p.49.

Cenário geral de Angola e das colônias até o decesso de Henrique Galvão

Angola foi colônia de grande importância ao império português, situando-se na costa ocidental do continente, banhada pelo Oceano Atlântico. Com variações de avanços e recuos, o seu território já somou uma área de 1.246.700 km², ou seja, cerca de catorze vezes Portugal sem Madeira e Açores. Não foi constituída apenas por feitorias como foi, por exemplo, a Guiné, mas por base territorial já respeitável, com concentração demográfica e de empreendimentos coloniais na costa, mas sem limites fixados a leste, ao interior, cenário de várias ambições lusitanas por campanhas militares e atividades comerciais com fins expansionistas e de ocupação¹⁰⁷. Era na costa a noroeste a maior concentração de população branca, especificamente a cidade de Luanda, fundada em 1576 e a partir de então o “coração” da colônia¹⁰⁸. Compunha a população negra oito grupos de ascendência etno-linguística de raiz bantu e mais dois não bantu, e basicamente viviam da agricultura, pastoreio, caça, pesca e comércio¹⁰⁹. Voltando às características de território, Angola incluía o enclave de Cabinda e como vizinhos tinha então o Congo Belga, Rodésia do Sul e Sudoeste Africano, uma localização onde por várias vezes Portugal rivalizou com outras potências por domínios. As fronteiras angolanas, como são mantidas ainda, foram definidas em Setembro de 1928¹¹⁰.

O governo em Angola era exercido de quatro em quatro anos por um governador geral que era nomeado pelo Conselho de Ministros e dependendo do Ministro das Colônias. De acordo com a Carta Orgânica do Império, esse período poderia ser prorrogado. O governador tinha poderes legislativos e executivos, estando sob sua presidência o Conselho de Governo nomeado por si mesmo¹¹¹.

Angola estava dividida em catorze distritos, cada um governado por um governador de distrito. Os Distritos eram divididos em Intendências, subdivididas em Concelhos de 1^a, 2^a e 3^a Classes e Circunscrições, que eram divididas em Postos Civis. Por exemplo, o Distrito de Huíla, pela qual Henrique Galvão foi governador em 1929: havia a Intendência de Huíla a qual integravam um Concelho de 1^a Classe, um de 2^a, dois de 3^a e três Circunscrições, totalizando 20 Postos Civis.

¹⁰⁷ Pélissier, 2004, pp. 49-50.

¹⁰⁸ Ibidem, p.51.

¹⁰⁹ Zilhão, 2006, p.49.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Ibidem, p.50.

Por séculos a função dos territórios coloniais portugueses em África foi basicamente a de fornecer mão-de-obra escrava, tendo já no final do século XVI a expansão do tráfico negreiro que acompanhava o desenvolvimento da economia açucareira no Brasil e, posteriormente, no século XVIII, a exploração aurífera. Angola foi um ponto estratégico nesse empreendimento, com o litoral luandense enviando africanos escravizados provenientes de zonas mais ao interior. O aumento da demanda por mão-de-obra escrava coloca também Moçambique no circuito negreiro, saindo escravos de seus portos aos compradores. Até o início do século XIX, por conta dessa demanda aumentada, as relações entre Angola-Moçambique e Brasil eram mais estreitas que entre aquelas colônias africanas e a Metrópole, com laços de negócios entre os traficantes negreiros nos portos brasileiros diretamente com os de portos angolanos e moçambicanos.

Era esse ainda o cenário quando da independência do Brasil, em um processo que se inicia em 1808 com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos; em 1822 com a declaração de secessão e por fim em 1825 com o reconhecimento por Portugal, em tratado, da independência do reino do Brasil. Portugal, por isso, concentra esforços em fomentar a colonização em África de maneira mais efetiva, como forma de compensar a perda da sua colônia mais próspera, o que por muitos foi chamado de “amputação do Brasil”.

Em 1836, depois do conflito em Portugal entre liberais e absolutistas que resultou na vitória dos primeiros, Sá da Bandeira elabora um plano para reforçar a presença portuguesa em África, partindo da abolição do tráfico de escravos. A finalidade era a de se investir capitais nas colônias, aproveitando-se de mão-de-obra disponível e concorrer com o Brasil que dependia de mão de obra escrava, portanto cara, na produção de gêneros tropicais. Defendia-se com esse plano a “expansão ultramarina como base para o desenvolvimento de um capitalismo nacional e para o reforço da posição de Portugal entre as potências”¹¹², explorando as potencialidades em África na procura de “novos brasis”. O projeto falhou devido às resistências encontradas em Angola e Moçambique, sobretudo vindas do domínio local dos traficantes negreiros, e por isso a situação continuou a mesma, encontrando mesmo um aumento de tráfico durante a década de 1840, portanto um cenário praticamente inalterado.

¹¹² Alexandre, 1993b, p.56.

No início da década de 1850 o comércio negreiro, principalmente em Angola, foi prejudicado pela proibição do tráfico de escravos. Em Portugal vivia-se o chamado período de “Regeneração”, de relativa estabilidade depois que se acabaram os conflitos internos desde a década de 1820. Os planos de Sá da Bandeira, agora como presidente do Conselho Ultramarino, se refazem, demonstrando a necessidade de expansão territorial ao interior e para isso lutar contra as resistências locais e tentar driblar as pressões diplomáticas britânicas e de outras potências. Em uma visão comum da historiografia sobre o período, Portugal viu-se em desvantagem e encurralado perante as outras potências europeias no contexto da partilha do continente africano e da Conferência de Berlim em final de 1884 e início de 1885, pela qual se regularizou essa partilha segundo os interesses dos países integrantes. Encontrava-se Portugal na situação de ter de reclamar os direitos históricos de ocupação, principalmente na embocadura do Congo¹¹³, tendo que tomar decisões urgentes para entrar na corrida da partilha. Para Valentim Alexandre a conclusão não seria bem dessa maneira:

“As mutações de fundo, os grandes movimentos que darão a sua forma definitiva ao império africano, só vêm a ocorrer no último quartel do século, em plena época da partilha de África, num processo paralelo ao da expansão colonial de várias outras nações europeias. Esta coincidência no tempo tem dado peso à ideia de que Portugal se limitou então a reagir à nova situação criada pelas potências no continente africano, despertando tardiamente para a necessidade da ocupação efectiva dos territórios, após mais de meio século de desinteresse pelo ultramar, vivido à sombra dos direitos históricos nascidos das descobertas. Mas essa perspectiva é falsa: como acabámos de referir, o Estado português, longe de abandonar as possessões à sua sorte, fez sempre delas uma das prioridades políticas nacionais, durante o liberalismo oitocentista (prioridade que é possível verificar, por via quantitativa, através da análise dos respectivos orçamentos). A aceleração de movimento de ocupação territorial, verificada tanto em Angola como em Moçambique no final do século, resulta de causas gerais – as mesmas, aliás, que explicam o rápido movimento de divisão do continente africano em menos de duas décadas.”¹¹⁴

Essas causas gerais que tornam mais rápidos os movimentos de ocupação ao interior africano pelas potências europeias, nas quais Portugal está inserido, são basicamente: 1) o desenvolvimento técnico do capitalismo, com sistemas de transportes, comunicação,

¹¹³ Brunschwig, Henri, 1974, p. 34.

¹¹⁴ Alexandre, op. cit., p.57.

sanitarismo e tecnologia bélica, permitindo a expansão e integração de zonas, derrotando e subjugando tropas africanas de resistência pelo caminho; 2) a influência de fluxos mercantis externos que dissolviam cada vez mais os sistemas políticos locais tradicionais, fazendo surgir novos tipos de controles comerciais, principalmente na importação de armas de fogo que serviam nas disputas locais e que desagregavam organizações maiores, surgindo unidades políticas cada vez menores e mais instáveis, portanto mais susceptíveis à penetração europeia já em finais do XIX¹¹⁵.

O que dá suporte à partilha dos territórios, às expansões e dominações territoriais em África são as correntes ideológicas de notável inspiração racista, com a crença na superioridade da raça branca. Iam ideias de que a missão das nações europeias empreendidas em projetos de colonização era a de civilizar a África, seja pelo estímulo aos valores ocidentais, seja defendendo uma sujeição mais radical dos povos considerados inferiores aos europeus – o chamado “darwinismo social”¹¹⁶. Portugal inscreve-se nesse contexto ideológico já com a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) fundada em 1876. Mesmo sendo difusa no país a importância das possessões ultramarinas, é com a SGL que se sistematizarão melhor os planos de ocupação e desenvolvimento em território africano. Essa instituição dedicava-se assim a estudos científicos, de reconhecimento e planejamento, reunindo técnicos em obras públicas, cartógrafos, engenheiros, empresários e intelectuais dedicados aos serviços de colonização e integração de territórios. A questão colonial mais que nunca torna-se ponto-chave da vida política portuguesa, reforçada pelo nacionalismo antibritânico que já estava agudizado pelo *Ultimatum* de 1890, pelo qual o governo de Londres exigiu a retirada de forças militares portuguesas dos territórios de macololos e mashonas, impedindo o projeto do Mapa Cor-de-Rosa, pelo qual Portugal pretendia ligar Angola a Moçambique, reclamando para si os direitos de ocupação dos territórios intermediários.

O *Ultimatum* agravou uma crise política em Portugal, já há muito em desvantagem em relação às outras potências. O tratado anglo-luso de 1891 pôs termo definitivamente ao projeto português de se unir Angola e Moçambique, marcando assim o desencadeamento de um sentimento de humilhação para os patriotas portugueses, difundido de forma ideológica por muitos anos em Portugal. O próximo suspiro para esses defensores do orgulho português foi a expedição militar em Moçambique em 1895, organizada pelo comissário régio António Enes e comandada por Mouzinho de Albuquerque. Nessa campanha, as tropas portuguesas

¹¹⁵ Ibidem, p. 58.

¹¹⁶ Idem.

derrotaram violentamente o império de Gaza, resistência local ao domínio português e suspeito de alinhamento aos britânicos, tendo seu líder Gungunhana sido capturado e levado a Lisboa por onde seria carregado pelas ruas como um troféu vivo. Mesmo com essa conquista para os portugueses, a monarquia já estava desacreditada pelas várias falhas e perdas na política colonial, em especial o caso do *Ultimatum*.

O domínio colonial sobre os territórios continuou de forma violenta, pelo poderio militar ao defender e manter as fronteiras já fixadas, mesmo já no período republicano a partir de 1910¹¹⁷. A seguir, viu-se o processo de passagem das administrações coloniais portuguesas de militares para civis, com uma considerável descentralização de poderes em relação à metrópole¹¹⁸. Após a Primeira Guerra Mundial, a “*Grande Guerra*”, as colônias entraram em uma acentuada crise financeira, sobretudo a partir de 1920 quando se relançou o projeto de autonomia às colônias, nomeando altos-comissários para Angola e Moçambique. A inflação, a desvalorização da moeda local e a quase falência das finanças coloniais foram fatores de peso na decadência da Primeira República, liberal, sendo que essa estagnação da economia colonial foi mais relevante na colônia considerada mais próspera: Angola.

Além dos fatores econômicos e financeiros, houve outros de cunho diplomático, de relações internacionais. Havia as ameaças de desmembramento do império português, como o acordo secreto anglo-alemão de 1898 e o acordo de 1912-1913 ainda entre ingleses e alemães, planejando partilhar Angola e Moçambique entre si. A inserção de Portugal na Primeira Guerra Mundial também está nesse contexto, para dar prestígio ao país no cenário internacional mas, sobretudo, para defender a posse sobre suas colônias, evitando que a paz fosse negociada com a divisão de suas possessões entre as outras potências¹¹⁹. Com o fim da guerra, há em 1919 a Conferência de Paz, em que a Sociedade das Nações¹²⁰ estaria envolvida em assuntos coloniais, emergindo a ideia de “missão civilizadora” que “incumbia aos povos detentores de colônias e a [ideia] de que essas últimas detinham riquezas inexploradas que deviam ser postas ao serviço do desenvolvimento económico”¹²¹, tudo sob superintendência da própria Sociedade das Nações. Essa vigilância internacional gerava insegurança a Portugal, que se via ameaçado quanto à soberania de posse sobre suas colônias.

¹¹⁷ Pélissier, 2004, p. 315.

¹¹⁸ Alexandre, op. cit., p. 60.

¹¹⁹ Alexandre, 1993a, p. 1118.

¹²⁰ Ou “Liga das Nações”.

¹²¹ Alexandre, op. cit., idem.

As notícias sobre os perigos e ameaças internacionais à soberania dos domínios ultramarinos tornavam-se públicas, ao passo que também se tornavam públicas as notícias do pouco apreço internacional à obra colonizadora de Portugal. No mesmo contexto, Norton de Matos escreveu em 1924 um relatório referindo-se aos “perigos” que rodeavam Angola, indicando como solução uma política de estreitamento da malha administrativa, colonização intensiva e fomento econômico, que eram as mesmas políticas de base que adotou quando era governador pela mesma colônia¹²². Em Portugal cresciam as inquietações sobre o futuro do império, inclusive no ultramar alguns colonos também mostravam insatisfação ameaçando em Angola um separatismo branco, interpretado por Lisboa como um boato por sua inviabilidade, sendo assim mais uma demonstração desse grupo de colonos desejosos de mais autonomia política.

Pela insatisfação ao Estado perante as ditas ameaças, surge um movimento na SGL em defesa das colônias em finais de 1924 e que alcança o ponto máximo em 1925: a “Comissão de Defesa das Colónias”, que incluía presença de movimentos e órgãos de imprensa como Cruzada Nun’Alvares (à época dominada por monarquistas e integralistas), Ligas Operária e Académica, *Seara Nova* sob liderança de Jaime Cortesão, *Diário de Notícias*, *Século*, *Gazeta das Colónias* e *Boletim Geral das Colónias*¹²³. Mesmo composto por grupos heterogêneos, o que de comum reunia todos a essa comissão era a defesa da ideia da vocação e finalidade histórica de Portugal como uma nação colonizadora; o império como fator de sobrevivência nacional.

Aumentando ainda mais a insegurança portuguesa, em 1925 é publicado e enviado à Sociedade das Nações um relatório elaborado pelo sociólogo americano Edward Ross, que fez uma investigação por algumas semanas em Angola e Moçambique e acusou ali a existência de um “trabalho obrigatório” como “forma atenuada de escravatura”¹²⁴, mas não uma escravatura de fato. No mesmo ano, o diretor da recém-criada Agência Geral das Colónias, Armando Cortesão, profere uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa alertando sobre a cobiça estrangeira sobre os territórios portugueses em África. Assim como outros intelectuais, defendia que Portugal, por ser precursor na expansão marítima, tinha o direito de posse sobre certos territórios, reforçado por sua vocação como nação colonizadora, de boa adaptação a novas terras e convivência com novos povos. Para, ele, também, a questão colonial e o

¹²² Ibidem, p. 1119.

¹²³ Ibidem, p. 1122.

¹²⁴ Ibidem, p. 1120.

império eram os grandes fatores de nacionalidade, da singular identidade portuguesa perante os outros países e que, portanto, essa questão deveria ser reorientada; basicamente, com um orgulho nacionalista que pretende demonstrar força a outras nações, defendia a necessidade de uma reforma da política colonial frente a uma crise por que passava, e que se referia necessariamente ao futuro de Portugal:

«O futuro [...] é difícil de prever mas o que desde já se pode afirmar é que se a nossa orientação colonial não se vazar em novos moldes, se o país se não interessar a valer por esse altíssimo problema da nacionalidade, bem triste ele será. Só temos um caminho a seguir: fazer com que nos respeitem [...] valorizando as enormes riquezas jacentes das nossas colónias, afirmando ao mundo o nosso direito e capacidade de povo colonizador»¹²⁵

O movimento do 28 de Maio de 1926 tinha como característica interna a heterogeneidade de projetos quanto à questão colonial, sejam de grupos à esquerda ou a direita, mas com um nacionalismo quase em comum entre todos. Instaurada em 1926 a Ditadura Militar, a situação do império ainda era de consolidação de fronteiras e de praticamente uma ausência de grandes resistências locais. O controle do Estado sobre todas as áreas de território era precário, contando ainda com a transição de administração militar para a civil, ainda em início¹²⁶. Na economia, a situação ainda era como a do final do século XIX, sendo a maior parte da produção agrícola (subsistência ou exportação) oriunda de comunidades africanas. Na administração política, o modelo de autonomia dava sinais de desgaste e, pelos que participaram do 28 de Maio, estava anunciada uma desagregação. À situação ainda frágil e instável no ultramar, à semelhança do que se tinha no século XIX, a Ditadura Militar procurou reagir elaborando sua política colonial específica.

João Belo, ministro das Colónias, responsável pela pasta de 1926 a 1928 (data de sua morte), foi o nome de maior destaque na política colonial da Ditadura Militar como reação às crises interna e diplomática por que passava o ultramar português. A ação do Ministério das Colónias sob João Belo foi marcada por um evidente nacionalismo radical, “rígido”, em suas

¹²⁵ Cortesão. apud. Alexandre, op. Cit.

¹²⁶ ALEXANDRE, Valentim. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). *Dicionário de História do Estado Novo*. v.II, pp. 754. Lisboa: Círculo de Leitores.

palavras¹²⁷. Defendia a unidade política do império como um todo, patrimônio comum da pátria, e era contra a descentralização administrativa das colônias, sendo, portanto, defensor da centralização de poderes fiscalizadores na Metrópole. E no campo econômico apontava a necessidade em se nacionalizar o império, que nesse sentido “significava criar condições para o investimento do capital português nas colônias (sem, no entanto, pôr obstáculos à entrada do estrangeiro)”¹²⁸:

“Tinha-se ainda em vista «desenvolver largamente a colonização nos meios adaptáveis ao estabelecimento e desenvolvimento da raça», abrindo «à natural e indispensável expansão portuguesa a corrente emigratória» até então dirigida para outros países. Finalmente, prometia-se dar ao «missionarismo português das instituições religiosas nacionais» todas as condições para a realização da sua «obra civilizadora e nacionalizadora»”¹²⁹

O “missionarismo” aí mencionado também tem suas funções econômicas, no sentido em que seu objetivo é conquistar as populações africanas pela fé e assim inserir nessas sociedades o cristianismo europeu, fazendo com que os novos valores morais ocidentais e as condutas éticas cristãs fizessem os convertidos mais dóceis à aceitação da dominação colonial, para a qual normalmente serviam como mão-de-obra barata, recrutados para o “trabalho obrigatório”, e pagadores de impostos obrigatórios cobrados pelo Estado. Mesmo tendo sido comum a reação em sociedades africanas a esses valores, por meio de desobediência, sincretismo ou exercício de seus cultos originais na clandestinidade, as missões religiosas cristãs obtiveram sucesso significativo nesse processo ideológico de “missão civilizadora” sobre povos considerados como “primitivos” ou “bárbaros”, sendo fator essencial nas conquistas coloniais, sobretudo de importante papel econômico no cenário capitalista da constituição desses impérios coloniais desde o século XIX, quando missões religiosas e expedições científicas da Europa embrenhavam-se pelo interior africano:

“É importante destacar que a evangelização cristã, fosse católica ou protestante, tinha três pontos comuns. O primeiro era empreender a conversão dos africanos não

¹²⁷ Alexandre, 1993, p. 1127.

¹²⁸ Ibidem, p. 1128.

¹²⁹ Idem.

apenas ao cristianismo, mas ao conjunto de valores próprios da cultura ocidental europeia. O segundo, por sua vez, era ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, crença absolutamente oposta à base do variado repertório cultural africano fundado na unidade entre vida e religião. Já a terceira referia-se à pregação contrária a uma série de ritos sagrados locais, o que minava a influência dos chefes tradicionais africanos”¹³⁰

A prática das medidas de João Belo estava na promulgação de leis que procuravam fazer da ação colonial do Estado algo mais eficiente. Primeiramente, o Decreto nº 12.421 (02/10/1926) que aprovava as *Bases Orgânicas da Administração Colonial*, regendo a política colonial no sentido de tentar sair da então crise nas colônias, estruturando e orientando um sistema administrativo em que cada parte tem suas competências específicas. Por essas bases, diziam garantir certa autonomia administrativa e financeira das colônias, desde que sob o reforço da superintendência e fiscalização do poder central da metrópole, principalmente de responsabilidade do Ministério das Colônias e Conselho Superior das Colônias¹³¹, deixando claro que, apesar da autonomia que dizem oferecer, o esquema das *Bases Orgânicas* é de caráter centralizador. Dois dias depois (04/10/1926), o Decreto nº 12.499 aprova a *Carta Orgânica de Angola*, regulamentando a administração da colônia de acordo com os preceitos das *Bases Orgânicas*. O Decreto nº 12.485 (13/10/1926) aprova o *Estatuto Orgânico das*

¹³⁰ Hernandez, 2005, p. 54.

¹³¹ Do preâmbulo: “As bases orgânicas por que as colônias se teem regido, descendo por vezes a minuciosidades próprias de matéria regulamentar, não conseguiram contudo obstar, durante a sua vigência, desorganização administrativa e financeira em que as colônias se encontram.

A experiência tem assim demonstrado a absoluta necessidade de remodelar a administração colonial.

O Governo, compreendendo essa necessidade, orienta a sua acção nos princípios seguintes:

- a) Unidade politica do território colonial;
- b) Continuação do regime de autonomia administrativa e financeira com uma mais eficaz superintendência e fiscalização da metrópole;
- c) Definição, tendente a evitar confusões, da competência da metrópole e dos governos das colônias em matéria legislativa e executiva;
- d) Cessação do regime municipal nas regiões onde êle, apesar de um longo regime de assimilação, ainda não conseguiu criar raízes;
- e) Exclusão nas bases orgânicas de disposições especiais ou regulamentares a fim de elas terem a elasticidade precisa para dentro dos seus preceitos gerais, mas rígidos, se poderem formular as cartas orgânicas e códigos administrativos de cada colónia;
- f) Modificação do regime dos Altos Commissariados no sentido da possibilidade da sua adaptação às circunstâncias excepcionais de diversa natureza que determinam em cada caso particular a necessidade de tal regime.

São estes os princípios que orientam o Governo na projectada reforma da Constituição Política em matéria de administração colonial.

Teem êles em vista a neutralização política da administração das nossas colônias.”. In.: República Portuguesa – Província de Angola: Bases Orgânicas da Administração Colonial. Loanda, Imprensa Nacional, 1926-27, pp. 6-7.

Missões Coloniais Portuguesas de África e Timor, dando maior liberdade de ação aos missionários portugueses, reforçando o domínio colonial pela fé religiosa e enfrentando a concorrência de missões estrangeiras – em sua maioria protestantes – em territórios portugueses. Ainda no mesmo mês, o importante Decreto nº 12.533 que aprova o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, que estabelecia juridicamente direitos e deveres dos africanos sob domínio português. O teor ideológico desse diploma é o de Portugal como nação colonizadora e civilizadora, propagadora da fé cristã e de valores superiores – chega mesmo a constar palavras que definem os povos africanos como portadores de uma “mentalidade primitiva” ou de uma “civilização rudimentar”, colocados sob tutela dos europeus da metrópole¹³².

Henrique Galvão no degredo em Terra de Pretos (1927-28)

Partindo a 15 de Novembro embarcado no paquete Pedro Gomes, Galvão chega a Sá da Bandeira, principal cidade do distante distrito de Huíla – ao sul de Angola – em 13 de Dezembro de 1927, depois de escalas em Luanda e Moçâmedes. Seis meses depois, por decisão de uma anistia, retornaria à metrópole a bordo do mesmo paquete que o levava, e em 19 de Junho apresentava-se no gabinete do ministro das Colónias para regularizar sua situação política. Esse primeiro curto período em África foi o suficiente para Galvão conhecer pessoas importantes para sua obra, como os colonos Teodósio Cabral e Abel Pratas, que se tornaram grandes amigos, importantes também para que Galvão adquirisse algumas vivências e percepções quanto à conjuntura colonial portuguesa em Angola. Essas vivências e percepções de 1927 a 1928 foram escritas em crônicas por Henrique Galvão, reunidas e publicadas em 1929 no livro *Em Terra de Pretos: Crônicas d'Angola* – do qual algumas crônicas me servirão para análise aqui – que “já contém em si características de toda a obra e vida de Galvão, um apurado senso de observação, uma refinada ironia, um inequívoco sentimento de superioridade e uma imensa irreverência”¹³³. Acrescento nessas características um notável ressentimento pessoal do autor pelo que lhe foi destinado, mas que não determina sua visão política da situação – nem contradiz.

¹³² Ministério das Colónias – Secretaria Geral. Decreto n.º 12:533. I série, nº 233 (23/10/1926), pp. 1667-1670.

¹³³ Mota, 2001, p. 40.

A primeira crônica é de 1927 e chama-se “*Diário de Bordo*”, tratando-se de trechos de seu diário produzido no Pedro Gomes a caminho de Angola. Inicia:

“15 de Novembro:

Desde hoje que sou, no arazoado d’um papel oficial que me entregaram a bordo, como guia de expedição – um deportado político; segundo a ironia delicada do Ministro que me êpediu – um pacifico burguez que vae fixar residencia nas Colonias; segundo as declarações publicas d’um outro Ministro, que talvez por ter sido meu companheiro *no facto culposo*, inventou esta designação mais elegante – apenas um turista desenfasiado. Hontem á noite, um telegrama lacónico, confidencial, ordenava o meu empacotamento para a Africa, com destino a Angola. Vou para a Africa correr a sorte d’aqueles mesmos deportados a quem venci – e afinal por tê-los vencido! Mas parto sem odios, nem projectos de vingança, nem esperanças doentias n’um futuro ajuste de contas – esses odios e essas vinganças que são a marca dos vencidos e dos quais me sinto isento, talvez para sentir compensadoramente, que está n’esta isenção o primeiro e unico triunfo da minha efêmera vida politica”¹³⁴

Já demonstra insatisfação com essa condição de deportado político e afirma – assim como continuará afirmando nos parágrafos seguintes – estar isento de sentimentos de ódio ou vingança. Na continuação, diz que não faria escritos típicos de exilado político, revelando coisas escandalosas, mas que iria simplesmente “rabiscar crônicas despreziosas”¹³⁵ e portar-se como um turista – à maneira indicada pelo tal ministro – ao escrever apenas postais e impressões de viagem¹³⁶. Claro, um início já cheio de ironias como já foi indicado como característica de expressão do autor, já que no andar das crônicas nada há de desprezioso. A ironia (para não dizer “formação reativa”), porém, está agarrada ao que me salta como um ressentimento íntimo de Galvão, nutrindo, sim, algum sentimento negativo contra os que lhe deportaram. Se não ironia proposital, se não formação reativa respingada na escrita, uma atitude de escrita-de-si¹³⁷ em que o autor serve de lapidário de si mesmo, isentando-se de negatividades perante os leitores ao defender uma atitude nobre, como a de não ter ódio. No

¹³⁴ Galvão, Henrique. Em *Terra de Pretos: Crônicas d’Angola*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1929, pp. 7-8.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 8.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 9.

¹³⁷ Como na concepção de: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

mais provável, duas intenções: a de lapidar-se como um homem que reconhece seus erros e por isso isenta-se de ódio ou sentimento de vingança, para uma leitura mais ingênua; e a do recurso da ironia, como sentido da escrita, demonstrando ressentimento e intenção de ataque aos que lhe desterraram de Portugal.

A crônica desse dia prossegue narrando a saída da embarcação de Lisboa depois da despedida de familiares e amigos. O autor conta o espanto dele e de outros passageiros ao verem embarcando em Belém um grupo de bombistas, ou seja, homens que façam bombas em motins de rua. Marinheiros, um estudante e alguns vendedores de jornais estavam junto aos bombistas, e agora juntos a Galvão, que parece achar exagero ter sido colocado em situação semelhante à desses passageiros que foram embarcados no porão com os canos de espingardas dos policiais apontados para suas nuças. Já na crônica do dia seguinte, conta apenas um monótono dia no convés, de pouco assunto e pouca interação entre os passageiros.

Voltando ao viés político do diário no dia 17, descreve um sentimento comum em deportados políticos – o ressentimento e o desejo de uma vingança:

“No cais, ao regressar a bordo, encontro os primeiros deportados políticos – aqueles a quem uma saúde melindrosa não permitiu ir mais alem. Ouço-os um momento, quando colhem notícias da Metropole. Ha odio nas suas palavras – o odio que desonra as revoluções e castiga os revolucionarios, e que no exilio se vae acumulando facilmente, como adição de contas a liquidar um dia”¹³⁸

E no dia 21 aparece no diário a terra à vista de Galvão, que é a Ilha de Santo Antão, em Cabo Verde. Ainda no mesmo arquipélago, a próxima é São Vicente, cujo porto foi descrito de maneira desoladora:

“E aqui, como em Lisboa, como em todos os portos portuguezes, como em tantos aspectos da vida nacional, sempre esta sensação constringedora de pelintrice, de miseria, de desconforto, sempre esta razão amarga de mal dizer, sempre esta necessidade de ir ao Passado buscar um calor que falte ao presente, sempre um grande motivo de tristeza, apenas atenuando pelo nosso natural apego ao torrão e

¹³⁸ Galvão, op. cit., p. 14.

pela ultima prenda que conservamos do patriotismo dos nossos maiores: a basofia lusitana!”¹³⁹

O sarcasmo do trecho, o pessimismo e a acidez de Galvão a atacar agora Portugal em sua falta de estrutura, em suas precariedades e em suas falhas morais enquanto nação. Também ataca a tradição portuguesa em exaltação do passado, como forma de compensar todas as faltas que se têm no presente, sendo uma dessas tradições o patriotismo em forma de bazófia, quer dizer, uma vaidade exagerada, uma fanfarronice. E no mesmo sentido prossegue:

“Reconhecemos imediatamente em Cabo Verde um prolongamento de Portugal, uma colonia bem portugueza. Mas é uma sensação produto dos nossos defeitos, que não de virtudes onde possa assentar orgulhosamente uma alma nacional. Cabo Verde parece nosso e uma continuação do que deixamos umas milhas atraz, porque exhibe pelintrice, miseria – porque n’um relancear d’olhos, logo lá se descortinam os mesmos males, que nos trazem, em Lisboa, a rosnar em volta do Terreiro do Paço, como canzoada egoísta á disputa d’um osso de mau sustento”¹⁴⁰

Aqui é evidente o ressentimento pessoal, mas também está presente o ressentimento político contra Portugal identificado em suas colônias mais pelos seus defeitos que pelas grandezas propagandeadas da nação colonizadora. O alvo principal é um dos centros da política, o Terreiro do Paço em Lisboa, onde havia a sede dos ministérios do governo. Suas impressões pessoais de exilado são base de uma crítica política, mais especificamente uma crítica contra a falta de um sentimento de orgulho nacional verdadeiro, que faz das colônias – que ele está conhecendo agora – uma vastidão de terras direcionadas ao quase abandono:

“Com a minha alma de exilado, exaltada no amor da sua terra, com o meu amor de portuguez, quero encontrar, fora das razões sentimentais do meu instinto, fora das tendencias animais da minha raça, uma razão da Razão, para admirar, para me sentir bem e altivo na contemplação das terras do meu paiz – e tristemente,

¹³⁹ Ibidem, p. 18.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 18-19.

desoladamente, só encontro o amor que ama *porque sim* e a altivez que é altiva porque outros mais antigos a compuzeram”¹⁴¹

Nessa escrita-de-si, o autor modela-se como o sujeito que pretende achar um orgulho nacional vindo da racionalidade e não das emoções, mas não encontra, pois parece não haver motivo para tal, já que, conhecendo as partes ultramarinas do império, ele está em contato com uma realidade que não é aquela qual imaginara quando ainda vivia na metrópole. O seu orgulho nacional, portanto, só poderia vir sem explicação objetiva ou material; só poderia vir da tradição de um patriotismo histórico.

Essa desolação do olhar de Henrique Galvão, pessoal e também ideológica, continua na narração dessa crônica tomada de trechos do seu diário de bordo à medida que vai entrando na colônia de Cabo Verde. Pela primeira vez em seus escritos, vejo-o fazendo o que fará em várias obras, inclusive algumas específicas para tal e que lhe dará a fama de um antropólogo ou etnólogo amador: descreve os fenótipos de homens em Cabo Verde, estabelecendo rapidamente diferenças de traços faciais e corporais entre eles e de outros africanos mais ao sul. De teor mais crítico politicamente e socialmente, descreve a aldeia em que se encontra pela situação de falta de higiene, conforto e beleza, e pela presença de colonos e burocratas que na verdade não passariam de gente desinteressada em fixar-se nessas terras, interessadas somente em enriquecer-se de alguma maneira e partirem dali.

“É um miseravel hotel de pouca permanencia, onde cada colono vae viver, para ganhar um dinheiro, que só lhe parecerá legitimo gastar nas estancias thermais da Europa, a curar maleitas, que teria porventura evitado, se na sua peregrinação de trabalho se houvesse como civilisado. Porque o portuguez colonial – e creio que todo latino – é isto: Um homem que da civilisação em que vive só leva ás colonias um minimo absolutamente indispensavel para ganhar dinheiro e uma boca sôfrega para chupar gluttonamente uma teta abundante. Não vae civilisar, por consequência, vae apenas transigir ele próprio com os hábitos dos incivilisados, para conquistar o desafogo da velhice”¹⁴²

¹⁴¹ Ibidem, p. 19.

¹⁴² Ibidem, p. 21.

Um aspecto de visão de mundo é mais nítido aqui, aparentemente nacionalista e defensor da superioridade do homem europeu, questionando e criticando a postura de colonos portugueses em territórios africanos. O papel civilizador, superior do europeu, é esquecido por esses colonos descritos, que se interessam mais por enriquecimentos pessoais que pelo papel colonizador que lhes é confiada. O projeto imperial da nação portuguesa no mundo assim fica prejudicado perante a ganância pessoal dos que para lá vão e em vez de empreenderem o papel superior do homem branco em civilizar, acabam por condescender com os hábitos dos africanos que, os ditos incivilizados, a fim apenas de desfrutar das vantagens da “teta abundante” que são os territórios coloniais.

Como provocação, Galvão compara o tipo colonial do português com os de outras nações europeias, com um recurso que me parece um patriotismo ou um nacionalismo por desdém: não rebaixa sua própria nação com o objetivo de defender a ideia de que ela é realmente inferior, mas com o objetivo provocador de incitar alguma reação dos que leem. Não por acaso, o contraste é feito com os dois países de imensa rivalidade com Portugal no âmbito das relações internacionais coloniais – Inglaterra e Alemanha; é justamente tocando no ressentimento político português ainda tão recente e contemporâneo das ameaças aos seus domínios ultramarinos que Galvão conclui sua crítica aos colonos portugueses:

“O que constitue a superioridade dos povos do Norte, e sobretudo dos ingleses e alemães, como povos colonisadores, é muito menos a forma como colonizam do que o espirito com que colonizam. O inglez ou o alemão, considera, e justamente, o tempo que ha de viver nas Colonias como um tempo normal na sua vida – a sua vida, que em todos os períodos é preciosa, quer atravez d’uma mocidade activa e resistente quer no declínio d’uma velhice farta. E dentro dessa mentalidade que é a unica capaz de dar um sentido pratico e moderno á colonisação no seculo XX, põe provisoriamente de parte a ideia d’um regresso à Patria e rodeia-se do conforto, da higiene, da civilisação, enfim, que julga indispensavel a todo europeu do nosso tempo, quer ele haja de viver no Convent Garden quer tenha de labutar n’um povoado d’Africa. E enriquecendo, como enriquecem alguns dos nossos, não deixam pobres as colonias em que viveram, nem teem de ocultar como vergonhas inconfessaveis certos dos seus processos de coloniais. Os nossos processos produzem S. Vicente, Loanda, Mossamedes – os d’eles fazem Johanesbourg, Cape Town, Durban, etc.”¹⁴³

¹⁴³ Ibidem, pp. 21-22.

Considera-os superiores não pelo modelo de colonização, mas pelo *modus operandi* ou pela mentalidade dos colonizadores ingleses e alemães, que se responsabilizam pelo empreendimento colonial numa ótica de perpetuação e construção imperial, ao contrário do egoísmo e da ganância dos colonos portugueses. Por isso, nessas colônias encontram-se o conforto e a higiene, ou o progresso de cidades na África do Sul oposto à situação presenciada em Cabo Verde e em Angola, como exemplifica. Na opinião de Galvão, possivelmente, a perspectiva imperial do colonialismo português de que todas as partes são integrantes de uma só nação exigiria a fixação de colonos e o desenvolvimento das colônias, e não estadias temporárias com esperanças de retorno à metrópole.

A narração de Henrique Galvão sobre o desembarque na ilha em Cabo Verde segue, descrevendo pessoas de seu pequeno grupo¹⁴⁴ e descrevendo as pessoas do local, numa tentativa de realismo que carrega em si todo o negativismo do julgamento de um homem que acaba de chegar obrigado da Europa à África:

“(…) os tipos da terra: o negro esguio e indolente, as mulheres trabalhadeiras a pingar suores fedorentos, as velhas cachimbando com tristeza, as mães com os filhos às costas, garotos raquíticos que nos observam e uma multidão de mendigos de todas as idades que nos assalta”¹⁴⁵

A viagem segue para São Tomé e Príncipe, e a narração segue igualmente a descrever as precariedades das paisagens e a tristeza dos que estão a desembarcar, vindos de Portugal. Na descrição da cidade de Santo Antão, capital da Ilha de Príncipe, o autor enfatiza a miséria estrutural do local piorada com as condições ambientais e climáticas, estando chovendo no momento. Surge, entretanto, um elogio aos colonos de São Tomé e Príncipe e, na constatação de misérias e desconfortos, aponta pela primeira vez no documento uma crítica específica e direta à administração colonial portuguesa, portanto poupa os colonos e ataca a instituição do Estado:

¹⁴⁴ O sarcasmo de Galvão é seu estilo obrigatório de escrita até nos mínimos detalhes: “Somos seis: Uma senhora franceza de anafados quarenta anos, que durante a viagem, ora lê substanciosos volumes de analyse psicologica, ora enjôa banalmente, não sei se por causa do balanço se por causa da psicologia”. In.: Galvão, op. cit., p. 22-23.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 23.

“Sente-se em volta de nós, no que vemos, no que sentimos, uma inteligência e uma ordem consoladoras, aquela ordem e aquela inteligência que fazem de S. Thomé e do Príncipe as exceções na desordem e nos erros da nossa administração colonial. E se bem que sintamos, quanto as predisposições naturais do terreno, põem uma reserva á nossa admiração pelos homens que o trabalham, não queremos conservar no espirito essa reserva, pelo bem que nos faz olhar uma vez, com regalo e consolação, um trabalho de portuguezes em terra portugueza”¹⁴⁶

Para ele, em comparação, São Tomé pode não ser fisicamente tão belo como Príncipe, mas é menos isolada e tem mais hospitalidade¹⁴⁷. Aquela crítica à política portuguesa e ao Terreiro do Paço retorna ao contar sobre uma conversa com um certo colono que, como vários outros, isolados, mal sabiam e nem se interessavam muito pelas notícias da política central metropolitana:

“(…) E caso interessante: Esta gente não só ignora o que politicamente se passa em Portugal, como também parece sentir a maior das satisfações em ignora-lo. As noticias politicas, os casos sensacionais do Terreiro do Paço – e Deus sabe que historias originalissimas e picarescas eu poderia contar! – não os comovem nem os interessam”¹⁴⁸

O certo colono citado chega a perguntar, sem muito interesse se não pela cordialidade, se ainda em Portugal vigora a Ditadura ou se voltou Afonso Costa, um dos implantadores da república, como assim rege um boato. Essa desinformação que ilustra uma falta de domínio nas colônias, um isolamento crônico, é a sátira das políticas coloniais vigentes, levadas a cabo por aqueles a quem Galvão pretende atingir, portanto é o alimento de seu ressentimento pessoal e a tentativa de validação de suas críticas políticas. Com ressentimento e uma ponta daquele sentimento negativo que no início disse que não iria alimentar, aliás, e com seu sarcasmo típico, encerra essa primeira crônica quando chega a Angola (1927), pela cidade de Moçâmedes:

¹⁴⁶ Ibidem, pp. 33-34.

¹⁴⁷ Nem tanto no sentido emocional do termo, mas no material, de infra-estrutura para se recepcionar pessoas.

¹⁴⁸ Galvão, op. cit., p. 36.

“Olho ainda para o papel oficial que é a minha guia de expedição e releio a minha qualidade social: *Deportado Politico*. Olho para a terra que vou pisar e penso: *Terra do exilio*. Mas lembro-me d’aquele ministro que foi meu companheiro antes de ser meu executor, e tranquiliso-me alegremente: – Esta não é realmente a terra do meu exilio – é apenas o cantinho do Mundo, onde, por agora, vão retouçar as minhas fantasias de Turista por conta do Estado”¹⁴⁹

A crônica “*O Clima*”, de 1928, é um interessante texto acerca da colonização portuguesa e seus problemas apontados pelo autor. Inicia afirmando que, em Portugal, a África (as colônias portuguesas, no caso) é como um “papão”, uma terra inóspita onde criminosos vão expiar crimes e onde os “falhados” vão pegar febre¹⁵⁰. “Ir para África e assentar praça, são os dois pesadelos da gente de minha terra”¹⁵¹, diz ele. Se nos tempos do Brasil os emigrantes iam atraídos à procura do ouro e muitas histórias de enriquecimento espalhavam-se, tornando essa colônia uma lenda no colonialismo português, para a África a lenda era sempre a da terra inóspita, do clima que assusta o colono, das doenças e das mortes. Essas lendas sobre os territórios africanos estavam ainda sendo continuadas na metrópole, e para Galvão era uma desvantagem: “(...) sangram ainda mais o nosso valor demográfico”¹⁵².

O que agrava essa situação é a apatia dos governantes de não desmitificar as lendas que colocam as colônias em África como um inferno na terra: “Ainda, que me conste, não se fez um esforço serio e pratico para destruir essas lendas e convencer os portugueses de que o Brasil foi chão que deu uvas e que Africa é chão que as vae dar”¹⁵³. Se o Brasil foi um passado próspero do colonialismo português, Henrique Galvão enxerga África como o futuro do império, deixando claro um otimismo e uma intenção de estímulo à emigração, afinal se não houver colonos fixos e bem instalados, as colônias não poderão prosperar, e o império não sobreviveria.

O autor continua com um argumento interessante, visando quebrar alguns preconceitos que vigoram em Portugal sobre a natureza africana. Ele explica que a paisagem e, sobretudo o clima, não são os mesmos em todos os lugares, como muitos europeus pensam, pois há uma

¹⁴⁹ Ibidem, p. 37.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 39.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Ibidem, p. 40.

¹⁵³ Idem.

rica diversidade geográfica no continente africano e mesmo nas colônias portuguesas. Compara regiões de Portugal a Huíla e conclui que no planalto angolano o clima é mais agradável que em muitos sítios da metrópole.¹⁵⁴

“Há portanto em Angola, esta provincia na qual a Metropole ocuparia um cantinho inapreciavel, se cá pudesse vir, regiões, cujo clima oferece, aqueles que porventura tenham de trabalhar n’outras menos hospitaleiras, a mesma capacidade de reparação para as energias desfalcadas e para as saudes abaladas, que Cintra ou os Estoris oferecem em Portugal aos intoxicados das cidades”¹⁵⁵

Parece-me claro que essas descrições e desmitificações têm a intenção de se fazer uma propaganda das colônias a possíveis emigrantes, para que se fixem e construam suas vidas lá, pois o clima não é tão infernal como pintam os boatos. O clima não seria então um motivo de desistência ou desinteresse pelas colônias, afinal Galvão tenta dar seu poder de testemunho, portanto há fatores que desanimam possíveis colonos de se fixarem em África e que isso gera uma sangria demográfica, uma instabilidade e uma evasão consideráveis e que colocam em risco o futuro do império. O fator de desinteresse não é natural, mas humano: morre-se muito em Angola, diz Galvão, mas não pelo clima, e sim pelos vícios dos europeus, pela falta de estruturas para cuidados de saúde, pela falta do tratamento sanitário da colônia¹⁵⁶. O desânimo gerado faz com que os portugueses raríssimas vezes vão para as colônias com o intuito de se fixar ou de colonizar, fazendo com que tenham a intenção única de se fazer fortuna e voltar para a metrópole¹⁵⁷. Esse egoísmo assim ameaçaria a existência coletiva nacional, pela falta de seriedade e empenho na sobrevivência do império.

Fica mais fácil notar que Henrique Galvão começa escrevendo sobre o clima africano e os mitos que lhe rodeiam para induzir ao argumento das péssimas condições de estrutura, conforto e saúde que levam à mortalidade de colonos e africanos. A culpa, ele continua insistindo, não é do clima nem do terreno, mas dos vícios humanos, da falta de higiene, da falta de regras e de moral. Em suma, tudo isso pela falta de interesse em se fixar ou colonizar – pela falta de interesse pelo império e pela nacionalidade, sacrificados pelo egoísmo do

¹⁵⁴ Ibidem, p. 42.

¹⁵⁵ Ibidem, pp. 42-43.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 43.

¹⁵⁷ Idem.

enriquecimento fácil. No *Relatório de Huíla*, que trarei mais adiante, isso será corroborado e fará parte do que ele define como falta de ideias superiores ou de uma doutrina colonial: “Mas que não é a falta de recursos, e sim uma falta de espírito moderno de colonizador, que tornam faceis as invasões doentias do clima, prova-o o facto de igualmente se não precaverem os homens das cidades, onde a defeza da saude poderia estar solidamente assegurada”¹⁵⁸

O problema assim não é nem o clima, causa da natureza, e nem tanto a falta de recursos, mas o modo de se relacionar com o meio, ou a falta de um “espírito moderno colonizador”, talvez à maneira dos ingleses e alemães. De maneira mais simples, o problema é de ordem comportamental do colono:

“Seja pela influencia regressiva que este paiz semi-barbaro pode exercer, seja pela propria índole d’uma parte dos colonos, seja ainda pela falta de certas distrações frequentes na Europa, o que é facto é que em Angola se notam imediatamente uma irritação e um desenvolvimento de todos os vicios e de todos os prazeres doentios, suscetíveis de conduzir rapidamente, o mais robusto organismo, a um deploravel estado de menor resistência”¹⁵⁹

Galvão julga e culpa a moral desregrada dos comportamentos, como a gula, os péssimos hábitos alimentares e o alcoolismo – talvez pela influência da falta de civilidade que para ele caracteriza a sociedade africana. O Henrique Galvão licenciado em Educação Física, que defendia a tese de que essa disciplina seria base da regeneração moral e física de um povo, analisa que em Angola os colonos se alimentam em excesso e muito mal, bem como abusam das bebidas alcoólicas e negligenciam exercícios físicos como a caminhada, portanto rendem muito pouco no âmbito produtivo, e por isso poderiam condenar as colônias à decadência. Com seu humor ácido e político, diz que na cidade bebe-se constantemente e que no mato bebe-se a toda hora; que as mulheres de cinquenta anos não se desvalorizam que a cerveja é a grande distração da província, onde não há cassinos.¹⁶⁰

A falta de regras e de um espírito realmente comprometido com o projeto colonizador corrompe os corpos. Corpos fracos e indisciplinados não são aptos ao trabalho e, portanto, significam uma ameaça à vida da nação nos territórios ultramarinos: “É o Mosquito! É o

¹⁵⁸ Ibidem, p. 45.

¹⁵⁹ Ibidem, pp. 45-46.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 47.

Clima!”¹⁶¹, dizem os boatos serem os problemas de decadência física dos corpos dos colonos em África. Culpa-se o clima de África, mas Galvão faz sua defesa e ataca outro fator: a culpa é dos hábitos dos brancos em Angola, sem o espírito disciplinado e planejador do colonizador. Essa mentalidade comprometida deve ser coletiva, popular, e não só responsabilidade dos administradores. É nesse caminho da moralidade política e no compromisso de disciplina com o império que se constrói um nacionalista.

Os administradores não estão isentos das críticas de Galvão por estarem os colonos responsabilizados por grande falha de espírito colonizador. Pelo contrário, em sua crônica “*Uma visita de ‘Sexa Alto’*”, de 1928, o autor expõe muita ironia e sarcasmo, que nos faz facilmente perceber sua fama de irreverente:

“«SEXA Alto» (Sua excelencia o Alto Comissario) é a abreviatura d’um titulo pomposo e uma alcunha. Os funcionários escrevem-na respeitosamente nos telegramas e pronunciam-na desdenhosamente entre duas garrafas de cerveja. No telegrafo serve par economizar tempo, na maledicencia serve para lhe dar saber”¹⁶²

Assim iniciado o texto, partindo de uma situação cotidiana, indica a ambiguidade que tem a figura do Alto Comissário¹⁶³, o maior cargo político da colônia em substituição ao Governador Geral. Se pelo lado da obrigação formal mantêm-se o respeito por ele, pelo lado informal do dia-a-dia há um desprezo popular por sua autoridade, e aí seu pronome de tratamento ganha um sentido jocoso e pejorativo. Henrique Galvão então pretende analisar a estima de António Vicente Ferreira na província, diz ele que não por opinião própria (e que jogada formal para o argumento de seu texto!), mas baseado nos boatos e conversas: “*Vox Populi, vox Dei...*”¹⁶⁴.

“Mas valha-me Deus! – Sexa Alto não é realmente um Senhor muito amado e bem visto!”¹⁶⁵, exclama Galvão ao contar que só pela notícia de uma visita do Alto Comissário, as pessoas nas ruas e nos estabelecimentos já começaram a maldizer e demonstrar reprovação

¹⁶¹ Ibidem, p. 48.

¹⁶² Ibidem, p. 49.

¹⁶³ Àquela altura de 1928 em que é escrita a crônica, o Alto Comissário em exercício era o engenheiro militar António Vicente Ferreira, que também exercia atividades no ramo ferroviário. Foi importante gestor tanto na Ditadura Militar quanto no Estado Novo, tendo sido Ministro das Finanças e Ministro das Colónias.

¹⁶⁴ Galvão, op. cit., p. 51.

¹⁶⁵ Idem.

pela autoridade executiva de Angola. Os motivos, mesmo com esse tom humorístico, já são uma denúncia: notícias de corrupção e improbidade administrativa, ao reduzir os vencimentos de funcionários públicos e aumentar os próprios; também porque permite o poder de altos burocratas enquanto o comércio entra em crise e os comerciantes sentem seus efeitos. Enquanto isso, diz-se que sua obra para Angola é pouca. Mesmo assim, a sua visita faz com que a cidade do Lubando se prepare para recebê-lo, com limpeza de ruas, filarmônica e ensaios de corais infantis, a prepararem os gritos de “viva!” quando da chegada do Alto Comissário.

Galvão narra que em um de seus discursos, “Sexa Alto” “(...) afirmou que seria inflexível, que estava convencido de que era útil a Angola, a obra que tinha empreendido – e que não lhe pedissem nada *porque estava resolvido a nada fazer* (sic)”¹⁶⁶. Segundo Galvão, para salvaguardar sua imagem já ao deixar o cargo, o Alto Comissário ciente de que não tinha popularidade entre os habitantes de Angola, diz que não fará nada. Não faz promessas, mas mantém o que tem sempre feito: nada.¹⁶⁷ E assim se explica a boa preparação para a receptividade ao Alto Comissário, na esperança de que a crise do comércio, a falta de pagamentos a funcionários e a falta de um liceu fossem resolvidas. Ao invés de dar uma expectativa, logo foi dada a decisão: nada a fazer. Ironicamente Galvão escreve: “Mas *Sexa* excedeu-se. Mostrou que também era genial. Não fará nada!”¹⁶⁸.

Descrevendo-se isolado, observador, Galvão põe-se como o espectador na cena que não sabe concluir se o governante é uma figura benquista ou mal-amada. Não me importa como ele se comportou nessa cena ou se essa cena realmente existiu, mas me importa como ele narra tudo isso. Suas críticas, claro, atingem o próprio povo que não se decide em qual estima tem pelo Alto Comissário, se a maledicência do cotidiano ou se a subserviência do contato oficial. Mas de mais alto significado é a crítica à crise de autoridade por que passa Angola, sob responsabilidade de um administrador corrupto, inoperante, sem respeito ou estima estável entre o povo. Seria talvez aquele tipo de crítica de Galvão que serve como um alerta, no caso para a necessidade de uma autoridade administrativa eficiente e compromissada com o desenvolvimento e bem-estar da colônia.

A crônica “*Branco e Negro*” traz as opiniões, notadamente racistas, de Henrique Galvão sobre a relação entre os colonos brancos e os africanos. Seu objeto de análise é o

¹⁶⁶ Ibidem, p. 59.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 60.

tratamento dado aos negros, aos “pretos”, considerados por ele como a “expressão viva da África”¹⁶⁹. Esse tema, segundo diz, é assunto comum nas colônias, portanto deve ter uma devida atenção, principalmente por ser visto por diferentes perspectivas: “Na meza de café, para entreter ocios, como na Sociedade das Nações para movimentar interesses complexos, o tratamento do negro, é um capítulo inexgotável, que ora resa a prosa mansa do humanitarismo, ora especula com as leis incertas da Sociologia”¹⁷⁰.

Sobre o tratamento de colonos aos africanos:

“(…) E, muito naturalmente, porque, em geral, ha colonos que sofrem de instintos duvidosos ou exibem produtos de educação muito pouco coloniais, resolve-se mal – mal quando tem uma solução de crueldade, que é frequente, mal ainda em certos aspectos de requintado humanitarismo, o que é mais raro. Entre esses dois extremos, muito humanos entre latinos sem educação e sem bom senso, o preto, ou sofre como uma besta mal querida ou delinque como uma creança tarada”¹⁷¹

Henrique Galvão detecta que o problema de tratamento dado pelos colonos brancos aos africanos é sinal de falta de educação ou habilidade tipicamente colonial, ou seja, não exercem bem o papel de colonos. O tratamento correto aos povos colonizados seria um requisito do empreendimento colonial. Segundo ele, há dois tipos de tratamento aos negros, sendo os dois considerados exagerados a algum extremo e errados: o tratamento é violento e cruel, maltratando desumanamente os africanos; ou o tratamento é demasiado “humanitarista”, sendo para ele um fator de rebaixamento do negro ao nível da menoridade mental. Se os dois extremos são nocivos, qual seria, para Galvão, o tratamento correto a se dar aos negros, como forma de uma legítima “educação colonial”?

Duas situações para exemplificar os dois extremos são narradas. Uma, a exemplificar o extremo de crueldade nos tratamentos, conta um caso de uma rebelião de negros em Angola que foi duramente reprimida por força militar. Ao se invadir uma senzala onde supostamente viviam vários desses negros insubordinados, um oficial puniu com severidade os presentes, resultando um negro agonizante por ter sido gravemente ferido na garganta por uma baioneta. Segundo depoimento do próprio oficial, ele daria um tiro para acabar com a dor do ferido,

¹⁶⁹ Ibidem, p. 63.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Ibidem, p.64.

mas preferiu deitar-lhe fogo “para não o fazer sofrer mais”¹⁷². O outro caso narrado é o exemplo do tratamento oposto, demasiado oposto. Trata-se também de uma rebelião de negros Bangalas, entre Camalanga e Xá-Muteba. O alferes que comandava a operação, diz Galvão, tratou com extrema e desnecessária bondade os negros:

“Entendia o alferes – e não por ensinamentos d’uma experiencia que não tinha, mas por imposição d’um temperamento solido e, possivelmente, por influencia d’uma educação cristã – que tanto sob o ponto de vista civilisatorio, como por motivos humanitarios, que a sua razão determinava, o branco devia tratar o negro com acentuada bondade, uma justiça sempre benevolente e com exemplo de coração, que mais que quaisquer outros, fariam reconhecer a sua incontestavel superioridade e o seu direito de soberania. O preto, que tantas vezes se revoltava por motivos de maus tratamentos, aceitaria a tolerancia, a bondade e os sentimentos de Justiça do branco, como uma razão indiscutível de sua superioridade – razão que mais eficazmente do que as armas o havia de pacificar”¹⁷³

Galvão critica o ponto de vista do alferes, até com mais contundência e opinião que a crítica ao oficial que ateou fogo ao negro. Critica uma pretensa superioridade dos brancos sobre os pretos pela bondade. Rejeita a violência, mas parece desprezar ainda mais os utopismos cristãos e o senso de justiça benevolente que estaria a menosprezar a capacidade dos negros como humanos, incluindo a capacidade de errarem e serem punidos. O que pensa, pois, Galvão? Na sequência ainda afirma que o alferes, que tão bem tratou os negros, foi aos poucos mudando de opinião na medida em que ia conhecendo melhor o ambiente africano e os indígenas de perto, e via que não valia a pena o tratamento demasiado humanitarista. Para dar validade à mudança de opinião, Galvão exemplifica mais, ao contar quando o alferes, em uma marcha de uns 30 quilômetros em pleno mato africano, dispensa sua vaga na tipoia¹⁷⁴ para uma negra. Aquilo, na visão de quem narra – um tenente que presenciou o fato – é uma grande novidade na relação entre brancos e pretos em África. Para Galvão é quase um absurdo, uma ingenuidade imensa do alferes, pois a negra não seria bem tratada nem pelos

¹⁷² Ibidem, p. 65.

¹⁷³ Ibidem, p. 67.

¹⁷⁴ Tipoia é uma rede, suspensa em uma vara a qual em cada uma das pontas duas pessoas seguram e transportam a que vai deitada ou sentada na rede. Em relações sociais coloniais, era comum um homem branco deitado nessa rede enquanto dois ou mais negros o transportavam por longas caminhadas em plena savana ou selva.

próprios homens negros, imagine se deveria sê-la por um branco! E assim, Galvão faz uma análise em que faz um juízo de valor preconceituoso e generalista, nem tanto pelo conhecimento do papel produtivo da mulher em sociedades africanas tradicionais em Angola, mas pelo que diz dos homens, mostrando em seu pensamento o racismo típico do colonialismo, que inferioriza, bestializa ou associa os negros aos vícios e à preguiça:

“E aqui convem esclarecer que, no trabalho, nas fadigas, no dispendio diario de energias fisicas, a gentileza indigena não concedeu á mulher qualquer especie de privilegio. Pelo contrario: É ela que, alem de todos os trabalhos caseiros, cultiva a terra, transporta as cargas, enquanto o preto dorme e se embriaga”¹⁷⁵

Ainda empenhado em confirmar o quão desastroso é o tratamento “humanitarista” ao negro – empenhado ainda mais que em confirmar o quão nocivo é o tratamento violento, Galvão conta mais outra sobre o alferes em questão. Estava instalado em um posto, quando chega um pelotão de soldados (negros) comandado por um sargento. O alferes deveria fazer um reconhecimento de terreno e, ciente de que o itinerário seria o mesmo do sargento, prefere esperar mais dois dias para irem todos juntos. Em uma noite um dos soldados negros vai ao alferes e pede uma vaga em seu posto, alegando sofrer maus tratos do sargento, visto que a fama do alferes era a de homem branco que trata muito bem os negros. Ordenando a passagem de guia ao sargento, o alferes acatou o pedido do soldado... uma tolice militar segundo Galvão. Houve uma indisposição entre o sargento e o alferes, então o primeiro pôs-se em marcha com seu pelotão sem esperar a companhia do alferes para sua missão de reconhecimento, e assim segue na frente liderando seus soldados.

A missão de reconhecimento do alferes seria no dia seguinte, mas antes um soldado lhe fez o alerta para não passar pela sanzala do soba¹⁷⁶ Malengue, entre Camalanga e Xá-Muteba, justificando que o soba não o pouparia. O alferes ignorou a recomendação, por sempre ter tratado muito bem o soba como a todos os outros negros, e pôs-se em direção à sanzala. Passara antes por lá o sargento e sua tropa, bastante respeitado pelo soba por ser um homem branco temido pelos negros. Com o alferes ocorreu o contrário: foi recebido com

¹⁷⁵ Galvão, op. cit., p. 68.

¹⁷⁶ Soba é a denominação para a autoridade máxima, ou o chefe, em alguma comunidade em Angola. No contexto colonial, eram os sobas que faziam os contatos políticos entre sua comunidade e as autoridades coloniais.

hostilidade e provocações pelo soba e seus súditos. Como se não bastasse apenas a demonstração, o soba ordenou que se assaltassem todos os homens do pelotão, tomando-lhes armas e roupas, inclusive as roupas do alferes que preferiu não dar ordens de reação. Com as armas e equipamentos em mãos, o soba ordenou que aniquilassem aquele pelotão, e assim se fez, sobrando apenas um soldado ferido que fugiu e um outro treinado em cavalaria militar, que agora trataria dos cavalos do soba.

“Dois exemplos dos dois pontos de vista d’esta questão, tantas vezes debatida: Como deve a gente branca tratar a gente negra? Não é, evidentemente, na posição que estes dois extremos determinam, que o problema se resolve. Há uma medida quase ignorada entre nós, que é, ao mesmo tempo, de bom senso político e de boa aceitação moral, que, afastando-se d’um extremo, sem ter que cair no outro, corresponde mais praticas e nobremente aos interesses privados da nacionalidade, sem atingir o humanitarismo das almas bem formadas. Simplesmente essas regras medias do bom senso...”¹⁷⁷

Henrique Galvão então insiste em defender que, em questão de tratamento de brancos aos negros, não se deve ir a nenhum extremo – nem ao extremo da violência nem ao da benevolência. Em um momento em que o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* ainda era algo novo, essa crônica de Galvão veio bem a calhar como escrita polêmica, tentando adotar o autor uma posição neutra, talvez defendendo uma parcimônia – a que ele chama de “bom senso” – no tratamento ao indígena. Estaria ele defendendo que o tratamento ideal seria o de considerar o negro como um cidadão comum, um trabalhador assalariado, em equiparação ao comum português branco, e por isso abomina as inferiorizações da chibata e da benevolência? Por mais que se considere que aquele diploma aprovado por decreto resguarde especificidades de tratamento legal e jurídico aos indígenas, considerando nos fundamentos que estariam todos iguais aos brancos perante a lei, acredito que Henrique Galvão, a despeito do que ele tenta dizer de si, ainda tem uma visão de mundo racista, vinculada à ideia da superioridade do colonizador ao colonizado, do branco sobre o negro, como era o paradigma do darwinismo social no contexto de colonialismo.

A lição da história do alferes e do soba é clara. O chefe africano respeita mais o sargento por este demonstrar uma violência no tratamento, uma dureza, poupando-o de

¹⁷⁷ Galvão, op. cit., p. 73.

qualquer hostilidade. Quanto ao alferes, patente superior ao sargento na hierarquia militar – considerando que o alferes é um oficial e o sargento, apesar de também não ser praça, não é um oficial, mas um “oficial inferior” ou “suboficial” – já não é poupado, por não demonstrar dureza, por demonstrar imensa benevolência e humanitarismo aos negros, portanto falta-lhe a virtude da superioridade, da virilidade do colonizador. Galvão que diz repudiar os dois extremos – e não duvido de que realmente escolha um tratamento mais condizente com as relações sociais capitalistas – parece pender mais ao polo da violência, mesmo afirmando que o ideal é o bom senso entre os dois extremos que atenderia melhor aos “interesses privados da nacionalidade”, quer dizer, o tratamento de cidadania para pessoas agora consideradas como parte da nação portuguesa, mesmo que inferiores em relação aos brancos, e não bestas violentadas à maneira do escravismo ou crianças imaturas.

Pelos parágrafos e análises que escreve a mais contra o “humanitarismo” que contra o uso da violência, parece-me claro que entre os dois extremos errados, o autor preferiria o pulso firme à ingenuidade solidária, e isso é evidente quando expõe sua visão acerca do negro africano – parece-lhe que são mais pendentes aos vícios, insubordinações, preguiça e traições. Essas características negativas que associa aos negros, mesmo se fossem declaradamente formas de resistência à dominação do trabalho compelido, seria algo inaceitável para Galvão, que estaria considerando os negros como cidadãos – inferiores aos colonos – do império, assim como pressupõe o *Estatuto*. Seja lá como for exatamente o “meio-termo” que Galvão defende, a lição do soba parece ser a sua opinião: entre ficar com um extremo ou outro, é mais vantajoso que o branco seja temido, e não amado.

Na mesma linha daquela crônica sobre o clima, de uma discreta propaganda a favor da emigração e fixação nas colônias, ele inclui o sarcástico e bem-humorado “*O Paraizo das Quarentonas*” (1928). A princípio, afirma que há duas coisas que são muito bem valorizadas (em 30%) quando chegam da metrópole para a colônia: moeda e mulheres:

“Uma nota de cem escudos trocada em Loanda vale cento e trinta escudos provinciais – mesmo que cá chegue velhinha e esfiampada: uma senhora de quarenta anos embarcada no Caes da Fundação e cambiada em qualquer cidade angolana, vale uma virgem de vinte e cinco primaveras – mesmo que cá chegue com caria nos dentes e nodoas na reputação”¹⁷⁸

¹⁷⁸ Ibidem, p. 75.

Nesse conto cômico, ele diz que Angola é o lugar ideal para as mulheres europeias vencidas na concorrência na Europa. As mulheres desesperadas, as meninas de quarenta e nove anos, solteironas de pele de pergaminho, tias de sobrinhos adultos, obesas, estrábicas, escolióticas, de alma tristonha e pele escamada, enfim, as deserdadas do amor¹⁷⁹, teriam sucesso na colônia: “Angola é todo o futuro das europeias sem futuro!”¹⁸⁰. Diz ele que a mulher em Angola, bonita ou feia, exerce uma influência considerável na vida da colônia, onde sobra cerveja e falta mulher: um ambiente propício ao disparate entre homens. Falta mulher em Angola e o homem branco europeu, muito tempo longe das brancas, acaba preferindo ficar com uma preta¹⁸¹.

Galvão diz que o colono branco quando vê mulher branca, age como o europeu que pisa pela primeira vez em África. Este acha que todos os africanos são iguais, aqueles, do mesmo modo, acha que todas as mulheres brancas são iguais. Além do mais, ser mulher branca em Angola é como ter olho em terra de cegos, ou ter pão em sociedade de esfomeados¹⁸². As quarentonas por lá fazem sucesso, são consideradas uma riqueza, e por isso, comicamente, são convidadas a embarcarem para Angola, onde serão tratadas como rainhas pelos galantes colonos que por lá vivem, à espera de um grande amor.

De alguma maneira Henrique Galvão pretendeu retratar a situação demográfica dos colonos em Angola, de um desequilíbrio de grande número de homens brancos para muito poucas mulheres brancas. Uma situação em que Portugal mostra uma falha de distribuição ou de atrativos para migrações de homens e mulheres, indo mais homens para o trabalho e ficando a metrópole cheia de mulheres solteiras, tendo os colonos que recorrerem ao “amor” das negras – e se Galvão advoga em favor da ideia de que os portugueses nos trópicos são de fácil e miscível convivência com os africanos, pois todos são de alguma forma portugueses, parece que sua aprovação de casamento e reprodução dá preferência a relações entre brancos e brancas. Enfim, de alguma maneira, o autor preferiu usar o recurso do humor sarcástico, irreverente e polêmico, insinuando que o projeto colonial português era mais cômico que trágico:

¹⁷⁹ Ibidem, p. 77.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Ibidem, p. 78.

¹⁸² Ibidem, p. 79.

“Vinde! A vida de hoje é difícil e ingrata: a carne está caríssima e é preciso jantar todos os dias; os tecidos estão pela hora da morte e é preciso compra-los de quando em quando; o amor está pessimamente distribuído e a tua alma está esfomeada com os desejos do teu corpo. Vinde! Sereis gentilíssimas para os que lá ficam, fareis a felicidade dos que cá estão!”¹⁸³

Saindo desse tom mais cômico e retornando ao assunto de relações entre brancos europeus e negros africanos, uma das mais interessantes crônicas da obra é “*Entrevista com um Soba*” (1928), na qual é relatada uma estadia sua na sanzala do soba Barro, em Cabinda, no Congo. De pronto já descreve a residência, a cubata, como “quase civilizada”¹⁸⁴, que para ele era sinal de que era bem aseada e limpa. Ele diz que o soba é um monárquico¹⁸⁵, um nostálgico e saudosista, não muito ligado ao presente¹⁸⁶. Tece elogios ao chefe africano, pois o considera um letrado, um civilizado, já que esteve na Europa e de lá trouxe o conhecimento e o gosto pela cultura ocidental. O letramento do soba, Galvão atribuía às missões religiosas em África, mas não foi o caso. Trata-se de quando em 1757, época de Pombal, expulsou de Portugal e mandou a Angola vários jesuítas, que por lá se estabeleceram e perpetuaram. Com o passar dos anos, o contato de jesuítas e africanos resultou que os primeiros aprenderam técnicas e ensinamentos indígenas enquanto os segundos, sobretudo os chefes, aprenderam algumas orações e a própria língua portuguesa, o que Galvão chama de “contagio civilizador”¹⁸⁷.

O conhecimento adquirido pelo soba lhe era útil para o contato e comunicação com os brancos – uma técnica vantajosa de “civilização”, tanto para os chefes africanos quanto para os comerciantes portugueses, que por essa facilidade comunicativa realizavam negócios. Quanto à leitura de livros, o senhor Barro não se interessa. Primeiro porque não sabe ler a caligrafia impressa, apenas a manuscrita, e segundo porque as histórias europeias não o interessam. Ele sabe contar histórias de cabeça com um talento narrativo ao estilo de bons escritores europeus, e essa constatação de Galvão é uma característica comum às sociedades africanas ao sul do equador, que são ágrafas, portanto mantém a tradição da oralidade. Quanto ao conceito de civilização, Galvão indaga:

¹⁸³ Ibidem, p. 81-82.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 83.

¹⁸⁵ “(...) não indaguei se o monarquismo do senhor Barro era do da cor integralista do do senhor Alfredo Pimenta ou do cambiante constitucional do do sr. Sinel de Cordes”. In.: Galvão, op. cit, p. 87.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 86.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 89.

“Porque nós somos civilizados e o senhor Barro não o é? Evidente que não. Senhor Barro conhece da Europa, muito mais que muitos europeus conhecem da Africa. É simplesmente porque senhor Barro é muito mais feliz do que nós, na essência e na forma da sua sensibilidade (...)”¹⁸⁸

Aqui parece que Galvão interpreta positivamente a cosmovisão africana em comparação à mentalidade e à cultura europeia. O desprezo do soba pela imprensa, de notícias ruins e intrigas políticas, é algo que Galvão elogia nesse trecho, que assume estar encantado pela inteligência e opinião do soba, a quem ele atribui o “elogio” de “negro civilizado”. Para prosseguir, a pergunta: “Que pensa senhor Barro dos civilizados?”¹⁸⁹

“Ora, senhor Barro não pensa de nós coisas muito lisonjeiras. Dir-se hia mesmo que lhe corre na beíçola grossa, não sei que vago sorriso de ironia, quando ouve falar em *civilizados*. Das suas palavras concluo que o senhor Barro nutre pelas produções materiais da gente branca – e sobretudo pelo foi tavião e metralhadora – uma admiração franca, mas pouco lisonjeira. Pela nossa moral e pelas nossas forças espirituais, senhor Barro sente o mais acabado dos desprezos”¹⁹⁰

O soba que foi tão elogiado por Galvão mostra então certo desprezo pelas coisas dos ditos civilizados, apesar de nutrir alguma admiração por alguns aspectos da cultura material e tecnológica. E sobre a opinião do soba Galvão continua, espantado pelo menosprezo do africano aos inventos ocidentais, demonstrando aí uma incompatibilidade e um confronto entre duas visões de mundo, já que o que para o europeu “civilizado” é um grande motivo de lisonjeio, para o africano não é tanto:

“E então todas as maravilhas d’esta sciencia exuberante, que os brancos recebiam com magníficas expressões de admiração, que eram apregoadas na Imprensa de todo o Mundo, que faziam vibrar academias e que consagravam para sempre o inventor,

¹⁸⁸ Ibidem, p. 91.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 92.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 92.

passam a ser para o senhor Barro, fosse qual fosse a sua importância e grandeza, simplesmente *Coisas de Branco!*¹⁹¹

De maneira interessante, Galvão em 1928 já queria demonstrar uma certa noção de que as diferenças de experiências e visões de mundo de um africano e um europeu não se resumem apenas à superioridade do branco e inferioridade do negro, à civilização contra o primitivismo. Ele assume que o que é interessante e signo de progresso ao branco, por vezes pode não ter importância ao indígena, e isso ele descreve com certa admiração ao posicionamento do soba. Mas há ainda um detalhe: essa opinião expressa de admiração não é a qualquer indígena, mas a um de alta hierarquia, um soba, que ainda com certos limites, foi letrado à europeia e é conhecedor de aspectos da cultura ocidental, e também teve desde jovem contato com brancos, mas que mesmo assim se mantém firme em vários fundamentos da tradição cultural de seu povo. Henrique Galvão talvez mantenha essa admiração por se tratar de um africano que, mesmo “civilizado” pelas letras, tem a coragem de não negar que é um “africano”. E se essa mesma coragem viesse de um africano comum, trabalhador, um não letrado? Seria uma opção cultural por sua própria tradição ou uma ignorância deliberada, marca de primitivismo?

“Esta expressão [“Coisas de Branco!”], evidentemente, traduz uma certa admiração e reconhece uma superioridade. Simplesmente é uma admiração que senhor Barro não deseja e uma superioridade que senhor Barro não inveja. *Coisas de branco*, corresponde um pouco às *coisas do demônio*, que tantas vezes serve aos nossos burguezes supersticiosos, para explicar o que o seu bestuntono não atinge. Também o senhor Barro me explicou a razão do seu desprezo pelos civilizados, na ordem moral e espiritual. Senhor Barro entende que a sua moral – a que vulgarmente rege os seus actos e os seus pensamentos – é nitidamente superior á moral dos brancos – á que eles vulgarmente seguem e não á que eles apregoam”¹⁹²

Nessa comparação entre culturas diferentes, o assunto são valores morais, praticamente em uma relativização exposta de maneira até audaciosa por Galvão, já que à época de publicação do livro – e mais adiante – era a defesa da superioridade dos valores

¹⁹¹ Ibidem, p. 93.

¹⁹² Ibidem, p. 94.

européus que justificava o papel civilizatório da colonização. O soba defende e até romantiza os africanos ao dizer depois que o negro não bate nos filhos, não tem relações com a mulher enquanto está amamentando, não cria confusões com seus iguais e está habituado a dividir suas coisas – ao contrário dos brancos, diz ele. Galvão expõe isso mas vejo que suas intenções não são apenas a de relatar diferenças culturais e de visões de mundo, mas de provocar os brancos, que seria o público leitor do livro. Galvão, nos rebates às ideias do soba, não deixa de estar defendendo o lado europeu da “superioridade”; apresenta uma visão de mundo do africano sobre as coisas dos brancos, entretanto isso serve mais de alerta aos exageros da colonização que uma campanha de admiração à cultura do povo de Cabinda.

Ainda sobre a moral e os valores éticos, o soba diz:

“Os pretos – boa ou má – tem uma moral que seguem; os brancos apregoam uma que os seus costumes negam. Os pretos cometem barbaridades que a moral dos brancos condena, mas que a sua consente; as barbaridades dos brancos são condenadas pela sua moral e pela dos negros e, contudo, eles cometem-n’as dia a dia”¹⁹³

Para não ficar como uma acusação barata, o soba apresenta exemplos de maus tratos de brancos, como um funcionário colonial, contra negros. No final do relato, exclama: “Coisas de branco!”, assim como exclamava com a mesma expressão ao se falar de alguma invenção tecnológica ou outro hábito de brancos. Seja uma expressão cultural, seja uma maquinaria inventada, seja um comportamento agressivo contra indígenas, o soba resumia: “Coisas de branco!”¹⁹⁴. Galvão não deixa por menos e conclui essa crônica rebatendo com seu orgulho, sobrando sarcasmo:

“Pela estrada fora ia meditando n’estas coisas tão varias que colhi no paleio destrambilhado do senhor Barro e pensava do alto do meu orgulho de branco, na segurança de vinte séculos de civilização:

¹⁹³ Ibidem, p. 95.

¹⁹⁴ Idem.

_ Coisas de preto! Estavamos quites!”¹⁹⁵

A provocação de Henrique Galvão durante a crônica vai contra negros e brancos, contra Europa e África. Demonstra uma admiração pela postura firme do soba ao dizer o que pensa dos brancos, mas acaba rebatendo. Ele não escreve no sentido de simplesmente mostrar um outro modo de se ver a realidade, pelo prisma de um africano, mas no sentido de se comparar duas culturas, tendo dois interlocutores defendendo cada um a sua: o soba defende a dele e Galvão relata, mas como o texto é desse último, é justamente sua opinião que prevalece: “Coisas de preto!”. Um chefe africano que conhece a cultura europeia e ainda subestima seus avanços deve ter sido algo cômico para Galvão, afinal esse se diz filho de uma civilização de vinte séculos, que dominou e colonizou as terras desse africano, filho de uma sociedade primitiva sabe-se lá de quantos séculos.

Já em “*O Terreiro do Paço em Angola*”, também de 1928, Henrique Galvão retorna às suas críticas políticas às instituições coloniais portuguesas: “O grande defeito de Angola – a sua grande doença – não está na Distância, nem no clima, nem nos perigos. O mal de Angola chama-se Terreiro do Paço”¹⁹⁶. Quer dizer que os problemas que envolvem a vida nas colônias, assim como ele já o tinha feito na crônica “*O Clima*”, não são culpa da geografia do local, mas de fatores humanos, que nesse caso agora o entrave se dá não pela falta da mentalidade colonial dos colonos, mas pela ação negativa das instituições políticas: O Terreiro do Paço, a sede dos ministérios – incluindo o das Colônias.

Segundo diz Galvão, o emigrante sai de Portugal para uma vida nova, fugindo da realidade social que lhe foi imposta, o emperramento de suas vidas pelo Terreiro do Paço¹⁹⁷, ou seja, pelas instituições políticas tomadas pela má administração. Vai com medo dos mitos sobre África: o clima, as doenças e pestes, os pretos. Chegando lá, porém, encontra uma realidade bem menos assustadora¹⁹⁸:

“Depois de seis mil Kilometros de viagem não encontra nenhum dos espectros que receava. O unico que vae tomando forma, que o assusta, que o desola é o que lhe dá a impressão que desembarcou outra vez no Terreiro do Paço! (...) Também em

¹⁹⁵ Ibidem, p. 96.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 97.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 98.

Loanda, este outro coração *claque*, onde é preciso que venha anemisar-se e poluir-se o sangue generoso e moço que corre em Angola, o nosso homem vae encontrar a intriga política que desarruma a nossa sociedade e a emporcalha, o manha d'alpaca atravassado em todos os caminhos, como um dragão de lenda, o papel selado, o requerimento, as repartições, as cunhas, o Terreiro do Paço, enfim!”¹⁹⁹

Não é no clima nem na terra que se encontram o problemas enfrentados pelos colonos em Angola, mas na política, ou nos vícios institucionais. Se Angola, e as possessões em África no geral, são a promessa de uma novidade, de uma renovação e o motor do futuro do império e se para lá vão homens e mulheres saídos da metrópole à procura de uma nova vida, quem frustra todos esses projetos, na denúncia de Galvão, é a burocracia estatal:

“É ao seu cursivo elegante, aos seus cotovelos coçados, á sua sciencia de riscar mapas e adicionar verbas, que está entregue o fomento, a colonisação e o futuro de Angola. Cada um d’eles, por organização de serviços, por influencia do Terreiro do Paço, por conformação mental, é um *empata*, um consumidor do tempo, do dinheiro e da paciência, que os colonos tinham destinado a capitalizar os seus trabalhos. São eles que enviam em notas, em prosa de portaria, em despachos do *Sexa*, atravez das distancias enormes de Angola, o desalento, a confusão e a desesperança”²⁰⁰

Então Galvão inclui nesses problemas os padrinhos, os afilhados e as “invejasinhas”²⁰¹, e conclui em tom de lamento: “E Angola depende de Loanda, do Terreiro do Paço – d’isto!”. Para Henrique Galvão, o grande problema colonial por que passa Angola, em plena crise econômica da década de 1920 por que passavam as colônias e principalmente essa, era a burocracia das instituições políticas que administravam as possessões ultramarinas. É uma burocracia viciada que atrapalha, que consome muitas verbas e muito tempo em sua própria malha, portanto prejudica as colônias. Apesar de a política em Angola ser centralizada em Luanda e assim centralizada no Terreiro do Paço, não é a centralização política que Galvão acusa, mas a má gerência das instituições, a falta de eficiência e os desperdícios.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 99.

²⁰⁰ Ibidem, p. 100.

²⁰¹ Idem.

Se “*O Clima*”, ao se analisar as falhas coloniais, expelia críticas à mentalidade dos colonos, essa crônica direciona toda a condenação às instituições políticas que gerenciam inclusive as emigrações, portanto poupa e até elogia o esforço dos colonos:

“E Loanda, o Terreiro do Paço – isto! – como a Arcada, em Lisboa, nas suas relações com o Paiz, mandibulando levemente, também crê que é ela toda a Angola e também não ouve, nem sente, nem vê, os milhares de portugueses anônimos, ignorados, esquecidos, que por cá labutam ingloriamente, porque se esqueceram ou não puderam acender uma lampada em Meca. E contudo ha em Angola, entre gente da nossa terra, exatamente entre aqueles que não fruem direitos de suzerania, esforços obscuros, encarniçados, heroicos, que é ruim pecado não respeitar, tanto eles nos dizem das qualidades de trabalho, de adaptação e de persistência de nossa raça (...). E o lutador é um homenzinho portuguez, que aduba a sua lavra com sangue e suor, que se gasta como uma enxada nas mãos d’um cavador – a fecundar a terra, a civilisa-la. Sobre ele passa o Tempo e todas as torturas do isolamento, passam a miséria e todas as pancadas que se recebem n’essa luta áspera, sem quartel, entre uns metros de terra perdidos n’um canto do Mundo e os seus musculos entorpecidos pela febre. Durante longos mezes, durante anos possivelmente, não vê um homem da sua raça e não ouve uma palavra da sua língua – é um Robinson obscuro, da tempera d’aquelles primeiros portuguezes que enfiaram atravez do Mar Tenebroso. A sua vida é um longo rosario de dias agressivos, eguais, monotonos, a fazer d’aquela terra selvagem, habituada a parir mato esteril, um celeiro ou uma horta, uma riqueza, um velo d’oiro, um pedaço de Portugal”²⁰²

Aqui o elogio e a defesa são ao homem comum, do pequeno colono como um herói, construtor nacional e verdadeiro civilizador português em África; o verdadeiro promotor do império. Galvão os coloca assim em oposição aos burocratas, que pouco ou nada sabem da realidade com os pés na colônia, e que além disso dispensam no ultramar esses comuns colonos que ficarão entregues à própria sorte, com o fardo de se edificar e perpetuar o empreendimento imperial português. Os burocratas estariam assim na função de parasitismo aos feitos dos homens comuns, portanto um fator que mais atrapalha que ajuda:

²⁰² Ibidem, pp. 101-102.

“E muitos anos depois a terra cede, a batalha foi ganha! É n’esta altura que o Terreiro do Paço intervem. Esses homens heroicos, de quem a historia não resa nem resará, que vão transformando Angola, laboriosamente, como as térmites, que fornecem á Provincia os alentos com que bravamente vae resistindo á improvisação dos governantes – os homens de que Angola precisa – teem de haver-se agora com o poder central! Está creado, está gordo, está apetitoso! Pois tanto melhor; não faltam apetites em Loanda, no Terreiro do Paço! Sempre houve grandes interesses a parasitar os grandes heroísmos! Foram esquecidos, abandonados – mas agora já vale a pena cuidar da sua ventura, zelar os seus interesses, acudir maternalmente ás suas necessidades”²⁰³

A função dessas instituições centrais na política colonial é vista por Galvão como algo de carácter parasitário, oportunista; de homens de gabinete que aproveitam do trabalho exercido pelos que labutam no chão da colônia. Além disso, a morosidade é um grande problema apontado por ele, como a lentidão dos trâmites burocráticos, de decisões e documentos presos em várias instâncias e repartições públicas. Para piorar, Angola é muito grande e a burocracia ligada ao Terreiro do Paço, de função decisiva, está centralizada em Luanda, o que significa que, além dos trâmites burocráticos, toda documentação que vá para outros sítios ao interior da colônia devem enfrentar a morosidade dos transportes, tendo em vista que a infraestrutura da colônia estavam em más condições. A falta de eficiência institucional é um grande fator de atraso, um grande empecilho ao desenvolvimento das colônias, e a isso Galvão atribui ao parasitismo do Terreiro do Paço, uma metonímia para as instituições metropolitanas responsáveis pelas possessões no ultramar:

“É o poder absorvente do Terreiro do Paço – a grande cortina safada, oleosa e opaca, que nos separa do resto do Paiz. No entanto, para além d’esta cortina, n’esta Angola maravilhosa, encontra-se frequentemente, consoladamente, razão de mais peso e alento de mais substancia, do que o passadismo doentio dos nossos festeiros patrióticos, para acreditar nos destinos da Raça e confiar, sem sebastianismos faceis, no nosso dia de gloria. São os trabalhadores de Angola quem n’o los dão”²⁰⁴

²⁰³ Ibidem, p. 103.

²⁰⁴ Ibidem, p. 105.

Galvão inclui o termo “Raça” nesse trecho para confirmar um projeto imperial de perpetuação de Portugal como uma grande nação, como uma raça específica. Os grandes promotores desse projeto não são para ele os burocratas de gabinete, aqueles que de caneta em mãos assinam despachos ou outros documentos concernentes à política colonial de Estado, mas os trabalhadores comuns, portugueses que vão para a colônia construir suas vidas e assim construir o império, perpetuando a raça portuguesa por territórios fora da metrópole. E a referência ao destino da raça ou ao dia de glória é a característica essencial de um discurso nacionalista português, que vê no império o futuro da nação, e portanto a sua razão de existência. Os sujeitos ativos responsáveis por essa razão de existência e futuro são, nessa opinião de Galvão, os portugueses comuns.

A defesa aqui é aos colonos, os trabalhadores portugueses, que constroem o império (razão de existência da nação), mas morrem no anonimato, enquanto os burocratas (encarnados na figura do Terreiro do Paço) se apropriam da obra desses homens comuns e têm seus nomes escritos na história, morrendo como heróis²⁰⁵. O colono seria como uma peça fundamental, uma engrenagem da nação. Henrique Galvão não está a defender os trabalhadores enquanto classe, mas enquanto essa peça fundamental da nação. Homens como Norton de Matos, João de Almeida e Paiva Couceiro teriam seus nomes escritos na história pelo próprio Galvão como responsáveis por grandes obras coloniais, e eram homens da política, da burocracia. Importa mais a moral dos atos em prol da nação, sendo essa uma entidade acima de qualquer divisão ou oposição entre classes sociais: se o colono é um herói e o Terreiro do Paço é um parasita, Galvão não os analisa assim pela expropriação do trabalho, mas pela expropriação dos créditos de quem constrói a nacionalidade portuguesa no além-mar.

Por mais que esse texto sirva como provocação aos que lhe mandaram ao degredo, acusá-los de apropriação da obra dos colonos, “dos anónimos, dos patriotas”²⁰⁶ é também um aspecto de visão de mundo do autor. Henrique Galvão não fala em exploração do trabalho, muito menos coloca em oposição as funções produtivas dos colonos e dos burocratas, mas fala na morosidade e no parasitismo de uma burocracia ineficiente que é nociva ao desenvolvimento da colônia. O autor assim mostra um nacionalismo no qual o império é o fator de existência na nação e da “raça”, portanto são louvados os que o perpetuam e criticados os que atrasam essa construção nacional. Quem constrói no cotidiano a

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Ibidem, p. 106.

nacionalidade pelo império é o colono, o português pobre que vai para Angola e que sofre com a falta de consideração²⁰⁷ dos membros do Estado que deveriam auxiliá-lo nessa missão que diz respeito a todos os portugueses. Para concluir seu pensamento, faz a mesma provocação feita na primeira crônica, comparando a situação portuguesa com a situação de outras colônias estrangeiras:

“Simplesmente não lhes pesa em cima um Terreiro do Paço! (...) No Congo Belga, onde a colonia portugueza é numerosa, os nossos compatriotas são valores de primeira grandeza. Ha um governo que os compreende e que os respeita – não ha um Terreiro do Paço que os explore e os irrite”²⁰⁸

Seguindo a sua lógica racista, pela qual justificam-se os processos de “civilização” de sociedades africanas, Henrique Galvão escreve crônica “*Missões Religiosas*”, em que faz a defesa destas como fatores essenciais para colonização. Inicia criticando ferozmente o que chama de “furor anti-religioso” de grupos “libertários” ou “porta estandartes do humanismo em Portugal”²⁰⁹, que de certa forma ia contra as missões de instituições religiosas – no caso, a Igreja Católica principalmente – nas colônias portuguesas. Em contraponto, elogia as missões religiosas e as freirinhas missionárias que prestavam serviço como enfermeiras em hospitais de caridade de Angola. Já os que ele diz pregar um furor anti-religioso, em nome de liberdade, propagam uma “obra inútil e inferior de destruição religiosa”²¹⁰. Disso, critica um alto-comissário de aspiração republicana em Angola que defendia que as missões poderiam ser também laicas e não necessariamente religiosas:

“Nas Colonias, as missões religiosas a quem sempre foi devido um respeito que poderia, sem ridiculo nem baixeza, tocar as raiaas d’um sentimento profundo d’amor, foram amputadas da proteção oficial, abandonadas como excrescencias ignominiosas. E crearam-se em seu lugar, constituindo, na frase d’um Alto Comissario que não deixou os seus creditos por mãos alheias, «*uma das mais fundas provas de tolerancia da Republica Portugueza em materia religiosa e uma vibrante*

²⁰⁷ Ibidem, p. 107.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Ibidem, p. 145.

²¹⁰ Ibidem, p. 146.

manifestação de quanto interesse a Republica toma pela civilização dos indígenas das províncias ultramarinas» – as missões laicas civilisadoras²¹¹

Desta forma, o alto-comissário defendia que poderiam ser mandadas às colônias para fins de missionarismo, pessoas que “tivessem vocação e fossem dotadas de espírito de abnegação e sacrifício²¹²”, mesmo que não exerçam função de sacerdócio. Com todo seu sarcasmo, Galvão faz suas críticas ao funcionalismo público que desta maneira iria para as missões laicas com a “vocação” de interesses pessoais: “Ha uma classe de portuguezes a quem nunca faltou vocação para estas coisas, que dão direito a reforma²¹³ e ordenado no fim do mez²¹⁴”. Assim, ele intitula as missões laicas como “organismos civilizadores de manga de alpaca²¹⁵”, como se referia em suas críticas aos burocratas mais letárgicos de gabinete. Considera que as missões laicas seria trocar as enfermeiras religiosas que trabalham “por amor a Deus” por “gente que vive da teta do Estado” e trabalha “por amor do dia 30 de cada mez²¹⁶”. E para desqualificar tais missões e defender as religiosas, diz em tom racista que os únicos resultados práticos das missões laicas são o aumento do número de mulatos²¹⁷, em alusão a escândalos sexuais que ocorriam entre funcionários públicos e mulheres africanas.

O que Henrique Galvão diz é que as missões não podem ser para qualquer um como se supõem os “princípios republicaneiros²¹⁸”, mas somente por quem a pratica com “amor²¹⁹”. Galvão então considera que as missões têm um papel muito sério e importante, o de civilizar, e que portanto não poderia ser movidas por interesses pessoais, mas por interesses comuns à nação e ao império; a Portugal em sua função histórica. De fato, as missões religiosas com a perspectiva racista de civilizar os povos africanos foram importantes fatores nos processos coloniais de dominação dos europeus sobre os africanos: onde não se dominava pelas armas ou pelo trabalho, se dominava pela fé cristã.

²¹¹ Ibidem, p. 147.

²¹² Ibidem, p. 148.

²¹³ “Reforma”, em Portugal, podendo ser chamado também de “aposentação”, é como se chama o que no Brasil é aposentadoria.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Ibidem, pp. 147-148.

²¹⁶ Ibidem, p. 148.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Ibidem, p. 149.

Em sua opinião, diz que missões laicas em um país de “forças morais desorganizadas”²²⁰ não vêm a calhar. E nisso refere-se à situação política vinda de uma república liberal e que passa por desarranjos internos entre os próprios grupos componentes da Ditadura: é o que para ele tratava-se de desordem. Para funções de colonização no que diz respeito às mentes dos africanos, para ele, indubitavelmente, as missões religiosas eram as únicas capazes. O “frio e superficial humanismo”, o “fetichismo científico” que “se substituiu ao amor de Deus”²²¹ nunca poderiam exercer funções de um padre que se sacrifica por um deus acima dos homens²²². Além de tudo, ainda é uma crítica às ideias republicanas de laicismo que entraram em vigor a partir de 1910, mesmo Galvão não se assumindo um monarquista. Para ele, tratava-se de incongruências entre a “ordem divina” e a “ordem do Estado”.

Prosseguindo, para Galvão as missões religiosas em Angola significam as únicas obras de amor na “vida agreste dos territórios africanos”²²³. Seria o amor em meio à corrida por fortuna numa colônia sem educação econômica²²⁴, quer dizer, retoma os ataques àquela que considerava como uma falta de mentalidade colonial, de quem ia para as colônias somente à procura de fortuna pessoal e não de construção coletiva da nação. Nesse sentido, as missões religiosas seriam a única obra de civilização onde há indígenas em “completo estado primitivo de selvajeria” e “brancos de moral inferior”²²⁵. O humanismo de homem para homem, continua sua ideia, não produz bons efeitos, pois somente surtiria os bons resultados o humanismo que se eleva ao amor divino dentro do cristianismo²²⁶: “o missionário é o tipo mais belo de homem por amor de Deus”²²⁷.

Para finalizar, relata fatos que disse ter vivido. Um dia chegara por Huíla um missionário jovem, 22 anos, de cabelos e longas barbas ruivas: “um soldadinho romântico”, “um soldadinho moço”²²⁸ que abnegara dos prazeres da sua juventude pelo amor da pregação missionária no sertão angolano. Dias depois, na missão de Chapepe, Henrique Galvão encontrou-se com, o já velho missionário, padre Wendling. Já um veterano nas missões,

²²⁰ Ibidem, p. 149.

²²¹ Ibidem, p. 150.

²²² Idem.

²²³ Ibidem, p. 152.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Ibidem, pp. 152-153.

²²⁶ Ibidem, p. 153.

²²⁷ Ibidem, p. 154.

²²⁸ Ibidem, p. 156.

catequizador apaixonado que seguiu a longa carreira por vocação, o velho padre ensinou a Galvão que não era possível catequizar os indígenas:

“O negro é um fetichista, apenas um fetichista, e sê-lo ha ainda em muitas gerações. É possível ensina-lo, eleva-lo até a forma material d’uma civilização elementar, é possível mesmo conte-lo dentro d’uma moral superior á sua, mas por enquanto é tudo, que em materia religiosa, se pode conseguir”²²⁹

Henrique Galvão, que mesmo assumindo-se como católico jamais demonstrou fervor religioso, não estaria defendendo com tanto afincio e paixão as missões religiosas se não concordasse em seus princípios “civilizatórios”. O mesmo autor que, páginas atrás, na crônica “*Branco e Negro*” com todo o seu racismo, criticou mais o humanitarismo e o sentimento cristão que a violência da chibata, agora é um fervoroso defensor do amor cristão das missões religiosas. Ora, o que Henrique Galvão realmente vê nessas missões são as potencialidades colonizadoras de quem trabalha com a mentalidade dos colonizados pela fé, o que de fato dariam mais resultados que meros funcionários públicos leigos. A ideia de civilizar o que é considerado selvagem e inferior e trazê-lo aos valores de quem domina e se considera culturalmente superior, como demonstra bem o racismo do padre Wendling com quem Galvão concorda, é um aspecto da visão de mundo do autor que via nessa dominação colonial por “assimilação” um dos fatores de construção do império e da nação portuguesa além da Europa.

Essa coletânea de crônicas que é o “*Em Terra de Pretos*”, apesar de não pretender ser mais que uma reunião de impressões de Henrique Galvão sobre sua chegada em África e seu curto primeiro período por lá, não deixa de conter um conteúdo político na expressão da visão de mundo do autor. Nota-se o teor nacionalista em seus escritos, tão forte no conteúdo quanto o sarcasmo o é na forma. O império português é, visto como o conjunto da metrópole com suas colônias, o tema central de todos os textos, e o autor demonstra claramente seu posicionamento ideológico sobre ele. É recorrente em Henrique Galvão nesse livro a ideia de superioridade do europeu sobre o africano, pela perspectiva rática do civilizado sobre o primitivo, que justificou todas as práticas colonialistas por potências europeias em África, mesmo Portugal que contava com a defesa ideológica de que os portugueses se integram mais

²²⁹ Ibidem, p. 157.

aos nativos em vez de oporem-se. Recorrente também são as críticas às instituições portuguesas responsáveis pela administração e pela organização das possessões ultramarinas, no que diz respeito à burocracia morosa ou à precariedade de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das colônias no cenário capitalista global, por isso acaba comparando a situação portuguesa à situação de outras potências que julga regerem melhor seus projetos coloniais.

Importante também é seu posicionamento a respeito da colonização, ou seja, da fixação de colonos nos territórios ultramarinos, mais especificamente em Angola. De primeiro momento culpa os problemas coloniais pela falta de mentalidade dos próprios colonos, tomados por vícios e desejos de enriquecimento fácil em detrimento do sentimento nacional de perpetuação do império, afinal muitos ainda pretendem retornar à metrópole. Depois cita, mesmo com humor, o problema de falta de mulheres em Angola, apontando que é uma falha colonizatória por dificultar a reprodução demográfica. Mas detalhe interessante: reprodução demográfica da raça portuguesa, tendo em vista que é urgente a ida de mulheres a Angola para evitar que os colonos se interessem cada vez mais pelas africanas. Em um terceiro momento, os colonos não são mais culpados, mas glorificados em seu papel colonizador, e os erros coloniais são direcionados à burocracia estatal, que inclusive não oferece recursos e condições favoráveis que estimulem o trabalho dos colonos.

O pensamento de Henrique Galvão quanto à colonização é bem semelhante ao pensamento de Norton de Matos. Em Angola, Matos foi governador-geral (1912-1915) e alto-comissário (1921-1924), e muito se deve às suas políticas a crise angolana que teve seu ápice em 1923, e que lhe rendeu a demissão do cargo no ano seguinte. Pois bem, Norton de Matos proferiu em 1924, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, a conferência de título “*Mentalidade Colonizadora dos Portugueses*”, publicada em seu livro “*A Província de Angola*” (1926). Ele elege a colonização dos domínios do ultramar com portugueses vindos da metrópole como principal problema e cuja resolução se faria dedicando todo o esforço a Angola²³⁰:

“Esclarece que sem colonização branca, essencialmente portuguesa, não se levará a cabo a missão histórica que Portugal foi chamado a desempenhar em África. Faz

²³⁰ MATOS, Norton de., apud. CASTELO, Cláudia, 2007, p. 66.

também depender do povoamento branco a manutenção da soberania portuguesa em Angola e Moçambique”²³¹

Em territórios ultramarinos a colonização portuguesa privilegiaria a fixação de caráter rural de famílias de agricultores agrupados em aldeias, de preferência famílias de mesma região geográfica, no intuito de se reproduzir uma organização já existente e tradicional na metrópole, de relações de parentesco e vizinhança²³². Nada seria possível sem uma infraestrutura que permita esse empreendimento, portanto é necessário o investimento em condições econômicas, higiene e conforto que atraia e mantenha os colonos. Enquanto essa infraestrutura não ficasse pronta, deveria ser incentivada a colonização de “trabalhadores do mar”, formando povoações de pescadores sobretudo em praias ao sul de Angola onde o peixe é abundante e os resultados seriam imediatos²³³.

Além da infraestrutura necessária, há a questão da moralidade dos colonos, que Matos exemplifica principalmente com as relações com os africanos, defendendo como negativa a miscigenação com os negros, portanto defendendo uma pureza da “raça” portuguesa:

“(…) é necessário ter a certeza de que eles [os colonos] encontrarão no local onde se fixarem campo vasto para o seu trabalho e a sua condigna remuneração, condições higiénicas e comodidades que lhe permitam viver com conforto vida farta e fácil e multiplicar-se em gerações futuras cada vez mais prósperas, um meio de moralidade, o afastamento possível da possibilidade de cruzamento com a raça preta, um ambiente material e moral superior ao que deixaram nas suas terras da Metrópole”²³⁴

Ao se chegar ao território ultramarino, cada família de colonos deveria receber uma casa modesta e confortável e que ao se passar cerca de 15 anos seria passada para sua posse. O Estado deveria fornecer também o atendimento médico, técnico e religioso. Assim, para se erguer o império português no mundo como fator de propagação de nacionalidade e existência de Portugal, Norton de Matos defende a emigração de “elites”²³⁵, ou seja, técnicos,

²³¹ Castelo, op. cit., p. 66.

²³² Idem.

²³³ Ibidem, p. 67.

²³⁴ Matos apud. Castelo, p. 67.

²³⁵ Castelo, op. cit., p. 67.

intelectuais, profissionais liberais e membros do clero católico, paralelamente à emigração de famílias de agricultores:

“Sem técnicos, sem homens de ciência, de alta cultura intelectual e moral, de alta educação que, em grande número, se vão fixar em Angola, para enquadrarem, orientarem e levantarem rapidamente a um nível superior os núcleos dos colonos formados com os magníficos elementos do nosso povo, não será possível a rápida realização da Angola portuguesa que todos tão ardentemente desejamos. (...) Angola, toda a África portuguesa, nada fará sem que os elementos superiores da nossa raça, os sábios, os artistas e os homens de alta moralidade para ali vão como chefes e guias indispensáveis ao bem, à grandeza e ao prestígio da Pátria”²³⁶

Não só de trabalhadores faz-se uma colônia, explicita. É necessário que sejam levados homens de ciência, de técnica. Nisso estão incluídos intelectuais, engenheiros e técnicos em diversas áreas, sobretudo especializados em técnicas agrícolas. A função deles, além de reprodução ideológica (caso dos intelectuais), como funcionários públicos, seria a de orientar e guiar os trabalhadores vindos da metrópole, aumentando a produtividade, mas também de controlar o processo produtivo dos trabalhadores rurais. Estaria assim montado um esquema de produção capitalista, dividido em classes²³⁷, mas ideologicamente não opostas, visto que cada uma em sua função específica estaria a exercer seu papel do empreendimento colonial: é a visão nacionalista do trabalho, bastante comum quando o fascismo for dominante em Portugal principalmente com o advento do Estado Novo e sua “mística imperial”. Já o papel dos missionários seria o de atender às atividades religiosas dos colonos e principalmente o de levar a cabo o projeto civilizatório, focado na conversão e adestramento religioso de africanos, os quais a maioria seria de trabalhadores.

Muitas das ideias de Norton de Matos foram executadas em seu governo na década de 1920 em Angola, de maneira a se fomentar a colonização efetiva do território. Investiu-se em reformas administrativas e incentivou a fixação de funcionários públicos, agraciados com melhores vencimentos, e também a fixação de trabalhadores. Incentivou-se também a ida de

²³⁶ Matos apud. Castelo, p. 67.

²³⁷ Mesmo que com o passar do tempo esses colonos trabalhadores rurais pudessem tomar posse dos meios de produção como ferramentas e suas pequenas terras, não seriam eles os responsáveis pelo controle do próprio tempo produtivo, portanto estariam sujeitos à expropriação de seu próprio trabalho, seja por gestores de empresas instaladas nas colônias ou pelos próprios burocratas do aparelho estatal.

técnicos com concessão de subsídios a alunos de engenharia dispostos a irem a Angola, e também se incentivou a ida de mulheres para controlar o desequilíbrio demográfico de muitos homens para poucas mulheres. Outra política posta em prática foi a do apartamento racial, que encontrou oposição em vários setores de classes dominantes que viam nisso um entrave à procura de mão-de-obra barata e abundante²³⁸.

O governo seguinte ao de Norton foi o de Vicente Ferreira, o alto-comissário em exercício à época em que Galvão escreveu as crônicas. Ferreira também apostou na política de colonização branca em Angola, com facilidades como concessão de crédito agrícola e a promulgação do *Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização*, objetivando facilitar a fixação e a soberania da “raça portuguesa” em Angola, por via de dois tipos de colonização: a coletiva, por aldeamentos rurais e a singular, com agricultores isolados a explorar herdades médias²³⁹. O diploma também previa estabelecimento de orfanatos coloniais e colônias penais como fontes subsidiárias de colonização agrícola, mas não chegaram a se realizar²⁴⁰.

Apesar de nessa obra não estabelecer elogios específicos a Norton de Matos, mas críticas diretas a Vicente Ferreira (“Uma Visita de Sexa Alto”), a visão de mundo é bem próxima àquela expressa pelo primeiro em seus projetos, condensados na conferência em Coimbra. O caráter racial da colonização, o papel do Estado como fomentador e organizador da colonização como método produtivo e os cuidados morais como condições indispensáveis para a construção do império e perpetuação nacional são comuns entre Galvão e Matos.

De degradado a governador em Terra de Pretos: experiência administrativa e críticas à política colonial vigente documentadas no “Relatório de Huíla” (1929)

Da sua experiência como governador de Huíla entre Fevereiro e Junho de 1929, Henrique Galvão redigiu e pôs a publicar um relatório de seu governo, “*Huíla: Relatório de Governo*”, cuja data de edição é do mesmo ano, mas a de publicação é do início do ano seguinte. Huíla era, e ainda é, um distrito ao sul de Angola. Situava-se distante da capital

²³⁸ Castelo, op. cit, p. 82.

²³⁹ Ibidem, p. 83.

²⁴⁰ Idem.

Luanda e carecia de maiores investimentos, como infraestrutura. Região de produção pecuária, agrícola e de alguns tipos de indústria. Cortada pelo Rio Cuene, Huíla situava-se geograficamente, assim como o distrito de Mossâmedes, na fronteira com a Namíbia, território colonial alemão até a Primeira Guerra Mundial e a partir daí controlado pela União Sul-Africana. Essa localização configurava a Huíla uma posição de grande importância, e a que Galvão sempre reclamava por não dispensarem para lá maiores atenções, como postos militares, ficando a região mais susceptível a entradas estrangeiras – uma porta aberta da colônia.

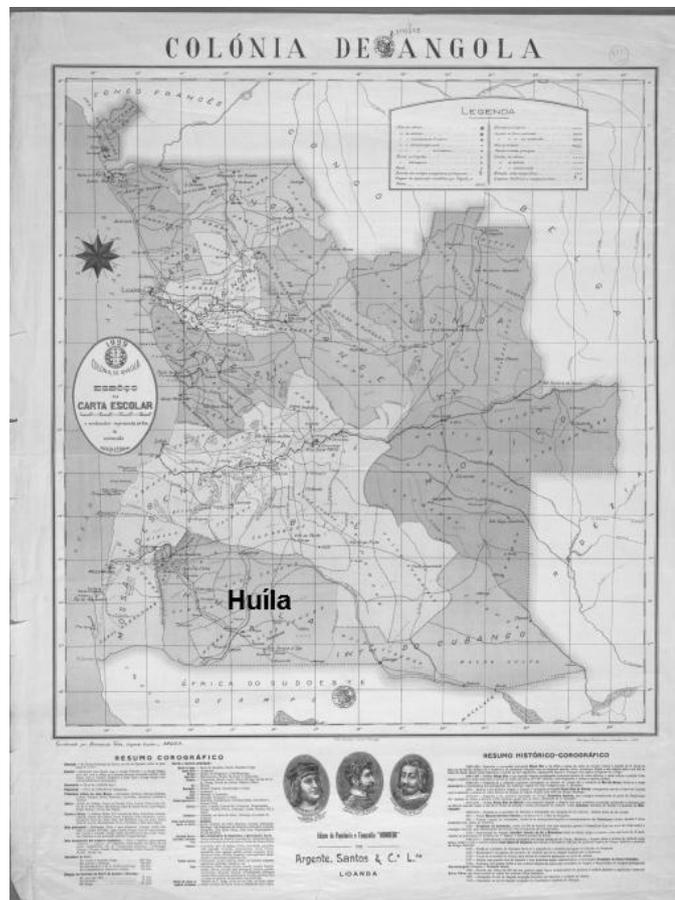


Figura 1 Localização do distrito de Huíla, ao sul de Angola.²⁴¹

²⁴¹ Colónia de Angola [Material Cartográfico] : esboço da carta escolar / coord. Por Armando Teles, inspector escolar ; Henrique Moreira, des. ; V. Simões, lith. – Escala 1:2500000. – Luanda : Papelaria e Tipografia “Mondego”, 1929. – 1 mapa : litografia, color. ; 67,70x61,00 cm, em folha de 89,70x69,50 cm. In.: Biblioteca Nacional de Portugal – acervo cartográfico.

O livro, que aqui será minha fonte para este tópico, é dividido em duas partes: “O Meio”, na qual contextualiza as situações políticas e ideológicas da colônia e “O Governo”, na qual será mais específico em se tratar das experiências administrativas no distrito de Huíla e na qual contará seus feitos como governador. Na apresentação do relatório, tenho discordância da opinião de Zilhão (2006) acerca de seu caráter e de sua importância documental:

“Por sua vez, o *Relatório de Huíla* foi tomado como um documento que refletia a aplicação do projeto português de domínio cultural em um espaço, pragmaticamente tratado como diferenciado, não levando em conta a essência da sua complexa realidade. O olhar de Henrique Galvão mostrou-se externo a Huíla e a Angola, como à África em geral. A importância do relatório enquanto documento histórico de uma política aplicada está, em especial, no fato do seu autor ter sido um português comprometido com a construção e o fortalecimento do império português em África e, é evidente, propagados da ideologia imperial dos anos de 1920 e 1930”²⁴²

Henrique Galvão realmente não se importou em documentar nos detalhes como eram os hábitos, as visões de mundo e o funcionamento das sociedades africanas, mas também não era essa a intenção, já que se trata de um documento prático de uma atividade administrativa e de defesa ideológica de um projeto empreendedor colonial. Não creio que Galvão tenha tido um olhar externo a Angola ou à África em geral, pelo contrário, vejo que sua análise só é possível inserindo-se na realidade colonial, mas pela perspectiva de um administrador e além de tudo um europeu, um colonizador, presumivelmente colocado por si mesmo como superior naqueles territórios. A importância do documento não é a de me informar como era de fato a realidade, mas sim informar-me como Galvão interpretava a realidade e como tentava interferir, inserido em algum grupo social específico que comungava com sua visão de mundo. A minha função como historiador que investiga o pensamento de um intelectual não é a de procurar a verdade nos escritos dele, mas de procurar identificar o que ele dizia ou defendia como sendo a verdade que, como já anunciado sobre meus caminhos metodológicos, não é uma ação individual, mas correspondente a algum grupo.

A introdução do livro vem com duas epígrafes: uma de um ex-governador de Huíla entre 1908 e 1910, João de Almeida, que diz que é obrigação moral do governante prestar

²⁴² Zilhão, 2006, pp. 09-10.

contas em relatório. A outra, em francês, é uma citação de Pierre Daye, jornalista belga que em seu país foi notável colaborador nazista e membro do grupo fascista Rexisme. Esse diz, com um trecho de seu livro *Congo et Angola*, que a vivência em um mundo novo acarreta transformações nas ideias, exigindo uma renovação contínua de julgamentos. Desse último autor é que Galvão inicia o capítulo primeiro do relatório, de sua preocupação expressa em *Congo et Angola* quanto a falta de métodos e doutrina coloniais da Bélgica em seus domínios ultramarinos. A preocupação e o lamento são os mesmos de Henrique Galvão sobre a realidade portuguesa:

“Não temos uma doutrina colonial, nem um espírito colonial, nem um método colonial (...) Esta falta duma doutrina colonial resulta em grande parte na ausência duma Política Colonial. A falta de uma e outra, eliminam, de entrada, a possibilidade de ideias coloniais práticas e eficientes. E assim as colônias – e porque o nosso caso neste trabalho se localiza em Angola – assim Angola se arrasta, aos baldões das ideias, mais ou menos secretas, dos seus Altos Comissários ou Governadores Gerais, da sua vontade muito pessoal, dos seus caprichos, muitas vezes. E nem essas ideias, que o crânio de Suas Ex^{as} tem, na maior parte dos casos, recolhidamente guardado, nem a sua vontade, nem os seus caprichos, podem dizer-se ligados, ou provenientes, duma grande ideia, ou duma grande vontade nacional sobre os destinos do nosso Império Colonial. Ora, onde falta uma *Ideia* abundam muitas ideias. Exactamente porque não há só *Uma* aparecem muitas... Geralmente, cada Ministro das Colónias trás as suas ideias, os seus métodos os seus pontos de vista. Essas ideias não são as do País – porque o País não as tem”²⁴³

Assim como o fez no seu livro de crônicas, mas agora na intenção de dar uma evidente carga política à sua escrita, Galvão denuncia uma falta de doutrina colonial dirigida por cima, uma falta de unidade de pensamento que possa reger as políticas coloniais. Ao contrário disso, o que ele observa são variedades de ideias que se modificam de acordo com a chegada ou saída de algum administrador, mais ligadas a interesses pessoais que a interesses coletivos. Para Galvão isso é uma degradação do valor da nacionalidade; é o perigo que assola o futuro do império pela falta de uma política colonial que estabeleça a hierarquia de ordens superiores a fazer funcionar a nação portuguesa, no sentido alargado que inclui as possessões ultramarinas. Com ironia ele ainda solta:

²⁴³ Galvão, 1930, pp. 03-04.

“Desta amálgama estranha de pensamentos coloniais, não é possível, evidentemente, extrair a ideia de Todos, a Ideia Nacional. Desta amálgama sai a confusão que fez dizer a um observador estrangeiro, que em *Portugal tudo é possível* e que, de facto, permite que tudo seja possível – até bons governos! É o caso de Moçambique”²⁴⁴

A falta de unidade de pensamento e a falta de comportamento em que cada um deveria exercer o que lhe é da função de acordo com seus cargos são para Galvão um problema de falta de consideração de patriotismo. Os conflitos de ideias existentes são, na verdade, conflitos pessoais, nocivas ao império que só sobreviveria e se desenvolveria se se seguisse ideias superiores, tendo conexão com o todo nacional. Ainda diz sua experiência como governador, da dificuldade de se governar sem ter um chefe, uma ideia superior ou indicações definidas²⁴⁵, em uma clara defesa de planificação ideológica e hierarquia administrativa. Seus elogios, nesse sentido, vão à obra de João de Almeida quando foi governador em Huíla (1908-10), esclarecendo que não tem relações pessoais com tal, mas que admira sua obra e seu exemplo de patriotismo.

“Resolvemos, pois, seguir a orientação de João de Almeida, no meio transformado que fomos encontrar, por ser a única que tinha método, senso, carácter, poder realizador – por ser a única que era uma orientação. Era nela, e só nela, que podia ligar-se o sentido dum governo, que pretendia afirmar-se demonstrando que não se tratava de mais uma passagem desconexa e estéril dum funcionário pela secretaria dum gabinete. Uma vez traçado êste desígnio, não nos pareceu sobre-humana nem difícil a tarefa, porque, e aqui declaramos o nosso grande erro, não tínhamos previsto, que é impossível manter a orientação numa parcela, quando a força dominante do Todo anda desorientada por delírios tumultuários de personalidade. No entanto, estamos convencidos de que alguma coisa se fez e que não foi inexpressiva nem inútil a nossa passagem pela Huíla, embora de curta duração. E daí a razão deste relatório”²⁴⁶

Pretendendo uma autocrítica pelo elogio à obra de João de Almeida, mas também servindo como lapidário de si mesmo, Galvão reforça a ideia de que não é possível governar e levar a cabo o projeto colonial sem uma orientação superior. Mesmo tentando fazer isso em apenas uma parte, como no caso de Huíla, é impossível que dê certo, tendo em vista que é

²⁴⁴ Ibidem, p. 4.

²⁴⁵ Ibidem, p. 6.

²⁴⁶ Ibidem, p. 7.

preciso a integração com a totalidade do império, centralizada em uma política colonial orientadora das ações, livre de personalismos. Segue dizendo que governar é uma função objetiva e não subjetiva, portanto sendo necessário eliminar todos os “impulsos, todas as paixões, todos os instintos”²⁴⁷, com imparcialidade e espírito de finalidade. Dessa maneira, a condição básica do triunfo de um governo estaria na complementação da colaboração dos governados. Para livrar-se dos vícios do personalismo e da falta de uma doutrina superior, é necessário criar uma situação moral na política na qual “servir o País” seria diferente de “servir-se do País”²⁴⁸ e dessa maneira Galvão, logo ele que não esconde suas vaidades, faz críticas à vaidade na política.

Essa condição moral, que segundo ele não está nos tratados ou nas leis, deve ser a base de um governo. Contra grupelhos, clãs e partidos em embate, deve-se guiar o governo apenas pelo bem superior, a construção do grande império de Portugal, devendo o governador ter o “Meio”(os governados, a paisagem e as instituições organicamente orquestradas) consigo²⁴⁹:

“Em resumo: A conquista moral do Meio, a certeza da sua colaboração e a garantia do seu apoio, acima de partidos, simpatias ou malquerenças pessoais e de intrigas sem interesse, são condições essenciais de sucesso para aqueles que aceitavam ou desejavam a tarefa de governar”²⁵⁰

E para definir a prática que seu governo deveria realizar, no que diz respeito à colonização e organização das atividades produtivas e do desenvolvimento do distrito na colônia, mais uma vez Galvão espelha-se na ação política de João de Almeida:

“João de Almeida definiu o sentido do seu governo da seguinte maneira: *Pacificar, Organizar, Colonizar*. Nas condições actuais do Meio físico, social, moral e económico, entendemos que reataríamos êsse sentido, à falta duma doutrina colonial superior que nos inspirasse e duma orientação definida que do Govêrno Geral nos fosse apontada, na expressão: *Ocupar – Organizar – Colonizar*”²⁵¹

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Ibidem, p. 8.

²⁴⁹ Ibidem, p. 9.

²⁵⁰ Ibidem, pp. 09-10.

²⁵¹ Ibidem, p. 10.

A tarefa agora de ocupar, no entanto, não seria tanto a militar. Agora o sentido é de ocupar economicamente, antes pela ação de estradas que pela força de armas²⁵², na construção de um projeto de integração econômica entre as unidades produtivas que dariam eficiência ao desenvolvimento da colônia, vivendo ainda os efeitos de sua crise financeira²⁵³. E Galvão reafirma seu lema: “Ocupar, Organizar, Colonizar, é, por consequência, todo o programa do governo da Huíla. E dentro dele, Governar não pode ser senão *Realizar*”²⁵⁴.

No segundo capítulo, afirma de início que em Angola há uma instabilidade de governo, marcada por falhas na divisão territorial, um mal que está diretamente associado a uma falta de orientação ou doutrina superior²⁵⁵. Defende que ao sul de Angola deveriam existir ao menos dois distritos, e não só um, como é o caso de Huíla, e sobre as atribuições administrativas: “Somos francamente partidários – opinião esta muito pessoal – duma grande descentralização administrativa e de atribuições mais latas concedidas aos governadores dos distritos”²⁵⁶. Essa afirmação não contradiz a centralização de uma doutrina superior, pois a descentralização aqui refere-se ao poder administrativo dos governadores sobre seus próprios distritos, sem interferências externas centralizadas na metrópole ou em Luanda, não dispensando – se calhar até exigindo – a existência de uma orientação ideológica única, como defende.

Sobre as características demográficas, conclui com uma tabela que a população branca é mal distribuída no distrito, enquanto os indígenas encontram-se por todo o território. De colonos, apenas os funcionários públicos estão distribuídos de maneira correta. Quanto aos agricultores, acusa que:

“sua vida é difícil, desamparada e, por vezes, miserável, apesar do carácter agrícola que se atribui ao Distrito da Huíla, por parte duma proteção eficiente e duma organização razoável. A maior parte da população agrícola deve-se ao indígena, apesar do abandono a que também tem sido votada a intensificação e aperfeiçoamento das suas culturas”²⁵⁷

²⁵² Idem.

²⁵³ Em 1929 Angola ainda sentia os efeitos da crise financeira, mas na metrópole já se sentia o equilíbrio orçamentário posto em prática por Salazar. Apesar de ser desse ano a crise mundial desencadeada em Wall Street, seus efeitos em Portugal só foram significativos a partir de 1931.

²⁵⁴ Galvão, op. cit., p. 11.

²⁵⁵ Ibidem, p. 13.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Ibidem, p. 18.

As críticas continuam, dessa vez, assim como no “*Em Terra de Pretos*”, à mentalidade burocrática e improdutiva de funcionários públicos morosos, os “mangas de alpaca”. Necessitaria, sim, de homens de ação, não de gabinete²⁵⁸. É a reiteração de sua defesa à eficiência como fator fundamental de desenvolvimento em uma colônia carente de melhores investimentos em suas atividades. O comércio, abundante, necessitaria segundo ele de uma melhor organização, assim como a atividade industrial também necessitaria. A pecuária, uma atividade também considerada como “indústria”, é exercida majoritariamente pelos indígenas, pelo Estado e pela Cia. De Mossâmedes, guardando em si maiores probabilidades de desenvolvimento e prosperidade que os bancos não se atinam, preferindo financiar o comércio. Sobre o cultivo de gado, a pecuária, coloca esperança ou otimismo nas potencialidades, mas denuncia a falta de investimentos, interesses e iniciativas: “As outras indústrias do Distrito, não só pelas razões que determinam a crise e a confusão do comércio, mas ainda por falta de capitais, de iniciativas e de mercados seguros, são modestas e grandemente inferiores às possibilidades do Distrito”²⁵⁹. Sintetizando seus pensamentos, na denúncia de um sistema falho e prejudicial:

“Em resumo: A população branca da Huíla, distribui-se pelo funcionalismo, Comércio e agricultura; a sua situação económica, se bem que prometedora, pelo que diz respeito às possibilidades naturais do distrito, não pode dizer-se brilhante.

É uma ocupação sem organização.

A população indígena, na sua maior parte, ou serve o branco, ou produz apenas o que julga indispensável para as suas necessidades – muito pouco. Na sua quase totalidade, nem mesmo se defende das crises dos maus anos agrícolas, por um aumento de produção destinada a reserva alimentar. As fomes são frequentes”²⁶⁰

Suas conclusões são as de que a população de Huíla, seja a branca ou indígena, é insuficiente para uma ocupação satisfatória do território, portanto é necessário um equilíbrio demográfico – remediável talvez com a imigração de portugueses da metrópole; as características do meio determinariam a forma econômica de ocupação; o elemento de produção por excelência é o negro, o indígena, e é da intensificação e aperfeiçoamento de suas atividades produtivas que depende o progresso do distrito, até mais que das atividades dos brancos; a atividade dos brancos deveria se orientar para as explorações industriais que tenham como base a produção dos indígenas, e para as funções técnicas, comerciais e

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Ibidem, p.20.

²⁶⁰ Idem.

burocráticas; e como seladora, a conclusão de que o distrito de Huíla oferece condições ideais para a fixação de brancos, podendo tornar-se um verdadeiro prolongamento de Portugal em África²⁶¹.

As dificuldades para se colocar em prática essas conclusões, segundo diz, vem da falta da orientação superior que tanto acusa. A função de governador de distrito, assim, seria meramente decorativa, dependente da centralização de infraestrutura e burocracia em Luanda e das decisões de funcionários do Terreiro do Paço que pouco ou nada conhecem sobre a realidade colonial. A invasão e confusão de atribuições e a falta de autonomia do governador de distrito, somada à falta de infraestrutura que permita uma integração econômica ágil, seriam assim fatores de atraso ao desenvolvimento colonial.

Chegada a segunda parte de seu relatório, Galvão dará mais foco a essas questões produtivas e de desenvolvimento. Um problema básico em Angola são as falhas técnicas, de ocupação insuficiente para tantos serviços feitos, que trariam também o déficit orçamentário, com despesas mais altas que a receita. Por exemplo, sobre a construção de estradas, construiu-se uma rede vasta de estradas em Angola, sob orientação dos administradores locais, como os próprios governadores de distritos. Criou-se, porém, o Serviço de Obras Públicas, o qual gastava muitos recursos com os vencimentos de muitos técnicos – rendimentos que segundo ele daria para abrir muitas outras estradas²⁶². Além disso, as decisões de serviços ficariam centralizadas em Luanda, dependentes de trâmites burocráticos lentos:

“No Distrito da Huíla, como em tôda a Colónia, não podem deixar de ser as circunscrições os fulcros da ocupação e Administração Geral (...) Assim o entendemos, e como tal resolvemos proceder em conformidade, dentro dos nossos recursos: desburocratizar as circunscrições e transformá-las, pouco a pouco, nos verdadeiros agentes de ocupação económica do Distrito”²⁶³

Ao contrário do que se possa parecer quanto ao pensamento colonial, Henrique Galvão raciocina aqui com uma lógica econômica antes de pensar pela mística imperial da missão histórica portuguesa. As mudanças estão na ordem da “mentalidade”, na presença ou ausência de uma orientação ideológica superior. A centralização e a morosidade burocrática são nocivas ao progresso econômico, portanto é preciso descentralizar e então desburocratizar

²⁶¹ Ibidem, p. 21.

²⁶² Ibidem, p. 31.

²⁶³ Idem.

para simplificar e agilizar a máquina estatal que coordenaria os processos produtivos. O exemplo das estradas é significativo: é uma infraestrutura essencial na integração econômica, necessária ao desenvolvimento do capitalismo por se tratar da logística, de cuja rapidez depende o sucesso da produtividade. Trata-se, portanto, de um fator essencial no capitalismo: a integração pelas Condições Gerais de Produção (CGP). Para se compreender melhor esse pensamento de funcionamento econômico em Henrique Galvão, apoio-me na concepção de João Bernardo:

“(…) pelo contrário [a Marx], a integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos (...) É a partir daí que as inovações melhor se propagam a toda a economia, de maneira que os custos de reorganização da fabricação são muitíssimo menores do que seriam se o aumento geral da produtividade se tivesse devido à soma das reorganizações de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de produção (CGP) (...) Não deve entender-se aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina ‘infra-estruturas’, mas cobrem todo o campo da tecnologia, que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade”²⁶⁴

A integração é o que caracteriza o capitalismo, pois sem ela não se processariam os mecanismos de mais-valia relativa responsáveis pelo próprio desenvolvimento do modo de produção²⁶⁵. No âmbito regional de Huíla, Galvão tem essa percepção de que o desenvolvimento se daria pela integração, possível na ação estratégica de logística dos transportes. Dos vários tipos de CGP, aqui destacam-se as “condições gerais da operacionalidade das unidades de produção”, referindo-se diretamente a infraestruturas como transportes, energia e saneamento²⁶⁶. Pensando ainda nessa perspectiva do desenvolvimento dos mecanismos de produção capitalista na colônia, Galvão defende a ideia de se militarizar a administração:

²⁶⁴ BERNARDO, João. Economia dos Conflitos Sociais. São Paulo: Cortez, 1991., pp. 157-158.

²⁶⁵ Ibidem, p. 159.

²⁶⁶ Ibidem, p. 161.

“Pretendíamos corrigir, tanto quanto possível, estes males, lutando pela estabilidade dos melhores funcionários e fazendo ocupar as circunscrições que vagavam pelo afastamento dos maus, por oficiais do exército experientes, de preferência, aqueles que tinham servido na organização anterior à actual. Havia duas vantagens: Em primeiro lugar, garantíamo-nos contra a ocupação do lugar por um mau funcionário, pelas maiores probabilidades que oferecia um oficial experiente; em segundo lugar contribuíamos para generalizar aspectos da mentalidade militar, absolutamente úteis num serviço árduo como o das circunscrições: maior espírito de sacrifício e de economia, sentimento elevado do prestígio da autoridade, desembaraço a resolver e actuar e um sentimento de liberdade e engenho nas obras empreendidas, que é incontestavelmente um dos traços mais brilhantes da individualidade dos militares que administraram em África”²⁶⁷

Henrique Galvão, já na altura em que as administrações coloniais são civis, defende de uma maneira saudosista o método militar de administração, e aí verifica-se um aspecto importantíssimo em sua visão de mundo. O militarismo na administração, ou seja, a hierarquia e a disciplina rígida militar aplicada ao âmbito produtivo da burocracia – também uma importante e essencial CGP – levaria à máxima racionalização possível do trabalho, de maneira a se evitar morosidades pela rapidez que essa divisão hierárquica e rígida traria. É a visão de mundo tecnocrática de Henrique Galvão, à maneira corporativista típica dos regimes fascistas, em que também seriam selecionados os melhores trabalhadores e excluídos os menos produtivos.

Ainda sobre os transportes, preza pela modernidade. Face ao arcaísmo de carros de boi e péssimas estradas, que com a distância e centralização dos serviços em Luanda dificultaria a mobilidade dos administradores, seria necessária a modernização dos transportes, com mais automóveis – aí elogia a obra de Norton de Matos, que construiu estradas e distribuiu carros aos administradores. É a rapidez e a agilidade que caracterizam um regime de mais-valia relativa. Assim se daria mais liberdade de ação para os gestores, que agilizariam o desenvolvimento econômico das colônias, auxiliado pela valorização do trabalho de técnicos que deveriam contar com um boletim, com conselhos técnicos e elementos de estatística que facilitassem seus serviços. É ainda a visão de mundo tecnocrática de Henrique Galvão, exprimindo o máximo de consciência possível de uma classe capitalista à ponta do

²⁶⁷ Galvão, op. cit, p. 33.

desenvolvimento econômico de uma nação então conhecida pelo obsoletismo produtivo. A modernização econômica faria manter-se o império.

Outro problema apontado é a situação financeira de Huíla:

“A situação financeira do Distrito de Huíla era um reflexo da vida financeira da Colónia. Angola debate-se numa crise financeira já muito antiga, agravada constantemente com novas desordens, desorientações, instabilidade de pessoas e de ideias, e um hábito de improvisar, que não pode deixar de ter más consequências. E coisa curiosa: apesar de ter sido dito em todos os tons, e de todos, mais ou menos, saberem, quer por experiência própria, quer por ouvir dizer, que os males de Angola são, sobretudo, de ordem econômica e financeira, nenhum Alto Comissário se tem feito acompanhar dum financeiro – talvez por todos eles terem julgado que o são um pouco”²⁶⁸

A crise financeira da província obviamente atinge o distrito. A crítica maior está no fato de que os alto-comissários dispensaram o auxílio necessário de técnicos especializados em finanças, os únicos capazes de tratarem a situação. Nesse sentido sobram críticas até a Norton de Matos, apontado como o maior responsável pela crise angolana. Esse problema, para Galvão, também se deve à centralização, à falta de autonomia dos governadores, à desorientação e à falta de método e ordem²⁶⁹, que é o eixo de sua análise em todo o relatório. Um saneamento financeiro seria improvável pela falta de recursos, então Galvão aponta soluções: criar novas receitas e comprimir despesas²⁷⁰. Como realizações suas na área, aplicadas em Huíla, contam: participação de 50% nas receitas alfandegárias de Moçâmedes; participação de outros distritos nas despesas militares de Huíla – por essa ser um distrito de fronteira; a cobrança do Imposto de Sambo, tributando a riqueza pecuária e recaindo mais sobre os indígenas proprietários; e outras taxas²⁷¹.

Para se referir aos gastos excessivos e desnecessários, como formas de falta de inteligência administrativa, Galvão faz a defesa dos colonos autóctones como o futuro da colonização portuguesa, não sendo necessário gastar para trazer muitos vindos da metrópole:

²⁶⁸ Ibidem, p. 65.

²⁶⁹ Ibidem, pp. 65-66.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Ibidem, pp. 69-72.

“Havendo em Angola (e sobretudo no Distrito de Huíla) populações brancas autóctones, definitivamente fixadas, que procuram lá fazer a sua vida e dar por consequência, um futuro à colonização portuguesa, tão custosa e pobremente iniciada, o Estado gasta anualmente quantias fabulosas com o transporte de funcionários importados da Metrópole, que não têm, às vezes, mais habilitações literárias e técnicas que os portugueses nascidos em Angola, e que são, geralmente, repudiados e vencidos pela concorrência da Metrópole, sempre que procuram ser funcionários públicos. Enquanto os colonos estabelecidos há muitos anos arrastam uma vida miserável, por falta de auxílio e proteção, o Estado gasta rios de dinheiro com serviços de colonização, que lhe impingem para Angola indivíduos falhados e sem as mais elementares condições para serem colonos”²⁷²

Quer dizer, na visão do autor, que o Estado é tão ineficiente que além de desvalorizar potencialidades de colonos já estabelecidos, gasta muita verba no transporte de emigrantes que por muitas vezes não são tão eficientes no trabalho produtivo como seriam os autóctones. É um desperdício e portanto uma falha que empecilha o crescimento econômico da colônia, consequentemente afeta a estabilidade do império. E quanto aos indígenas, o relatório também oferece um espaço dedicado ao assunto, tratando de qual seria o papel dessa parcela da população nas tarefas produtivas do império.

Para ele, contextualizado nas polêmicas dos perigos estrangeiros às possessões portuguesas, como no caso da publicação do Relatório Ross, o assunto serviu de ofensivas ambiciosas de outras potências contra Portugal, perdendo-se em idealismos abstratos e distanciando-se dos problemas de realidade econômica²⁷³. As atividades indígenas são consideradas por ele de fator de imensa importância para a economia colonial, devendo o Estado incentivá-las nessa colaboração e, defendendo os valores da missão civilizadora de Portugal: “As questões indígenas têm por consequência uma importância capital, resolvidas como têm de ser dentro dos deveres que nos impõe a nossa missão civilizadora e da finalidade econômica que pretendemos alcançar”²⁷⁴. Esquivando-se das questões internacionais sobre o trabalho indígena, a que ele certamente definiria no extremo do humanitarismo – para relembrar a crônica sobre a relação entre brancos e negros –, Henrique Galvão alia a mística da tradição ideológica da missão portuguesa nas colônias com as necessidades de produção econômica.

²⁷² Ibidem, pp. 74-75.

²⁷³ Ibidem, p. 130.

²⁷⁴ Ibidem, p. 133.

Da produção indígena mais importante ao império, estava a pecuária, portanto necessitando de incentivos. Porém o autor afirma que dificilmente os indígenas pecuaristas desfazem-se de suas cabeças de gado na venda. A solução para isso seria a montagem de estabelecimentos comerciais que ofereceriam objetos de cobiça aos negros, que se veriam obrigados a venderem seu gado para poderem consumir, e então usarem e fazerem circular o dinheiro²⁷⁵. No “estímulo” à monetarização e consumo, ele também defende a obrigatoriedade da cobrança do imposto indígena, que seria importante fonte de renda para se aumentar as receitas do Estado. E sobre o trabalho indígena, na polêmica do trabalho obrigatório, Galvão critica as ideias demasiadamente humanitaristas, que atrapalhariam o recrutamento e a produção. Defendia que o trabalho dignificaria os indígenas e que seriam assim valorizados socialmente se estivessem empregados, e que não deveriam ser empregados castigos contra os trabalhadores africanos para que lhes fosse mostrado que o trabalho não é um castigo, mas um elemento de crescimento moral²⁷⁶. E contrário à ideia de que são indolentes por natureza, Galvão defendia que todos são aptos ao trabalho²⁷⁷ - é a visão de mundo capitalista, não-humanitarista, que visa aproveitar todos os recursos. Em uma situação de escassez de mão-de-obra como se passava em Angola, era imperativo a Galvão que o trabalho indígena fosse obrigatório, inclusive como fator de assimilação²⁷⁸.

E para concluir sobre o Relatório de Huíla, à alegação de que falta uma doutrina colonial que oriente as ações políticas das colônias, tese desse relatório de Galvão, devo salientar que na altura da década de 1920 dois modelos de projetos coloniais estavam em disputa. Um deles era o de Norton de Matos, inscrito na tradição das campanhas em África, tendo como expoentes Eduardo da Costa e António Enes. Nesse modelo preconiza-se a descentralização e autonomia política, administrativa, económica e financeira²⁷⁹. Outra medida desse modelo de Norton de Matos, e que ele aplicou em Angola, era o fomento acelerado da economia, se necessário até mesmo com o sacrifício do equilíbrio orçamentário, para o investimento em infraestrutura. De fato, com Matos Angola recebeu vários quilômetros de rodovias e caminhos de ferro, além de portos e habitações, mas essas medidas foram fundamentais para levar a economia angolana à crise em 1923, tendo sido esse projeto posto em causa²⁸⁰. Alguns outros intelectuais sustentavam teses parecidas, mas criticando a situação

²⁷⁵ Ibidem, pp. 136-137.

²⁷⁶ Zilhão, op. cit., p. 69.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Ibidem, p. 71.

²⁷⁹ Alexandre, 1993a, p. 1124.

²⁸⁰ Ibidem, pp- 1125-1126.

criada em Angola. Um deles era Cunha Leal que associa o projeto descentralizador de Norton de Matos à *commonwealth*, mas discorda de alguns pontos e defende apenas a autonomia administrativa.

Surgem também as teses contra, portanto outro projeto colonial. Da direção da Associação Industrial Portuguesa surge uma proposta centralizadora, visando um “ressurgimento nacional”, com o estreitamento de laços de solidariedade e o equilíbrio financeiro que predominasse os interesses metropolitanos²⁸¹. Promovido pela Ditadura Militar, com João Belo na pasta das Colónias, o projeto colonial vigente era centralizador, nacionalista e dava à metrópole poderes fiscalizatórios como previstos pelas *Bases Orgânicas*. Nesse sentido estava a defesa da nacionalização das colônias, ou a necessidade de se nacionalizar o império. É nessa corrente que Henrique Galvão se inclui em 1930, defendendo a nacionalização de Angola, mesmo tendo em seu Relatório de Huíla tecido elogios a algumas políticas de Norton de Matos. Com essa defesa, será apoiado por vários membros dirigentes do governo militar e se alinhará com as ideias do ministro das Finanças, Salazar. Marcaria assim o seu nome como um dos ideólogos, mas principalmente como um propagandista do colonialismo português, fazendo parte nesse momento do círculo de intelectuais que prepararam ideologicamente a doutrina colonial do que viria a ser o Estado Novo.

O modelo adotado de relação com as colônias, de João Belo, não foi, porém, aceito integralmente. Mesmo com um caráter centralizador, não rompia completamente com o modelo de Norton de Matos, não subordinando inteiramente os interesses das colônias aos da metrópole, e assim não tendo um pacto colonial estrito²⁸². Os ministros sucessores de Belo, após sua morte, retomaram as ideias de antecessores, optando por contemporizar algumas medidas – como a questão do trabalho indígena – face às pressões internacionais, promulgando o Código do Trabalho dos Indígenas em 6 de Dezembro de 1928, que aboliu a obrigação legal do trabalho²⁸³. Isso gerou a reação de correntes nacionalistas mais radicais contrárias à ideia de ceder às pressões internacionais, mais precisamente às da Sociedade das Nações. Foi nessa corrente que Henrique Galvão ficou destacado, classificando o Código de 1928 como um “documento transigente, opiado, castrado do mais elementar sentido das realidades”²⁸⁴ em seu discurso “*Nacionalização de Angola*”.

A principal discussão no âmbito da política colonial nesse período, em plena crise econômica ainda nos fins dos anos 1920, era sobre as relações econômicas entre metrópole e

²⁸¹ Ibidem, p. 1126.

²⁸² Ibidem, p. 1129.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ GALVÃO, Henrique. *Nacionalização de Angola*, 1930, p. 15.

territórios ultramarinos. Grupos capitalistas organizados, por exemplo, da indústria têxtil, pressionavam com interesses de se conquistar o mercado em África via indústria nacional, ou da utilidade em se “nacionalizar” o setor algodoeiro²⁸⁵, favorecendo um pacto colonial. E no meio intelectual, de formulação ideológica:

“A um nível mais abstracto, preconizava-se o estreitamento das relações entre a metrópole e as colónias – uma ideia que nos textos aparece expressa pelos termos «solidariedade», «entente», «aliança económica», «bloco de produção nacional», «unidade do Império Português» (conceitos que, no contexto em que eram produzidos, tendiam a equivaler-se, remetendo para uma noção comum: a necessária subordinação da economia das colónias à da metrópole, no quadro de um regime de tipo pacto colonial)”²⁸⁶

Em vista disso, estão lançadas as bases ideológicas, ou os princípios norteadores, do já citado Acto Colonial, que será tratado pouco mais adiante. Nessa perspectiva, um dos intelectuais que tentarão dar respostas a essa realidade – aqui segundo a noção de estrutura significativa de Goldmann – é justamente Henrique Galvão, cuja visão de mundo corresponde ao grupo de intelectuais nacionalistas que pensa a “nacionalização” das colônias:

“Por um lado, a corrente militar nacionalista vem dar-lhe o seu apoio, pela pena de Henrique Galvão, que defende «uma sólida e inteligente coordenação entre os interesses económicos da Metrópole e os de Angola» – através da protecção dada à exportação nacional e à frota colonial –, como «agente mais eficaz de nacionalização de Angola»”²⁸⁷

Contrário a essa visão de mundo estava Norton de Matos, que defendia que essa relação de sujeição das colônias à metrópole como simples fornecedoras de matérias-primas era nociva tanto aos indígenas quanto aos colonos, sustentando então a defesa da industrialização das colônias, inserida na ideia de descentralização administrativa. Junto a ele, pensavam no mesmo sentido e corroboravam essa visão de mundo anti-nacionalizadora

²⁸⁵ Alexandre, op. cit., p. 1131.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

Vicente Ferreira e Filomeno da Câmara²⁸⁸. Esse posicionamento foi sendo derrotado pela corrente nacionalista da qual pertencia Galvão e outros que seriam nomes de destaque no Estado Novo.

A 4 de Janeiro de 1930 Cunha Leal, governador do Banco de Angola, profere uma conferência na Associação Comercial de Lisboa, criticando a política governamental e defendendo medidas com ortodoxia financeira. Oliveira Salazar, a esta altura ministro na pasta das Finanças, reagiu com uma nota oficiosa publicada de forma autônoma, gerando uma crise governamental que culminaria na queda do governo de Ivens Ferraz, abrindo espaço ao governo de Domingos Oliveira, último governo da Ditadura Militar, antecessor de Salazar na presidência do Ministério. Estava assim preparando-se o regime do Estado Novo²⁸⁹, com importante marco no Acto Colonial. Poucos dias depois da conferência de Cunha Leal, é proferida a de Henrique Galvão, em consonância com a ideologia colonial do novo regime em preparação.

²⁸⁸ “(...) nomeado governador de Angola em 1929, que prevenia não se poder impedir o desenvolvimento das colónias, que no futuro não seriam meros mercados para as indústrias metropolitanas. Levando até ao fim a lógica subjacente a esta perspectiva, Filomeno recusava a ideia de uma integração progressiva dos territórios do ultramar e da metrópole numa nação única: Angola não seria nunca portuguesa, tal como os Estado Unidos não eram ingleses”. Alexandre, op. cit., p. 1132.

²⁸⁹SILVA, António Duarte. In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo. v.I, Lisboa: Bertrand, 1996, p. 21.

IV - Capítulo 3: Lugar ao sol na Ditadura e a construção ideológica do “Império Colonial Português” – defesa da nova ordem que surge (1930-1932)

Nacionalizar as colônias (1930)

Em 1930, já afastado do cargo como governador de Huíla, Henrique Galvão profere uma conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de Janeiro de 1930 – alguns dias antes da publicação em livro do Relatório de Huíla. O título: “*Nacionalização de Angola*”, publicado pouco tempo depois em um livreto, que é o documento analisado nesse tópico. A justificativa inicial era a de que era preciso “salvar” Angola, sendo necessário abandonar a excessiva retórica e partir para a ação²⁹⁰, tendo como referencial Salazar, bem elogiado:

“São as palavras que ainda há meses levaram o Sr. dr. Oliveira Salazar – um dos homens que mais notavelmente tem combatido o veneno de certas palavras – a dizer, num discurso, onde todos nós ouvimos daqueles que tonificam e engrandecem: «A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fizeram da vida administrativa do País uma mentira colossal»”²⁹¹

Refere-se aqui ao que Galvão já apontou quando era governador em Huíla, que era a falta de uma doutrina colonial. No caso, especificando-se melhor, há uma falta de execução correta do projeto colonial. É preciso então ação, e não apenas palavras. Henrique Galvão anuncia-se como isento de quaisquer interesses partidários ou ligados a pequenos grupos ou clãs, assegurando que sua fala parte de sua qualidade comum a de todos os outros presentes na conferência: a de ser português²⁹². Angola, continua, é a mais portuguesa das colônias, pois lá

²⁹⁰ Galvão, op. cit., p. 3.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Ibidem, p. 4.

se exerceu a ação *nacionalizadora* com mais êxito; nela se prolongam os caracteres, a fisionomia e os interesses morais e econômicos mais portugueses²⁹³:

“Ora, essa acção prolongada, contínua, paciente, cujo preço em sangue e sacrifícios de toda a espécie, é quanto basta para marcar e afirmar, perante a consciência mundial – se é certo que o Mundo tem uma consciência – a capacidade e as virtudes dum Povo Colonizador, parece ter sido interrompida ou abandonada, pois vemos cair dia a dia, os melhores dos seus fructos, e amontoarem-se, constantemente, certas ameaças, que não são de molde a deixar tranquilos os mais otimistas.

Como vamos demonstrar, o velho logar comum que considera Angola a mais portuguesa de todas as Colónias, já não corresponde, senão muito relativamente ao puro sentimento de orgulho que criou a frase. Quer dizer: Põe-se novamente – e com urgência determinada pelo carácter dos acontecimentos desta época de incertezas e de precipitações – o problema da Nacionalização de Angola, como de há muito se vem pondo o da nacionalização do nosso Império Colonial”²⁹⁴

Perante os problemas por que passava Angola, a mais próspera colônia portuguesa, a solução apontada por Galvão, em acordo com outros intelectuais, era a da nacionalização da província. Para se evitar um erro anacrônico de interpretação, “nacionalizar”, nesse sentido, não significa tornar Angola um Estado independente, pelo contrário: “Entendemos por Nacionalização, a Acção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias, na situação de componentes dum grande Todo Nacional”²⁹⁵. Em síntese, seria considerar Angola mais portuguesa que nunca, como um pedaço legítimo de Portugal, assim como seriam as Beiras, o Alentejo, o Algarve, o Minho, Trás-os-Montes, Ribatejo etc. O carácter dessa medida é centralizador, portanto presume uma doutrina de ordens superiores, com um eixo ideológico e político.

A justificativa para a urgência da nacionalização de Angola estaria no argumento de que para Portugal as colônias são justamente o fator de existência da nacionalidade, como parte fundamental da missão histórica portuguesa, de uma vocação colonial da raça²⁹⁶, portanto diferente de outras potências europeias que, para Galvão e outros ideólogos, teriam outras ambições. Para sustentar esse argumento, Galvão divide a história de Portugal em três

²⁹³ Ibidem, p. 5.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

finalidades: a Peninsular, de formação do reino; a Europeia, na luta contra os mouros; e a Mundial, ainda por se alcançar totalmente, que seria a expansão dos domínios ultramarinos²⁹⁷. É na aposta do futuro do império, em sua função Mundial na história, que se faz a defesa da nacionalização:

“Temos, por consequência, uma Missão, uma finalidade Mundial a alcançar na ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro duma concepção Imperial, que não tem o significado militarista, que tantas vezes anda ligado às ideias de imperialismo, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral e económica, entre o Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de Alem Mar”²⁹⁸

É defendida a velha ideia da constituição pacífica do império português, a grande nação que incluía suas possessões ultramarinas como províncias de um só Portugal. Essa pretensa missão deveria ser a base sólida de um pensamento ou de uma doutrina colonial única a se seguir, para evitar os desarranjos políticos tantas vezes apontados em seus escritos anteriores. Falta ainda doutrina colonial a Portugal, ao contrário do Reino Unido que depois da I Guerra Mundial direcionou seus interesses muito mais fora da Europa que dentro dela²⁹⁹:

“Isso não quer dizer que não tenhamos uma Missão Europeia e uma Missão Continental a cumprir. Têmo-las, evidentemente, mas essas mesmas estão condicionadas pela nossa condição de Nação Colonial. De facto, a falência da Europa perante a América, exige uma reorganização espiritual e económica da Europa, que se fará pela constituição dum novo continente económico Euro-Africano, em oposição ao continente económico Americano. A nossa posição geográfica e a extensão dos nossos domínios em África, marcam-nos num lugar privilegiado dessa obra, mas um lugar que não é, evidentemente, pousio dourado para exhibir grandezas passadas, mas sim lugar de acção e emprego das nossas energias ráticas do presente, como parcela dum Todo Europeu. Finalmente, temos um território continental em crise, um Passado de heroísmo e Civilização a honrar, um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão, a defender e manter, seis milhões de almas que precisam viver, não degradadas à condição servil

²⁹⁷ Ibidem, p. 6.

²⁹⁸ Ibidem, p. 7.

²⁹⁹ Idem.

duma Colónia de mestiços, mas reerguidas ao nível moral dos homens europeus. É a nossa missão Continental”³⁰⁰

Aqui estão presentes e interligados elementos importantes quanto aos reais interesses em se nacionalizar as colônias, fazendo um discurso repleto da tradicional mística colonial da missão histórica portuguesa. Ele cita elementos de raça e tradições nacionais, como a religião, a língua e a missão civilizadora, em uma perspectiva racista em que o homem europeu seria o padrão de raça superior a ser considerado. Juntos estão o nacionalismo português (a condição de “Nação Colonial”) e o pan-nacionalismo europeu, na configuração de um continente Euro-Africano, frente à concorrência econômica com a América, em um cenário de capitalismo pós-Primeira Guerra no qual o continente Europeu saiu abalado por ter sido palco da maioria das batalhas, e no qual os Estados Unidos sobressaíram-se como potência mundial – soma-se ainda o fato de que o mundo vivia a Crise de 1929, e Portugal já vivendo a crise em Angola. Outros elementos citados fazem visível um ressentimento nacional acompanhado de orgulho, na defesa de um povo que deveria ser reerguido à condição moral dos homens europeus, e não degradados à condição servil. Fazem-se presentes aqui não só elementos de construção de um império, mas os de configuração política do fascismo em um contexto de crise, quase como na Itália e na Alemanha na mesma época.

A ideia que Galvão defende é a de que o império é a razão de existência de Portugal como nação, e que assim também deveria ser defendida por todos os portugueses. É a ideia do Todo, da “unidade inalterável”³⁰¹ em que se compreenderiam todos os territórios extracontinentais como parcelas indissociáveis³⁰². O “gênio português” é o amálgama do “Todo Nacional”. É direito e dever histórico de Portugal possuir, colonizar e civilizar territórios ultramarinos, em oposição às ganâncias imperialistas de outras potências; e o primeiro passo é nacionalizar. São esses os princípios do diploma que seria aprovado meses mais tarde e que regeria ideologicamente toda a política colonial a partir de então: o Acto Colonial.

Nacionalizar as colônias seria essencial para os interesses econômicos, para a solidez da soberania. Nacionalizar, na defesa de Galvão, seria fator de civilização³⁰³ sobre territórios e povos considerados primitivos. E perante os fatores de desnacionalização, como as ideias de

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Ibidem, p. 8.

³⁰² Idem.

³⁰³ Ibidem, p. 9.

separatismo, as cobiças estrangeiras e má administração (regime de Altos-Comissários regidos por nenhuma doutrina colonial superior, sem hegemonia da metrópole), nacionalizar também seria fator de defesa³⁰⁴.

Sobre os problemas enfrentados por Angola, seriam para ele os reflexos do que seria o Terreiro do Paço, mais uma vez alvo de críticas. A desordem interna – o “troca-troca” de ministros – abriria brechas aos agentes externos de ameaça, então Angola que era a mais portuguesa das colônias seria apenas a “menos estrangeira”³⁰⁵. As críticas de Galvão se mantêm as mesmas: é falta de doutrina, de orientação e excesso de interesses pessoais ou de grupos em questão, acima dos interesses coletivos do país. Ele vê o perigo da desnacionalização pelo separatismo tendo em vista o descontentamento e as más relações de muitos colonos com a metrópole, portanto para mudar deveria se introduzir na política de Administração Colonial um “alto Pensamento Português”³⁰⁶, conduzindo para a nacionalização. Do ponto de vista econômico, o índice de desnacionalização se fazia sensível na redução da participação da metrópole nas atividades de comércio e alfândega e na redução da importação de produtos portugueses pelas colônias. A administração estaria para ele desarrumada, demonstrando uma falta de critério nacionalista³⁰⁷.

De perigo externo mais visível para Galvão, havia o recurso ao capital estrangeiro:

“Pelo que diz respeito às cautelas na colaboração prestada por estrangeiros, o caso actual de Angola é o de um país onde parecem ser possíveis todas as invasões. Partiu-se do princípio, aliás não demonstrado, que era indispensável atrair a Angola capitais estrangeiros em abundância. Julgaram-se conjurados todos os perigos que a sua influência poderia causar, com a estafada sentença que considera os capitais agentes de trabalho e de interesse, sem Pátria nem Nação, numa palavra, internacionais.

A mim quer-me parecer, que exatamente porque o capital é um agente de produção sem Pátria nem espírito nacional, é que ele oferece o perigo de se entregar facilmente, uma vez que lhe convenha, aos interesses, ambições ou projectos, de qualquer Pátria suficientemente poderosa ou hábil para os utilizar politicamente”³⁰⁸

³⁰⁴ Ibidem, p. 15.

³⁰⁵ Ibidem, p. 16.

³⁰⁶ Ibidem, p. 18.

³⁰⁷ Ibidem, p. 20.

³⁰⁸ Ibidem, p. 22.

A sua aversão ao capital transacional é uma marca forte de seu nacionalismo econômico, desconfiando de uma possível ameaça estrangeira aos interesses portugueses – assim se constrói uma visão de mundo bem próxima ou já tipicamente fascista. Portugal, perante as ameaças estrangeiras, deveria fechar-se em si, o que seria vantajoso inclusive para evitar a evasão de indígenas que vão procurar em colônias estrangeiras uma situação mais cômoda. Aquela crítica de que continuam a enviar colonos da metrópole enquanto os das colônias sentem-se abandonados e desamparados é presente nesse documento também³⁰⁹.

“Enfim, resumindo: Desarrumada a Administração, ocupadas por estrangeiros as melhores posições económicas de Angola, – aquelas, que portugueses desbravaram e valorizaram à custa de tantos sacrifícios – desnacionalizada uma parte da população indígena e descontente a quási totalidade da população branca, enfraquecida a expansão missionária portuguesa, abertas as fronteiras a todos os abusos e acções exteriores, ameaçada a nossa soberania, abalada a economia da Colónia, assaltada de novo por uma crise grave, pergunta-se se não é oportuno, urgente e inadiável, considerar o problema da Renacionalização de Angola, entre os problemas que de alto dominam o futuro da nossa mais vasta e importante Colónia?”³¹⁰

A nacionalização é, de uma vez por todas, defendida como a solução para a crise colonial. Dela viriam o tato administrativo e a salvação financeira da colônia. Para isso, é elogiada a política financeira de Salazar, mas ainda se teme a administração levada a cabo pelos responsáveis³¹¹. Como soluções, a administração deveria ser arrumada e guiada pelos interesses coletivos, como critério nacionalista. A coordenação de interesses econômicos entre metrópole e colônia seria por uma ligação mais estreita³¹². Sobre os capitais estrangeiros, assume que podem ser benéficos dependendo da avaliação de crivo nacionalista. Os nativos, os africanos, seriam também nacionalizados, subordinando as tão criticadas Políticas Indígenas aos princípios e pensamentos nacionais³¹³. Por fim, deveria se chegar o momento em que a exaltação a Portugal e a Angola corresponderia a uma realidade, e não seria mais um exagero retórico em que o passado é exaltado por carência de motivos do presente.

³⁰⁹ Ibidem, p. 27.

³¹⁰ Ibidem, p. 28.

³¹¹ Idem.

³¹² Ibidem, p. 29.

³¹³ Ibidem, p. 30.

“(…) A idéia de desenvolvimento e prosperidade de Angola, está um dos eixos de reorganização económica de Portugal, parece-me que deve ser sentida lá e cá. E creio que é prestar um bom serviço ao País, cujas forças morais é necessário levantar, leva-lo à convicção de que na coordenação da política económica das Colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e, mais ainda, da nossa Missão Imperial”³¹⁴

Assim se encerra a conferência, defendendo a ideia de que o Império é pilar da nacionalidade, portanto deveria ser nacionalizado. O império seria o futuro de Portugal como nação, na esperança de que Angola seria o novo Brasil, de prosperidade e lusitanidade. Os princípios ideológicos desse documento são os mesmos do Acto Colonial, prestes a ser aprovado: essa conferência de Galvão é a expressão do máximo de consciência possível de intelectuais e gestores que pensaram, redigiram e defenderam a aprovação desse novo diploma que seria inclusive incorporado à Constituição de 1933, do Estado Novo. Pela homologia de visão de mundo com a desses grupos, que se constituíam como classe dominante em Portugal, compreende-se porque Henrique Galvão foi apoiador e também tão prestigiado pelo novo regime que surgiria com Oliveira Salazar à frente.

Definição jurídico-institucional do Império e a constitucionalização da ideologia: o Acto Colonial (1930)

Como proposta deste trabalho, para se compreender a expressão do pensamento de Henrique Galvão quanto ao projeto colonial português é necessário localizá-lo – o autor – nos ambientes de debate e produção ideológica, considerando que a visão de mundo de um indivíduo não é puramente individual, mas responde aos interesses de algum grupo social. Essas respostas, por sua vez, vinculam-se a alguma conjuntura histórica. No que está claro, Henrique Galvão fora um dos importantes intelectuais nacionalistas da Ditadura Militar que procuravam responder com uma renovada formulação ideológica aos problemas por que passava Portugal e seus territórios ultramarinos, objetivando definir uma nova política colonial ao império. Considerava-se, no meio nacionalista, e Galvão reforçou essa concepção,

³¹⁴ Idem.

que o modelo liberal, seja o monárquico do século XIX ou o da I República, era o principal responsável pela crise vivida, agravada por uma suposta falta de uma doutrina colonial.

O contexto, de fins dos anos vinte e início dos anos trinta, era ainda o de crise econômica nas colônias, e a situação que mais preocupava aos portugueses era a de Angola, a maior e mais próspera das colônias. Henrique Galvão, que teve a oportunidade por algum tempo de conhecer de perto Angola, respondeu, como já visto, defendendo a nacionalização da colônia. E no contexto internacional, de crise econômica com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, a situação favoreceu ainda mais as posturas antiliberais e, no âmbito das relações exteriores, as posturas nacionalistas que acusavam ameaças estrangeiras às possessões portuguesas:

“A tudo isto se juntará, com a crise mundial de 1929, e antes mesmo de ela se fazer sentir plenamente entre nós [em Portugal], a noção de que as dificuldades das grandes potências mundiais e o abrandamento da sua pressão e concorrência iriam criar espaço também para a «nacionalização» dos mercados coloniais, isto é, para um regresso ao sistema de «pacto colonial» com a Metrópole, revogando a «política de porta aberta» imposta no pós-guerra pelos vencedores do primeiro conflito mundial”³¹⁵

Países como França e Reino Unido, com a crise de 1929, adotarão políticas econômicas protecionistas e reorientarão grande fluxo de capitais para as suas colônias³¹⁶. Com Portugal não será diferente e, reforçado o interesse em se defender e assegurar a posse de suas colônias contra os interesses de outras potências, o grupo de nacionalistas da Ditadura Militar que engendrará um novo regime consolida a necessidade de uma nova política colonial:

“À luz deste condicionalismo interno e externo se deve compreender a nova «política colonial» nacionalista e centralizadora adoptada pela Ditadura Militar, e depois pelo Estado Novo, a partir de 1926. Precoce, relativamente às medidas similares decretadas por outros países, ela é ditada pelos «perigos» que rondavam as colónias, sujeitas a um regime vulnerável, e pela gravidade da crise económica que

³¹⁵ Rosas, 1996, pp. 89-90.

³¹⁶ Ibidem, p. 90.

se faz sentir em Portugal desde o início da década. Mas será revigorada e complementada por força do ambiente internacional e pelos efeitos internos decorrentes da Grande Depressão”³¹⁷

Como exposto neste trecho, essa política imperial de caráter centralizador e nacionalista tem início já em 1926, e foi com a publicação das *Bases Orgânicas da Administração Colonial* e as respectivas *Cartas Orgânicas* de cada colônia, por João Belo. As Bases foram novamente desenvolvidas em 1928, e no ano seguinte uma nova pauta de tendência protecionista é publicada, dizendo respeito à reserva de mercados coloniais para certos produtos metropolitanos e vice-versa³¹⁸. Em 1930, logo no início do ano, o general Domingos Oliveira toma posse no governo, sucedendo Ivens Ferraz demitido do cargo. Estava marcada a derrota de setores conservadores republicanos que defendiam um retorno à “normalidade constitucional republicana”³¹⁹. Na composição deste governo, António de Oliveira Salazar toma posse como ministro titular das Finanças e como interino na pasta das Colônias, como forma de resolver os “problemas em aberto” nesse setor:

“O exercício do novo posto justificava-se, antes de mais, por razões que podemos considerar de ordem técnica: tratava-se de dar inteira aplicação aos territórios do ultramar dos princípios de equilíbrio financeiro já vigentes na metrópole, como Salazar referirá insistentemente nos meses seguintes. Mas a pasta das Colônias tinha também nesta fase uma óbvia importância política, que não pode deixar de ter sido ponderada no quadro da estratégia de ascensão ao poder, meticolosamente preparada, do ministro das Finanças.”³²⁰

Salazar, portanto, prestigiado por setores nacionalistas devido às suas políticas financeiras e orçamentárias durante a Ditadura Militar, é mais uma vez acionado como um técnico de confiança. Desta vez, além de exercer seu cargo reservado nas Finanças, é colocado interinamente nas Colônias justamente para que se resolvessem problemas financeiros nos territórios coloniais, principalmente Angola, o que acaba por fortalecer-lo politicamente para sua futura ascensão à presidência do Ministério, dois anos depois. Salazar,

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Alexandre, 1993a, p. 1132.

³²⁰ Idem.

como tecnocrata escolhido para a liderança temporária do Ministério das Colónias, prepararia, portanto, uma nova concepção de práticas coloniais, com uma legislação própria. A política colonial, incluindo as de saneamento financeiro e equilíbrio orçamentário, seria assentada em um documento legal que marcaria antes de tudo a constituição de uma base ideológica, uma nova doutrina colonial, tendo como fundamentos o nacionalismo e a centralização de poderes na metrópole, dissolvendo a autonomia de que as colônias ainda gozavam:

“No acto de posse, em 21 de Janeiro [de 1930], tinha declarado que a passagem pela pasta das Colónias visava somente «resolver os problemas financeiros que já vinha tratando com o ministro cessante», mas, além das medidas para sanear a situação angolana (cuja desordem considerava comprovada porque «só por si, deve à Metrópole três vezes o que devem as outras colónias»), reconheceu, por nota oficiosa de 29 de Abril, haver «causas profundas na raiz das deficiências de ordem económica, financeira e política que se pendem aos princípios mais fundamentais da administração colonial», e estas razões levavam a preparar, de imediato, mesmo antes de qualquer reforma constitucional, um Acto Colonial onde fossem reunidas «as garantias fundamentais da nação portuguesa como potência colonial, as dos indígenas, as da governação ultramarina e as das relações económicas e financeiras entre a Metrópole e as colónias [e] representasse, em face das tendências e necessidades da época, uma proclamação do mais alto nacionalismo e uma barreira contra os factores de desorganização»³²¹

A própria questão colonial, que fez com que confiança fosse colocada em Salazar, já favorecia no geral a visão de mundo do grupo nacionalista que construía sua hegemonia com o regime, e o fortalecimento desse grupo e de suas propostas para aprovar uma nova política colonial estava também no enfrentamento a supostas ameaças estrangeiras aos domínios portugueses. Em 1930, Portugal estava novamente em conflito com a SDN quanto ao trabalho obrigatório indígena, sendo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a instituição que interpelava diretamente o país. Isso favorecia o discurso dominante no governo de que haveria forças estrangeiras interessadas em “internacionalizar” as colônias portuguesas, portanto foi bem a calhar aos defensores de sua nacionalização. Além disso, a situação política interna, caracterizada por esses nacionalistas como uma desordem na administração, também foi

³²¹ Silva, op. cit. p. 21.

importante para a construção ideológica em curso. Seria, portanto, o caminho livre para se constituir o Acto Colonial:

“Consentida, e provavelmente fomentada, pelo governo da Ditadura Militar, esta campanha [contra intromissões da OIT nos assuntos coloniais de Portugal] prepara claramente a promulgação por Salazar do «Acto Colonial» – um diploma que, publicado em fins de Abril de 1930 como projecto e depois aprovado pelo Decreto nº 18.570, de 8 de Julho do mesmo ano, veio substituir o título da Constituição de 1911 relativo às colónias. O relatório que acompanhou o projecto justificava-o exatamente pelas razões indicadas nos textos que citámos: tratava-se de defender a nação das consequências de dois factos – a existência de «correntes internacionais» que agitavam «ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial da metrópole»; e «a própria desorganização da administração pública», que trouxera consigo «situações anormais»³²²

Salazar liderava a redação do Acto Colonial, que também contava com Quirino de Jesus e Armindo Monteiro. Este, já bastante determinante para o viés ideológico do diploma, que, de maneira geral, “inaugura uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, que irá vigorar até 1951”³²³. Juridicamente, pode-se dizer que foi o primeiro documento constitucional do Estado Novo, marcando ainda o início da organização constitucional das colónias³²⁴. Como projeto, o Acto Colonial foi de pronto aprovado pelo Conselho de Ministros, mas era necessário passar por uma apreciação pública, que foi no III Congresso Colonial, reunido na SGL. Nessa reunião estavam duas correntes se defrontando: uma contrária ao Acto Colonial, destacando-se Cunha Leal e a outra, favorável, destacando-se Henrique Galvão, apoiado pelo Conselho Superior das Colónias, louvando a figura pessoal de Salazar. Por esse fato, pode-se perceber que Galvão, que tanto clamou por uma “doutrina colonial”, apoiou e divulgou o Acto Colonial, talvez para si uma esperança de mudança nos rumos do que tanto defendeu.

Os termos “Acto Colonial”, “Império Colonial Português” e “Colónia” foram por si só questão de controvérsia³²⁵ devido a objeções de opositores. Mesmo assim o projeto foi

³²² Alexandre, op. cit., p. 1133.

³²³ Castelo, 1998, p. 45.

³²⁴ Torgal, 2009, p. 183.

³²⁵ Silva, op. cit., p. 21.

aprovado e passou a valer a partir de 8 de Julho de 1930 pelo Decreto nº 18.570. Estava oficialmente declarado que o país tratava-se de um império colonial, portanto estava fundamentada ideologicamente uma nova fase na política colonial portuguesa – a do Estado Novo. A base ideológica do “império”, presente no Acto Colonial, deve-se muito a Armindo Monteiro, que chegou a ser ministro das Colónias por cinco anos: “(...) nos seus textos, a missão imperial aparece como a expressão de um «ideal colectivo», radicado «pelos séculos na alma da Nação» e correspondendo por isso mesmo a um imperativo histórico e político, cuja negação poria em causa a própria independência do país”³²⁶. Essa visão de mundo sobre a “missão imperial” seria certamente adequada à visão salazarista de Estado: forte (centralista) e nacionalista, destacando uma função integradora do território colonial³²⁷.

Publicado pela Secretaria Geral do Ministério das Colónias a 8 de Julho no *Diário do Govêrno*, o decreto que aprova o Acto Colonial tem em seu preâmbulo a afirmação de que o diploma pertence a uma conjuntura de reforma na “Constituição Política da República”, referindo-se à parte relativa às colónias. Nessa introdução, justifica-se ser necessária essa reforma em defesa da soberania portuguesa sobre as colónias, sobretudo a partir da Guerra Mundial, quando aumentaram os rumores de ameaças estrangeiras aos territórios ultramarinos portugueses. Outra justificativa seria a de reorganizar internamente a administração pública, então rompendo o modelo de autonomia financeira e descentralização administrativa das colónias³²⁸. Estaria assim substituindo-se o título V da Constituição de 1911, da República liberal, a “Primeira República”, afirmando princípios de centralização administrativa das colónias para a metrópole.

O título I (“Das garantias gerais”) traz os princípios ideológicos do diploma, declarando a soberania portuguesa sobre seus territórios, cuja posse e colonização são defendidas como uma “função histórica”, e a unidade do Império, reiterando o fundamento centralista. Nos principais preceitos do título I, é colocado:

“Portugal, diz-se aí, tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se colónias êsses domínios e cada um dêles é

³²⁶ Alexandre, In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo. v.I, Lisboa: Bertrand, 1996, p. 432.

³²⁷ Idem.

³²⁸ Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1307.

indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um só governo geral ou de colônia, contrariando-se as ideias de desmembramento”³²⁹

Este é o principal preceito do Acto Colonial e que corresponde ao artigo 2º que, quase uma unanimidade na historiografia, é o que fundamenta ou resume o diploma e seu sentido ideológico³³⁰. Além de possuir e colonizar, outro aspecto de função histórica destacado é o de “civilizar” ou “exercer influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”, o que quer dizer que reforça a ideia de que os povos nativos das colônias, os chamados indígenas, estariam sujeitos a ações colonizatórias embasadas na relação entre a Igreja Católica e o Estado Português desde pelo menos o século XV, durante as grandes navegações. Fica reiterada a visão de mundo de que a função histórica do europeu é a de submeter outros povos, considerados inferiores, aos paradigmas culturais cristãos, como papel civilizatório da colonização.

O que temos nesse título I é a afirmação ideológica da existência de um império uno, fundando a noção de “Império Colonial Português” em uma perspectiva centralista. Sobre isso, e pela já citada questão de defesa de uma unidade contra o desmembramento, há o preceito que corresponde no texto ao artigo 3º³³¹:

”Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português. Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes e com a Mãe-Pátria. Envolve essa solidariedade em especial o dever de contribuir o Império para que sejam garantidos os fins de cada um dos seus membros e a integridade e defesa da Nação (...)”³³²

³²⁹ Ibidem, p. 1308.

³³⁰ “Art. 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do oriente”, In.: *Acto Colonial*, Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1309.

³³¹ “Art. 3º. Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português. O território do Império Colonial é o existente à data da publicação dêste diploma. Único. A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial”, idem.

³³² Ibidem, p. 1308.

A ideia de solidariedade rompe com a descentralização administrativa, considerando as colônias como partes periféricas e a metrópole como parte central de um todo, o Império. Este, por seu lado, constituiria nesse sentido a essência da nação portuguesa, que corresponderia a toda população de todos os territórios. A centralização dos poderes, entretanto, ficaria na metrópole. Quanto ao papel do Estado, cujo cerne certamente seria Lisboa:

“Deve reservar-se para o Estado o direito de administrar e explorar os portos comerciais das colônias, ressalvadas as exceções restritas que devam ser reguladas por lei especial. O Estado muito menos concede a empresas particulares quaisquer prerrogativas de funções de soberania (...)”³³³

O que se verifica é que, referente à organicidade do “Império Colonial Português”, todas as suas partes componentes são solidárias entre si e com a metrópole (art. 5º), o centro administrativo e decisório da totalidade do império, como forma de assegurar a integridade física da nação (art. 6º). Por questão de soberania, o Estado não aliena nem cede territórios ou poderes públicos a nações ou a empresas privadas (art. 7º, 8º, 9º, 10º e 11º). Sobre as concessões a empresas privadas, ressaltam-se os limites às suas atividades (art. 12º), devendo-se sempre subordinar aos interesses nacionais em que o Estado é o regulador e condutor dos processos produtivos. Ainda nessa linha, mas em especial ao capital estrangeiro, o compromisso é o de se garantir o princípio da nacionalização: “Art.13º. A concessões do Estado, ainda quando hajam de ter feito com aplicação de capitais estrangeiros, serão sempre sujeitos a condições que assegurem a nacionalização e demais conveniências da economia da colônia (...)”³³⁴.

Tratando exclusivamente de populações africanas nos territórios coloniais, há o título II (“Dos indígenas”). Nesse ponto é explícito o sentido protecionista aos “indígenas”³³⁵, o que significa que os povos nativos africanos circunscritos em território colonial são tutelados pelo Estado. Essa tutela, como é de se presumir, reafirma a ideia de que as civilizações e povos negros em África vivem em uma minoridade civilizacional em relação aos europeus. É a ideia de que o africano é inferior ao europeu, portanto necessita ser colonizado, tutelado e

³³³ Idem.

³³⁴ Ibidem, p. 1310.

³³⁵ Torgal, op. cit., p. 183.

civilizado como forma de se seguir uma pretensa evolução, parte do dever e função histórica do povo colonizador. São marcas do darwinismo social – aspecto essencial da visão de mundo de Armindo Monteiro – colocado em um diploma oficial com poder de lei:

“A soberania de Portugal no ultramar tem sido dominada através da história pelos mais altos princípios de civilização cristã. A sua acção foi sempre superiormente guiada por um sincero pensamento universal. No texto das leis e na mente dos governantes preponderava a ideia da igualdade humana e a aspiração geral de defender, proteger e educar os indígenas (...) O Estado protege e defende os indígenas das suas colónias. Estabelece que é dever da autoridade colonial impedir ou castigar os abusos cometidos contra eles (...) Proíbe os regimes pelos quais tome o compromisso de os fornecer para o serviço de emprêsas (...) Estriba o contrato de trabalho na liberdade individual e na garantia do justo salário e assistência, com a sua fiscalização”³³⁶

Quanto ao trabalho indígena, por último mencionado, é garantia³³⁷ no Acto Colonial de que, se a serviço do Estado, o trabalho é remunerado (art. 18º). Também é previsto que há proibição em o Estado fornecer trabalhadores indígenas a empresas privadas (art. 19º). Já os citados direitos de liberdade individual, justo salário e assistência (art.21º) estão contrapostos à garantia de que o Estado pode compelir os indígenas ao trabalho em caso de obras públicas de grande interesse coletivo, em execuções de decisões penais ou cumprimento de obrigações fiscais (art. 20º). Sejam quais forem os direitos ou os deveres garantidos, a ideia é a da tutela do branco sobre o negro, numa visão marcada por correntes racistas do final do século XIX assente na crença da inferioridade da “raça negra”³³⁸. É assim que, como fator essencial de um processo de dominação colonial, as missões religiosas têm papel de importância fundamental: como também defendido por Henrique Galvão, o papel de “civilizar” o indígena:

³³⁶ Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

³³⁷ Como se trata de um diploma, é normal que essa lei não seja cumprida por grandes detentores de poder econômico, incluindo o próprio Estado que o redigiu. Mesmo extrapolando o recorte proposto no trabalho, vale dizer que em 1947 Henrique Galvão apresentou um relatório denunciando casos de abuso, corrupção e má administração nas colônias. Uma de suas acusações era referente a infrações nas leis de trabalho indígena, indicando trabalho forçado e fornecimento de mão-de-obra indígena a empresas. Esse relatório foi o que isolou politicamente Galvão do Estado Novo sob Salazar, marcando o início de sua dissidência e oposição. Nesse documento ele não demonstra uma sensibilidade humanista ao que possa parecer a uma análise menos atenta, mas uma preocupação de carácter econômico: preservar o indígena é preservar a mão-de-obra, portanto a produção econômica do império.

³³⁸ Castelo, op. cit., p. 47.

“O Estado promulga para os indígenas, onde seja ainda primitiva a rudeza, estatutos especiais que, orientados ainda assim pelo direito público e privado de Portugal, contemporizem com os usos e costumes que não destoem essencialmente da moral e dos princípios de humanidade. Aceita e auxilia as missões religiosas portuguesas, como agentes eficazes de civilização e de soberania (...)”³³⁹

Referente ao regime político e administrativo (título III), afirmando princípios de centralização administrativa na metrópole:

“Extingue a figura institucional dos Altos-Comissários criada pela República, substituindo-a pela dos governadores gerais ou de colônia, a quem reduz drasticamente os poderes e a autonomia da decisão, centralizada agora no ministro das Colônias ou no Governo de Lisboa (cf. art. 29º, 30º e 31º)”³⁴⁰

Tais princípios de centralização são reafirmados no título IV (“Das garantias económicas e financeiras”). Nesse último item trata-se da organização das finanças das colônias e do papel da metrópole. Os fundamentos são da política financeira de Salazar, que o fez tão aclamado técnico das finanças em 1926 e principalmente a partir de 1928, com políticas de rígido controle orçamentário e restrições a empréstimos do estrangeiro, numa perspectiva de protecionismo econômico tipicamente nacionalista – que levaria Henrique Galvão a defender a nacionalização de Angola, em 1930, pelo viés da “solução de Salazar”. Essa organização econômica e financeira é subordinada ao princípio da unidade nacional (que chamam de solidariedade neste diploma) em que a metrópole é nomeadamente “árbitro” dos interesses comuns, findando a autonomia financeira das colônias e proibindo-as de contrair empréstimos ao estrangeiro³⁴¹:

“No direito colonial as ideias gerais da época estão em suficiente harmonia com o poder da tradição e da hereditariedade. Concordam que os liames políticos e morais

³³⁹ Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

³⁴⁰ Castelo, op. cit., p. 46.

³⁴¹ Idem.

entre as metrópoles e as colónias determinam também a existência de uma certa comunidade natural na economia delas (...) Depois, firma-se também a de que, sem lesar uma legítima descentralização, compete à metrópole ser o árbitro supremo da situação recíproca dos interesses que devem estar nos alicerces dos regimes aduaneiros (...) Finalmente, o Acto Colonial assegura a assistência da metrópole às colónias, a necessária independência destas perante as praças monetárias estrangeiras e os direitos do Tesouro Nacional em face das obrigações delas”³⁴²

Presente no próprio documento está a justificativa para sua redação e aprovação, demonstrando o caráter ideológico do império como futuro da nação portuguesa e as ações práticas propostas. Os redatores, que já afirmaram que o Acto Colonial faz parte do processo de reforma constitucional, defendem que a aprovação deste diploma deve vir antes mesmo da reforma geral da Constituição, afirmando urgência de políticas de fomento da economia ultramarina, moderação para dívidas e emergência de obras públicas na África portuguesa com a finalidade de “colonização propriamente dita” e “expansão da nossa raça”³⁴³, como já é bem claro nesse projeto ideológico de afirmar Portugal como um grande império, no qual sua nação extrapola as fronteiras do país na Europa. Nesse projeto ideológico para uma política colonial de um novo regime que se preparava surge um termo que o define: a *mística*. Franco Nogueira, que já foi inclusive ministro dos Negócios Estrangeiros durante o Estado Novo, defende o Acto Colonial em uma de suas obras sobre o regime da seguinte maneira:

“Não se tratava, com efeito, de uma relação entre dominantes e dominados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e soberanos e súbditos ou vassalos. Procurava-se firmar a noção moral e espiritual de um império que fosse, no seu conjunto, uma *totalidade portuguesa*: seria uma extensão ou um prolongamento de Portugal. É esta a mística que se incute no ânimo dos Portugueses: fazer sentir a estes a presença viva do ultramar e apertar entre todos os territórios os laços de convívio e de solidariedade”³⁴⁴

Essa mística está bastante associada a Armindo Monteiro, destaque do Acto Colonial no campo ideológico e que seria ministro das Colónias de 1931 a 1935. Como medidas

³⁴² Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1309.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Nogueira, 2000, p. 241.

concretas a partir da promulgação do Acto Colonial houve, na área econômica, a recusa em ratificar a convenção sobre o trabalho forçado, a promulgação da “lei de transferências” em 1931 que dava prioridade nos pagamentos aos exportadores metropolitanos, garantindo-lhes importante parte do mercado angolano; e nas finanças, o reforço da política de equilíbrio financeiro³⁴⁵. Com Armindo Monteiro, a partir do mesmo ano de 1931, haverá também uma “intensa campanha em torno da ideia de império, que marcará o regime (e o país) nas décadas seguintes”³⁴⁶. Seria criada então, a tal *mística imperial*. A visão de mundo colonial de Armindo Monteiro, componente de peso na constituição ideológica do Acto Colonial e do Estado Novo, baseia-se na crença de superioridade da civilização ocidental, impondo às populações consideradas “incapazes” a ascensão a formas superiores de vida social e espiritual³⁴⁷. É a ideia de hierarquização de raças, derivada do darwinismo social que seria presente na ideologia colonial do Estado Novo. Para Armindo Monteiro, alguns negros seriam inevitavelmente aniquilados, ao passo que outros seriam civilizáveis, porém sempre em posição inferior e por isso subordinado no processo produtivo: os dirigentes e técnicos deveriam ser sempre brancos³⁴⁸. Fundamenta-se o Acto Colonial, portanto a ideologia e a política colonial dos anos seguintes de Estado Novo, em teorias racistas – o que não seria novidade em Portugal.

Surge um novo conceito de Império, “a um tempo naturalista/organicista e ontológico”³⁴⁹: “Pelo empolamento retórico e pela manipulação da história, Monteiro coloca o Império «acima das finanças, da economia e da política», em comunhão com o passado, a moral e o sentimento nacionais, qual «consustanciação do próprio ideal português»³⁵⁰. Tal clima de “arrebamento imperial” não é exclusivo de Portugal, mas vem de uma perspectiva universalista adotada por outras potências coloniais: “«por todo o lado a colonização faz-se em nome, quer da necessidade de explorar riquezas do continente africano, quer do dever de ‘elevar’ as raças atrasadas ou inferiores, espalhando os benefícios da civilização ocidental»”³⁵¹. Na visão de mundo de Armindo Monteiro, porém, o novo conceito de império é tomado – baseado na ideia de direito e função históricas de possuir, colonizar e civilizar – como algo atemporal, de vontade do povo, ou uma realidade moral e espiritual unicamente

³⁴⁵ Alexandre, 1993a., p. 1134.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Alexandre, In.: ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo. v.I, Lisboa: Bertrand, 1996, p. 432.

³⁴⁸ Ibidem, p. 433.

³⁴⁹ Castelo, op. cit., p. 47.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Alexandre, 1995, p. 50-51.

portuguesa, com uma mentalidade particular³⁵²: é esta a mística imperial, difundida como um pretenso amor pelo império e afirmação constante do Estado Novo. Para essa tarefa foram organizados vários congressos, mostras, exposições, feiras etc. com o intuito de fazer propaganda dos valores ideológicos do “Império Colonial Português”. Para dirigir alguns desses importantes eventos, foi escolhido e convidado Henrique Galvão. A começar pela *Feira de Amostras Coloniais* em 1932, Galvão tornou-se um importante propagandista do modelo de colonialismo do novo regime que viria (do Acto Colonial), dirigindo entre tantas, a colossal *Exposição do Mundo Português* em 1940, ponto alto da propaganda ideológica colonial portuguesa.

Henrique Galvão como diretor das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932): o Império como objetivo e não como realidade

Em 1932, Henrique Galvão recebeu a responsabilidade de dirigir as Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques. O cargo era de grande importância e o evento seria um espaço para negócios e propaganda colonial. Deste evento, Galvão escreveu um relatório: “*As Feiras de Amostras Coloniais: 1932 – Relatório*”, onde relata detalhadamente todas as atividades e números relativos às Feiras ocorridas nas capitais das duas maiores colônias: Angola e Moçambique. Para este trabalho, basta-me o prólogo do relatório, pois é nele que se encontra o viés ideológico das Feiras e a visão de mundo do autor, considerando-se o momento político em que escreve.

Vinculada ao Ministério das Colónias, cujo ministro era Armindo Monteiro, a realização das Feiras de Amostras Coloniais se deu pelo artigo 2º do Decreto nº 21.060 de 6 de Abril de 1932, que justificava:

“Artigo 2º. Para a intensificação das relações comerciais entre a metrópole e as colónias durante a estada do Ministro das Colónias em Luanda e Lourenço Marques, realizar-se-ão nestas duas cidades feiras de amostras de produtos metropolitanos e

³⁵² Castelo, op. cit., p. 47.

conferências comerciais entre comerciantes e industriais metropolitanos e de Angola e Moçambique”³⁵³

E reforçando os objetivos: “Contribuir na ordem económica para a nacionalização das províncias ultramarinas e para a unidade do Império”³⁵⁴. Ou seja, as Feiras organizam-se como realização prática do programa político colonial definido pelo Acto Colonial. Constituindo o evento, seriam montados estandes, como o de “propaganda”, o de “livros e imprensa” e, os quais destaco: “*Stands* dos produtos industriais da metrópole que interessem à colónia” e “*Stands* de matérias primas das colónias transformáveis pelas indústrias metropolitanas ou utilizáveis para consumo na metrópole”³⁵⁵. Esses dois itens demonstram que, no sistema centralizador e nacionalista, os valores de unidade do Império e de solidariedade entre suas partes são um pacto colonial. De caráter protecionista, é um “pacto colonial” por delimitar bem os papéis entre as partes envolvidas em relação aos seus produtos comerciais: as colónias são fornecedoras de matéria prima, que na metrópole serão consumidas ou transformadas em mercadoria pela indústria – mercadoria que seria exportada às colónias, mercado consumidor de manufaturados e industrializados pela metrópole. Nessa relação econômica, a metrópole tem bem definida sua centralidade.

Iniciando o prólogo do relatório, Henrique Galvão discorre sobre a palavra “Império” e o seu significado. Tão comum aos portugueses há tempos, diz que esse termo sempre aparece em momentos de crise (ou desânimo ou desespero), em algum contexto de defesa de um ressurgimento ou reconstrução nacionais³⁵⁶. Por esse motivo, Galvão elogia o Acto Colonial, afirmando que nele a palavra “Império” foi escrita oficialmente pela primeira vez, sendo correspondida pelo domínio público. Desta maneira, o diploma representaria, em uma época de crise, as aspirações de um ressurgimento³⁵⁷. Essa crise, como já dizia desde quando fora governador de Huíla, decorria da falta de uma doutrina colonial essencialmente portuguesa, a que o Acto Colonial deveria enfim resolver. Sobre o acolhimento público da palavra, no ímpeto de reforçar a ideia de uma nação que extrapola as fronteiras da Europa, Galvão ainda defende que mesmo nas colónias o sentido de império encontrou bem o seu significado:

³⁵³ Galvão, 1933, p. 21.

³⁵⁴ Ibidem, p. 22.

³⁵⁵ Ibidem, p. 21.

³⁵⁶ Ibidem, p. 5.

³⁵⁷ Ibidem, p. 6.

“E facto notável: Não foi só na Metrópole – cabeça do Império – que a palavra teve acolhimento. Também as Colónias se encontraram a pronunciar-la, dum dia para o outro, e tão insensivelmente como se ele fora palavra de sempre, habitual. Cremos até que nesse Portugal distante ela tem sido melhor compreendida do que na Metrópole”³⁵⁸

A sua intenção é a de afirmar que há realmente uma unidade moral entre todo o império, um ideal coletivo que é consequência do sentido histórico único da colonização portuguesa, como já se afirmavam muitos ideólogos do colonialismo português e como será oficialmente escrito no Acto Colonial. Esse ideal coletivo de uma consciência nacional a ser exercida por metropolitanos e colonos – e mesmo indígenas – não poderia ficar, como Galvão começará a defender, apenas no plano das ideias. Seria preciso, pois, materializá-la para que se fizesse sentido uma mística imperial. Uma unidade moral de todo o império, portanto, só se realizaria plenamente com uma unidade econômica:

“Isto significa que as condições para a realização duma ideia imperial estão formadas no fundo espiritual da Nação e que a consciência nacional está apta a reformar-se, a reconstituir-se, segundo uma expressão imperial. Mas o fenómeno desenvolve-se, fundamentalmente, na ordem económica. Não resulta da formação duma mística especial – que seria aliás muito oportuna – nem é tão pouco colhido nas energias morais da Nação. Pode conduzir a uma mística nacional e fazer, por via dela, a sua obra de unidade moral e espiritual entre as gentes desavindas do povo português – mas renasceu e está ganhando terreno como um fenómeno de ordem económica. Quer dizer: só através de realizações económicas poderemos alcançar os objectivos de ordem natural e espiritual que hão de completar uma ideia total de Império. Império subentende unidade na economia, nos ideais, na moral. Esta tríplice unidade tem por base a realidade Unidade Económica”³⁵⁹

Henrique Galvão, que defendeu a tese de nacionalização das colónias e que defendeu o Acto Colonial – baseadas em princípios de um modelo de organização nacionalista e centralizador em administração, economia e finanças – afirma que a realização do império, tal

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Ibidem, pp. 6-7.

como se define ideologicamente, seria possível desde que com uma base material que a permita. Ou seja, desde que a economia esteja organizada e segura, o império seria possível em sua construção. E reforça: “será na ordem económica, e só nela, que podem encontrar esteio sólido e aceitável a unidade moral e espiritual da Nação”³⁶⁰. Diz ainda que são em tempos de crise econômica que a ideia imperial é mais simpaticamente aceita³⁶¹, portanto é chegado um momento em que se deve procurar, em Portugal, por soluções práticas: não se prender em palavras, em retórica ou simplesmente em uma mística, mas partir para realizações práticas de ação econômica visando construir a base material e sólida do império³⁶². As palavras, ou ações de ordem moral e espiritual como diz, em suma, uma constituição ideológica, seriam complementos de uma ação primordial que deve ser material, de natureza econômica. Galvão assim retoma suas ideias expostas no início de *Nacionalização de Angola*, de que as palavras até então sempre vieram vazias, puramente retóricas, mas agora há a oportunidade de se dar a base material da realização prática do império: o Acto Colonial.

Seguindo esse raciocínio de que as palavras por si só são desacreditadas e que se vive, desde a promulgação do diploma em 1930, a oportunidade de se realizarem ações práticas, Henrique Galvão faz a afirmação de que “o Império, em Portugal, não é uma realidade – é um objectivo”³⁶³, portanto justifica-se a organização e realização dos eventos de 1932 (viagem do ministro das Colónias à África e as Feiras de Amostras de Produtos Portugueses e as Conferências Comerciais em Luanda e Lourenço Marques):

“Elementos de acção de ordem eminentemente económica tinham ainda a virtude de demonstrar que entrávamos numa política de realizações como consequência natural e prática das ideias que as palavras tinham enunciado. As Feiras de Amostras Coloniais excederam assim em muito a simples expressão duma manifestação de vigor económico por parte das forças vivas do País, embora esta fosse a própria condição do seu êxito e eficiência, porque se houberam também como princípio activo duma política nova, na qual o sentido coordenador do Estado se pôs, prática e efetivamente, ao serviço das energias de produção”³⁶⁴

³⁶⁰ Ibidem, p. 7.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Ibidem, p. 8.

³⁶³ Ibidem, p. 9.

³⁶⁴ Ibidem, p. 10.

Cabe ao Estado, nesse ponto de vista, o papel de coordenador dos processos produtivos, ou do planejamento econômico do país, considerando que a economia de Portugal há muito era dependente do próprio império. Isso faz parte do que chama de uma “política nova”, ou seja, a concepção de uma política que superou o modelo democrático e liberal, o qual levou a responsabilidade pela crise por que enfrentava Portugal. É a política nova do Estado coordenador e centralizador como se defendia no Acto Colonial e nos estatutos da União Nacional publicados nesse mesmo ano de 1932, apontando as diretrizes e as tendências políticas de Salazar e do regime que se preparava: o Estado como “centro de propulsão, coordenação e fiscalização de todas as atividades nacionais” e de organização corporativa. No âmbito da política colonial é o mesmo, mas enfatizando que o cerne desse Estado centralizador era na metrópole.

Essa política nova, para Galvão, seria um ponto de partida para uma fase dinâmica que superaria o que ele considera como fase doentia ou sentimental de uma suposta consciência nacional³⁶⁵. O problema dessa fase sentimental, diz ele, era consequência do vazio das palavras perante a situação de crise, em que os portugueses, por algum “vício fundamental de educação” ou “desorganização de mentalidade” não reconheciam verdadeiramente em um *mapa-mundi* a própria grandeza, aceitando sem entender a fé dos “destinos da Raça”³⁶⁶ – raça que, nesse sentido nacionalista e colonialista de quem ideologicamente defende que Portugal tem uma função histórica civilizatória, inevitavelmente pressupõe uma superioridade de sua própria nação sobre outras, sobretudo sobre povos considerados primitivos. Essa “sentimentalidade sem vigor, piegas, choradilha quási feminina”³⁶⁷ que subsistia em um orgulho nacional sem levar em conta a situação decadente, deveria deixar um lugar para a razão, ou seja, um motivo real e material para se ter orgulho da nacionalidade, e não uma obrigação moral tradicionalista. Seja lá como for, mesmo criticando essa fase de sentimentalismo social, Galvão não deixa de expor mais um comentário nacionalista: “Todavia, uma realidade subsistia: É que éramos, de facto, grandes – embora a nossa grandeza fosse fragmentária, desunida nas suas partes, desconexa nos seus sentimentos”³⁶⁸.

A desunião anunciada é decorrência da crise, que para o grupo de nacionalistas ao qual Henrique Galvão pertence – vindos do 28 de Maio e pró-Estado Novo – é fruto do liberalismo, desde o século XIX à crise nas colônias (principalmente Angola) nos anos vinte

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Idem.

pós-Primeira Guerra e, em plenos anos trinta, começando a sentir em Portugal os efeitos da crise econômica mundial da “Grande Depressão”. Segundo ele, todas as parcelas do império sentiram a crise, mas cada qual isolada em seu “sofrimento”³⁶⁹, sem união ou laço que pudesse ir além de uma “vaga expressão de Império” advinda de um “espírito eterno de Raça”³⁷⁰. Isso, explica, é consequência de uma falta de unidade econômica – em acordo com o que defendera em 1930 quanto à nacionalização das colônias. Para se alcançar a unidade, argumenta, é preciso desenvolver realmente um “sentimento colonial”, a “antecâmara do Pensamento colectivo que ainda não se constituiu”³⁷¹. Daí viria um novo sentido de “renascimento”: “forma prática de elevação sob condição, *sine qua non*, de se unir num todo moral, espiritual e económico”³⁷².

O renascimento que diz, que se realizaria na forma prática de se unir o todo por uma base econômica advinda de uma política nova, viria como um objetivo traçado em diretrizes de uma “Política da Nação”³⁷³. Henrique Galvão, desde os seus escritos no degredo e mais enfaticamente no Relatório de Huíla, diz que não há uma ideia ou doutrina colonial em Portugal, uma crise ideológica que seria culpa de uma falta de uma política colonial definida. Desde então, à procura de respostas coerentes para os problemas que se colocavam na política colonial, Galvão defendeu ideias e programas que se confirmariam com o Acto Colonial, que nesse sentido em que defende já em 1932 no relatório das Feiras, é a proposta de uma doutrina colonial única e regida por cima, por um Estado forte e centralizador. Portanto, é chegada a “idade duma Acção”³⁷⁴. Aqui há elogios à figura do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, ideólogo do colonialismo presente no Acto Colonial: “coordenador das fôrças dispersas”, “renovador duma mentalidade ávida de reorganização”, “o político do Império”³⁷⁵ são os exemplos de elogios proferidos por Galvão. Foi Monteiro o organizador das Feiras de Amostras que, para Galvão “sucendendo a um trabalho metódico de arrumação financeira em cada parcela imperial, foram a primeira realização activa e produtiva da sua política – da nossa Política Nacional”³⁷⁶. Assim, ao que se parece, está sanado pela ação colonial de Monteiro e financeira de Salazar, o que Henrique Galvão reclamava como falta de uma doutrina colonial.

³⁶⁹ Ibidem, p. 11.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Ibidem, p. 12.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Idem.

Henrique Galvão diz que as colônias são o fator de ressurgimento da metrópole, ou seja, é a ideia de que o império é o futuro de toda a nação e que a união e o estreitamento de laços entre as partes são fundamentais para o funcionamento do “organismo imperial”:

“A Metrópole, com as provas morais, espirituais e económicas do seu vigor e da sua vontade de ressurgir, foi às colónias levar uma razão da Razão para se fazer amar, e conhecer de perto, através de alguns dos seus homens, os motivos reais de sua própria grandeza. As colónias, perante factos, perante realidades duma política nova, facilmente terão compreendido que é na coordenação dos seus interesses com os interesses metropolitanos que assenta a sua prosperidade”³⁷⁷

É de se notar que Henrique Galvão reitera os princípios de organização do império segundo o Acto Colonial. Mas o que ele coloca como tese dessa reflexão inicial do relatório, é de que só de “mística” não se faz política nem subsiste um império. É preciso ter, para Galvão, um fundamento material e uma prática para a partir daí poder se constituir com sentido, e não uma mera repetição vaga de palavras, uma verdadeira mística imperial que comprovaria por meios da realidade “solidária” entre metrópole e colônias a tão apregoada função histórica de Portugal no mundo. É, portanto, pela economia que se constrói e assegura a existência do “Império”. A própria crise, que segundo diz é a mesma por que passa todo o mundo (desde 1929), é também resultado da fragilidade da estrutura de organização econômica³⁷⁸, portanto é no ultramar, sendo justamente o império, que poderá tirar Portugal dessa situação. Ele afirma que não são todos os países que contam com essa oportunidade, portanto: “Simplesmente, é necessário, é urgente, que tôdas as suas partes se unam e trabalhem com o mesmo objetivo, que se amparem, que se organizem, como elementos comuns do mesmo sistema defensivo”³⁷⁹. As Feiras de Amostras Coloniais foram, para Galvão, o ponto de partida dessa política de estreitamento de laços na relação metrópole-colônias³⁸⁰, ou seja, a já aplicação prática desse ponto do programa do Acto Colonial.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Ibidem, pp. 12-13

Para tentar provar seus argumentos, Galvão elenca algumas conclusões que um tal sr. Mimoso Moreira publicou em artigo no catálogo geral das Feiras de Amostras Coloniais e Agência Geral das Colónias. A primeira conclusão é a de que “Na ordem económica, o Império está longe de ser uma realidade – mas é um objetivo necessário que deve dominar tôda a nossa política económica”³⁸¹. Outra é a de que realmente as Feiras foram um primeiro passo para o estreitamento de laços entre colônias e metrópole em uma nova forma de organização política. Daí coloca-se tabelas de dados econômicos sobre as trocas comerciais entre a metrópole e as colônias (no caso, somente Angola e Moçambique) em um período que vai de 1926 a 1930. A conclusão é negativa, com balança desfavorável, constatando que no comércio português as importações superam muito as exportações – e explica um pouco, pela parte comercial, como a crise mundial iniciada em 1929 afetou Portugal.:

“Tanto as colónias como a Metrópole compram no estrangeiro a maior parte dos produtos que poderiam comprar nos mercados internos, o que não só limita as possibilidades de produção, como também obriga tôda a nossa vida comercial a depender estreitamente das circunstâncias difíceis em que vivem os países fornecedores”³⁸²

Algo importante a se notar nas tabelas de produtos importados e exportados³⁸³ são os papéis econômicos desempenhados pelas colônias e pela metrópole, que indicam uma falta de maiores condições gerais de produção e propriamente um setor industrial desenvolvido e organizado nos territórios ultramarinos. As colônias produzem e exportam matérias-primas, seja para estrangeiro, seja para a metrópole, onde essas matérias-primas são transformadas pela indústria. As mercadorias industrializadas na metrópole são exportadas, seja para o estrangeiro, seja para as colônias, que consumirão produtos transformados da própria matéria-prima que exportam. É, propriamente dito, um esquema de “pacto colonial” previsto pelo diploma de 1930³⁸⁴. O problema advindo dessa relação demonstrada, para Galvão, não é o pacto em si, mas como ele está funcionando. A metrópole comprou do estrangeiro o que as colônias poderiam – e deveriam – produzir, assim como as colônias compraram do estrangeiro o que a metrópole poderia – e deveria – oferecer. Surge um problema que, para o

³⁸¹ Ibidem, p. 13.

³⁸² Ibidem, p. 15.

³⁸³ Nas páginas 15 e 16.

³⁸⁴ Rosas, 1996, p. 92.

autor, deveria se resolver à luz das políticas coloniais nacionalistas e protecionistas em voga a partir da promulgação do Acto Colonial:

“Não é difícil imaginar a importância que teria para a economia da Metrópole e das Colónias – para a economia do Império, por consequência – a fixação no País de todo o ouro e todo o trabalho que estas compras representam. Justificaria por completo, se outras razões poderosas não houvesse, a política a que nos estamos referindo. Evidentemente, não se pretende que por um jôgo de pautas irreflectido se alcance bruscamente esta solidariedade económica. Não o consentiriam, entre outras as circunstâncias de ordem financeira em que actualmente vivem a Metrópole e as Colónias. Todavia, o desenvolvimento gradual e metódico, dum plano que conduzisse a fixar no País esta grande massa de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos, compensaria a breve trecho, e com usura, a quebra que necessariamente haviam de sofrer as receitas aduaneiras”³⁸⁵

Galvão conclui esse prólogo do relatório com o otimismo de quem defende as medidas coloniais da “política nova”, dizendo que a indústria portuguesa está apta a fornecer produtos e concorrer com os produtos estrangeiros, desde que se invista no “esforço coordenador do Estado”³⁸⁶ e que se consiga enfrentar e compensar o protecionismo de outros países (“nacionalismos económicos”³⁸⁷) com os quais Portugal mantiver relações comerciais. Para isso, foi necessário consertar alguns erros que aconteciam – e assim critica Terreiro do Paço, como já o fazia desde o início de sua carreira colonial:

“Por outro lado, a política do Terreiro do Paço, teimando em encerrar-se nos estreitos limites do território metropolitano, mantinha-se indiferente a qualquer tendência de coordenação entre os interesses económicos da Metrópole e os das Colónias. Não se percebia, em quási tôda a legislação económica dos últimos cem anos que fôssemos a cabeça dum Império – e o Ministério das Colónias conservava

³⁸⁵ Galvão, op. cit., p. 17.

³⁸⁶ Ibidem, p. 18.

³⁸⁷ Idem.

letàrgicamente a sua função de estação central de recepção e expedição de funcionários”³⁸⁸

Voltam aqui aquelas críticas que sempre fizera ao Terreiro do Paço, tomado pela letargia e pela complexidade burocrática que mais desorganizavam as políticas e finanças do que resolviam problemas. A resolução e o bom funcionamento do Terreiro do Paço, ao que defende neste relatório, começam com a viagem ministerial de Armindo Monteiro às colónias na tentativa de se coordenar os interesses das partes do império, tomando as Feiras de Amostras como a ação prática dessa tentativa, ao se esclarecer os mercados coloniais acerca das potencialidades da indústria metropolitana:

“Se realmente, depois das Feiras de Amostras que se realizaram, ficou nos mercados coloniais a certeza de que a Indústria metropolitana realizou progressos notáveis e conquistou galhardamente o direito de ser preferida em mercados que são portugueses; se, através dos seus representantes que foram às colónias, os industriais da Metrópole se convenceram de que podem encontrar, com vantagem para êles e para o país, nas matérias primas que Angola e Moçambique produzem a maior parte dos materiais de que carecem para as suas indústrias – as Feiras de Amostras Coloniais terão realizado inteiramente o seu objetivo e terão sido, de facto, um primeiro passo decidido e inteligente andando no caminho, aliás longo de percorrer, que nos levará a uma realidade imperial”³⁸⁹

Por suas funções desempenhadas e pelo que escrevera desde a defesa do Acto Colonial ainda como um projeto, Henrique Galvão é claramente um homem de respaldo no círculo de nacionalistas (ele, um tenente do Exército, do grupo militar) que, do seio da Ditadura Militar, engendrou o Estado Novo. O cargo de diretor das Feiras de Amostras Coloniais só poderia ter sido concedido a alguém de confiança e de peso em relação às questões coloniais, pelas quais o novo regime ia construindo um de seus pilares ideológicos.

Galvão pode não ter sido um grande ideólogo do colonialismo como fora Armindo Monteiro, mas no que escreve desde pelo menos 1927, mas principalmente em 1929 no Relatório de Huíla, encontrou a estrutura significativa de seu pensamento na montagem

³⁸⁸ Ibidem, p. 19.

³⁸⁹ Idem.

ideológica do Estado Novo, sobretudo no diploma que estabeleceu caráter jurídico ao que procurava como uma “doutrina colonial”. Nesse início de anos trinta, Galvão foi um propagador de uma visão de mundo que corroborava com a do novo regime em termos de política colonial e, particularmente como diretor das Feiras de Amostras Coloniais, foi um porta-voz dos interesses econômicos de industriais metropolitanos em pleno período de crise. Mas principalmente, Henrique Galvão foi um porta-voz da nova “mística imperial” que se formava e que embasou a política colonial do Estado Novo.

V - Considerações finais

Henrique Galvão foi, sem dúvidas, um colonialista. Defendeu o sistema colonial e o Império como razão de ser da nacionalidade portuguesa, no sentido de se considerar o direito histórico de Portugal em possuir territórios além-mar e sua função em colonizar e civilizar. Pelos seus envolvimento políticos até 1932, esteve sempre à direita nacionalista e autoritária, por vezes radical ou revolucionária, como foram os casos do apoio a Sidónio Pais em 1917 e a tentativa de golpe dos Fifis em 1927 – este, um golpe dentro de outro golpe. Por essa razão, inseria-se no período pós-Primeira Guerra nos círculos antiliberais, anticomunistas e autoritários que, dado o período histórico, era o ambiente propício ao surgimento de movimentos e ideias fascistas em Portugal.

Em 1927 fora enviado à África como punição por envolvimento em conspiração contra o próprio governo da Ditadura Militar. Demonstrou grande ressentimento por isso, expresso inclusive em obras futuras, mas iniciou sua carreira colonial. Foi a partir de Angola que se tornou especialista em assuntos coloniais, mas sempre em atrito com a ordem vigente. Foi crítico contumaz das práticas coloniais ainda nos moldes da república anterior, baseadas na descentralização de poderes administrativos e em maior abertura ao capital estrangeiro. Também, demonstrando um pensamento econômico alinhado ao capitalismo das outras grandes potências coloniais, denunciou o burocratismo e as carências tecnológicas e de infraestrutura na colônia, apontando aí grandes erros de administração. Esses erros, contudo ao que diz, seriam resultado de uma falta de doutrina colonial superior e organizada, permitindo que interesses pessoais se sobreponham aos interesses nacionais. Desta forma, a própria existência do Império estaria ameaçada. Perante os desafios que se colocam, ele procura dar respostas significativas que possam modificar essa realidade. Defendia então a existência de uma doutrina colonial que correspondesse à ideia de função histórica de Portugal, organizada e dirigida: nacionalista e centralizadora. Somente assim o Império, que para ele correspondia ao futuro da nação, poderia subsistir, desde que com esforços coletivos de todos os portugueses – dos dirigentes de Estado aos colonos.

Em 1930 fez a defesa da nacionalização de Angola, que exigia que a colônia fosse administrada seguindo ordens diretas da metrópole em prol do funcionamento orgânico de todo o Império. Nacionalizar, assim, é afirmar a lusitanidade dos próprios povos e territórios ultramarinos. É centralizar a administração, sempre seguindo ordens de órgãos superiores da

metrópole em prol de um bem nacional; é valorizar o capital nacional e depender cada vez menos do capital estrangeiro; é, sobretudo, tomar políticas administrativas, econômicas e financeiras que tornassem as colônias cada vez mais portuguesas, confirmando a existência de um império pluricontinental e de tipo único: o tipo português. Essas ideias estavam em sintonia com o projeto do Acto Colonial, desenvolvido por um grupo de nacionalistas da Ditadura Militar que contava, entre vários, com Salazar e Armindo Monteiro.

O projeto, aprovado em diploma oficial, era enfim a doutrina colonial por que procurava Henrique Galvão desde seus tempos iniciais em África: instituía o centralismo, o nacionalismo na concepção colonial, a afirmação de existência de um “Império Colonial Português” constituído ideologicamente pelos preceitos de Armindo Monteiro. Daí, uma mística imperial que corroborava com o pensamento de Galvão: fundamentada nas teorias racialistas do darwinismo social, tomando por natural que há povos inferiores (no caso os africanos) que vivem em estado de selvageria e que portanto é função histórica de povos superiores (europeus e cristãos, no caso os portugueses) colonizar e civilizar – e se deu mais pela violência que pela convivência pacífica que a mística imperial apregoava. Galvão, que desde o início demonstrava-se um racista, não se objetou contra o projeto que seria o pilar das políticas coloniais do Estado Novo.

Como princípio metodológico do trabalho, a visão de mundo de um intelectual corresponde à visão de mundo de algum grupo social; ou, a visão de mundo de algum grupo social atinge clareza conceitual na atividade intelectual de algum autor, que expressa essa visão de mundo. A visão de mundo é, portanto, coletiva e não puramente individual. A visão de mundo expressa por Henrique Galvão, do início ao fim de sua produção dentro do período analisado, é a visão de mundo do grupo que compôs o Acto Colonial e fundou o Estado Novo. A doutrina colonial que defendia e procurava esquematizar de alguma forma em fins da década de 1920 foi enfim esquematizada no Acto Colonial. Por isso mesmo, Henrique Galvão ingressa no Estado Novo como um dos homens de confiança e prestígio. Não fora um grande ideólogo colonial como Armindo Monteiro, nem um administrador de grandes talentos para execução. Sua grande contribuição ideológica foi a de ser um grande propagandista. Como homem de propaganda, Henrique Galvão conseguiu cargos importantes e celebridade nos espaços ideológicos do regime que entraria em vigor em 1933, tendo seu ambiente preparado desde 1926 e suas bases institucionais constituídas desde 1930.

O novo regime que surgia, o Estado Novo em que Henrique Galvão fazia parte dos quadros institucionais, sobretudo no que se referia à propaganda, ideologia e política colonial, era notadamente autoritário, nacionalista, anticomunista, antiliberal e tinha a organização econômica corporativa. Alguns historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos como António Costa Pinto e Robert Paxton – que se baseou no primeiro para caracterizar o Estado Novo – esquivam-se e negam que tenha havido em Portugal um regime fascista durante o Estado Novo. Para Costa Pinto, o fascismo em Portugal foi efêmero, marcado pelo surgimento de movimentos de massa como o Integralismo Lusitano e o Nacional-Sindicalismo, nunca tendo surgido um regime propriamente fascista. Um de seus argumentos é o de que o Estado Novo, além de ter combatido e ilegalizado os dois movimentos citados, não corresponde a muitas semelhanças práticas e ideológicas com outras experiências, como o fascismo italiano de Mussolini. Para ele e outros que concordam, o Estado Novo fora sim autoritário, ditatorial e nacionalista, mas nunca fascista – mesmo porque não tinha um caráter revolucionário nem de mobilização ativa de massas.

Ora bem, para o historiador Luís Reis Torgal em seu artigo “*O fascismo nunca existiu...’*. *Reflexões sobre as representações de Salazar*”³⁹⁰ negar que houve em Portugal um fascismo é tentar “branquear” ou fugir da questão. Os princípios anticomunistas e antiburgueses tão comuns ao fascismo já se delineavam institucionalmente desde 1926. Em 1930 fundavam-se os pilares do que, se não foi um imperialismo no sentido expansionista, foi uma ideia de Império. Em 1932 fundavam-se com a União Nacional a liderança por um líder, um partido único e uma organização econômica corporativista, assim como também o foi na Itália. Além dessas, o Estado Novo criou outras instituições de tipo fascista: organizações de tipo militar ou para-militar, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa; organizações de cultura e lazer de tipo ideológico e propaganda como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (equivalente ao Dopo Lavoro da Itália fascista); órgãos de censura e repressão como a polícia política (PVDE e PIDE); e também um campo de concentração (Colónia Penal de Tarrafal). E dizer que os fascismos tinham caráter modernista enquanto Salazar tentava sempre imprimir a imagem de um Portugal tradicional e rural, é deixar de lado o papel do modernista António Ferro no Secretariado de Propaganda Nacional ou do arquiteto Cottinelli Telmo.

³⁹⁰ In.: TORRAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (org.). Estados autoritários e totalitários e suas representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Para todos os efeitos, é certo que constitui tarefa difícil definir o que é fascismo, mas que é inegável que os regimes fascistas tenham tido, para além das semelhanças, suas próprias particularidades. Em seu *“Labirintos do Fascismo”*, João Bernardo (1998) define que o fascismo é a revolta que não rompe com a ordem e estabelece um quadro onde se inserem os regimes fascistas. Nele, quatro instituições são fundamentais: um eixo exógeno ao movimento fascista, cujos polos são instituições conservadoras (Igreja e Exército) e um eixo endógeno, cujos polos representam o radicalismo na tradição conservadora (partidos/milícias e sindicatos). A especificidade de cada regime fascista se dá pelo grau de relacionamento com cada um desses polos. O Estado Novo, sem dúvida, se relacionou e se fortaleceu mais pelo eixo exógeno, tendo um caráter conservador e católico – sem nos esquecermos do papel de Charles Maurras, um conservador e monarquista francês de grande respaldo entre os fascistas, no pensamento e prática de Salazar.

Henrique Galvão inseria-se nesse meio, já vindo do terreno preparado em 1926. Foi um nacionalista, propagandeou o Império e foi um convicto anticomunista e antiliberal. Mesmo que a visão de mundo de Galvão correspondesse à visão de mundo da cúpula do Estado Novo no que dizia respeito à ideologia colonial, com o tempo ele demonstrou cada vez mais insatisfação pelos rumos práticos tomados pelo regime em relação ao império: estava a defender ainda os princípios no Acto Colonial e que o regime começava a corromper. São esses valores que, com o fim da Segunda Guerra, vão se desgastando e que em 1951 farão revogar o Acto Colonial, fazendo com que o regime encontrasse no lusotropicalismo do brasileiro Gilberto Freyre o seu pilar ideológico. Ainda assim, e mesmo exilado no Brasil em um período de descolonização e guerras de independência na África, Henrique Galvão continuava a defender – com toda sua acidez, ironia e sarcasmo característicos – os princípios do Império Colonial Português.

Bibliografia

Acto Colonial. In.: Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930

ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. In.: *Análise Social*, vol. XXVIII (123-24), pp. 1117-1136. Lisboa, 1993a.

_____. Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global. In.: *Penélope*, n. 11; pp. 53-66, 1993b.

ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do ultracolonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANTÃO, Nelson Moreira e TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Revista Sapiens*, nº0, p.84-110, dez. 2008.

BAIÔA, Manuel. A Ditadura Militar na historiografia recente. *Penélope*, nº14, p.201-217, 1994.

Bases Orgânicas da Administração Colonial. In.: Ministério das Colónias – Secretaria Geral. Luanda: Imprensa Nacional, 1926.

BERNARDO, João. Economia dos Conflitos Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Labirintos do Fascismo*. Campinas, 1998. 424f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRUNSHWIG, Henri. A Partilha da África Negra. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

CAMPINOS, Jorge. A Ditadura Militar. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940

Carta Orgânica da Colónia de Angola. Ministério das Colónias – Secretaria Geral Luanda: Imprensa Nacional, 1926.

CASTELO, Cláudia. «O Modo Português de estar no Mundo»: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

_____. Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da metrópole (1920-1974). Porto: Edições Afrontamento, 2007.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, MONIOT, Henri. Sources et documents originaux. In.: *L'Afrique Noire: de 1800 a nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

COSTA E SILVA, Alberto. Um rio chamado Atlântico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

COSTA, Eduardo Freitas da. História do 28 de Maio. Póvoa de Varzim: Edições do Templo, 1979.

Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Ministério das Colónias – Secretaria Geral. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

FELICE, Renzo de. Explicar o Fascismo. São Paulo: Edições 70, 1976.

FREDERICO, Celso. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. Estud. av., São Paulo, v.19, n. 54, Agosto de 2005. Disponível em «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200022&lng=en&nrm=iso»

GALVÃO, Henrique. As Feiras de Amostras Coloniais: 1932 – Relatório e Contas. Lisboa: Ottosgrafica, 1933.

_____. Em Terra de Pretos: Crônicas d'Angola. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1929.

_____. Huíla: Relatório de Govêno (1929). Vila Nova Farmalicao: Tipografia Minerva, 1930.

_____. Nacionalização de Angola. Lisboa: Tipografia Torres, 1930.

_____. Revolução – comédia dramática em três actos. Lisboa: s.e., 1933.

GOLDMANN, Lucien. Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. Dialéctica e Ciências Humanas. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

_____. Dialéctica e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. El Hombre y lo Absoluto: El Dios Oculto. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- _____. Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. Salazar: uma biografia política. Alfragide: D.Quixote, 2009.
- MONTOITO, Eugénio. Henrique Galvão – Ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.
- MOTA, Francisco Teixeira da. Henrique Galvão – Um Herói Português. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.
- NOGUEIRA, Franco. O Estado Novo (1933-1974). Porto: Livraria Civilização Editora, 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo. 1. Cosmovisão Africana: A África antes da invasão europeia. In.: *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Prática Popular, 2006.
- PAXTON, Robert O. A Anatomia do Fascismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- PÉLISSIER, René. As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.
- PEREIRA, Bernardo Futscher. A Diplomacia de Salazar. Alfragide: D. Quixote, 2012.
- PINTO, Alberto Oliveira. Henrique Galvão *Em Terra de Pretos* e em conflito com os brancos da Agência Geral das Colónias. *Rascunhos Culturais*, v.1, nº1, p.123-144, 2010.
- _____. Henrique Galvão *Em Terra de Pretos* e em conflito com os brancos da Agência Geral das Colónias. *Rascunhos Culturais*, v.1, nº1, p.123-144, 2010.
- PINTO, António Costa. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, vol.XXXV, p.1-22, 2000.
- RIBEIRO, Orlando. A Colonização de Angola e o seu Fracasso. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.
- ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (org.). Dicionário de História do Estado Novo. v.I, Lisboa: Bertrand, 1996.
- _____. Dicionário de História do Estado Novo. v.II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo* (v. 7), In.: MATTOSO, José. (dir.). História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. O Estado Novo nos Anos Trinta: 1928-1938. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

_____. O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol.XXXV, p.1031-1054, 2001.

ROSAS, Fernando; BARROS, Júlia Leitão; OLIVEIRA, Pedro de. Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: correspondências políticas (1926-1955). Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro (org.). Corporativismo, Fascismos, Estado Novo. Coimbra: Almedina, 2012.

SELVAGEM, Carlos. Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico. In.: *Boletim Geral das Colónias*, v.II-8, pp. 3-16. Portugal: Agência Geral das Colónias, 1926.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. *Memória D'África: A temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

TORGAL, Luís Reis. Estados Novos, Estado Novo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (org.). Estados autoritários e totalitários e suas representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

WHEELER, Douglas. História Política de Portugal de 1910 a 1926. Mira-Sintra: Europa-América, 1978.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta da China, 2009.

ZILHÃO, Paulo Manuel Pulido Garcia. *Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36)*. São Paulo, 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.